



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL

Realizada em 30 de setembro e 04 de
outubro de 2016

N.º 4/2016

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, realizou-se, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Nuno Filipe Cação Marques, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino e Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Paulo Rui Santos Reisinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Bloco de Esquerda – Henrique João da Costa Guerreiro e Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral.

Azeitão no Coração – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão).

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Maria da Dores Marques Banheiro Meira e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro

Sérgio Fernandes Pina, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Sandra Marina Lopes Frota Gomes Fernando Jorge de Oliveira Paulino e António Miguel da Costa Ferreira em substituição do Sr. Vereador Luis Filipe Alexandre Rodrigues, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentou pedido de suspensão Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, conforme documento registado sob o n.º 3, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição Afonso Augusto da Silva Luz, Catarina Maria Pinheiro Pereira e Esmeralda Costa Marques conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, José Luís do Rosário Barão, Ilídio Fernandes Ferreira, Sandra Cristina Rei Paulino Lopes e Arménio Silva Duque, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel Miranda de Magalhães e Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva conforme documentos registados sob os n.ºs 11 e 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentaram pedidos de substituição, Albérico Afonso Costa Alho, João Pedro Oliveira Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 13 e 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Alberto Manuel Sousa Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Silvana Cassaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – É apenas para fazer algumas correções no que consta na ata, nomeadamente na minha intervenção em que há aqui alguns lapsos que eu queria ver corrigidos.

Na minha segunda intervenção onde digo: “*Senhor vereador Pedro Pina fiquei espantado...*” aqui consta “*estampado*”, por isso pedia que corrigissem isso.

Também a seguir onde digo: “*De facto resido em Azeitão e lamento muito que em Azeitão vamos ter uma oportunidade perdida, porque já tem havido outras obras recentes...*” e não “*ordens decentes*”. Pedia que fizessem essas correções se faz favor.

Presidente da Mesa – A votação é feita segundo novos termos, novas modalidades e só pode votar quem esteve presente exatamente nessa reunião, da qual resultou a ata em discussão.

Não havendo mais intervenções foi o projeto de ata n.º 3/2016, de 24 de junho de 2016, submetido a votação, tendo sido aprovado por maioria e em minuta, com uma abstenção.

II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Vamos ter um tempo constituído por 30 minutos na sua totalidade, que se destina à intervenção do público. Temos três cidadãos inscritos para intervir. (conforme documentos registados sob os n.ºs 15 a 17, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Rui Jorge Amaro – A Azinhaga dos Espanhóis, a chaga continua.

Venho novamente por este meio solicitar a V. Exas. Que se dignem comunicar a quem de direito o meu incómodo, incluindo o que significa de prejuízo e de transtorno para o meu sono e meu descanso, bem como a minha frustração perante o desdém, o alheamento e o desleixo com que os serviços municipais do atual executivo, presidido pela Sra. Presidente Maria das Dores Meira, tem demonstrado para com os moradores da área envolvente à Azinhaga dos Espanhóis.

As traseiras de todos os prédios da Av. D. João II, as traseiras da parte final da Rua Camilo Castelo Branco, nomeadamente na área compreendida entre o depósito de água dos Pinheirinhos, Café Bissau, Restaurante Peixinho e mediações de uma loja e oficina de motos, a Derbimoto – juro que nenhuma destas empresas e lojas me pagaram para vir aqui fazer publicidade – por último as traseiras dos prédios situados na Rua João Maria Jales que ficam igualmente voltadas para a referida Azinhaga dos Espanhóis.

Neste verão de 2016, uma vez mais a tradição repetiu-se em toda esta zona da cidade de Setúbal em todos os aspetos relacionados com a higiene, a salubridade e a limpeza, pois também por culpa de alguns ou mesmo de muitos dos cidadãos e moradores toda esta área é mais aparentada com uma lixeira do que com pertencente à malha urbana de uma cidade que se desejava mais limpa e organizada.

Uma vez mais e em virtude de até ao momento nada ter sido feito em benefício das pessoas, este verão foi protagonizado por invasões de autênticos exércitos de formigas, que sem grande admiração e nem dificuldade voltaram a conquistar as cozinhas dos apartamentos dos dois

prédios residenciais situados no final da Rua Camilo Castelo Branco. Também aqui os transtornos são difíceis de qualificar no entanto fáceis de imaginar.

No princípio de agosto do ano de 2015 os familiares do Sr. José Miguel, creio, decidiram finalmente por termo à vida de cerca de 10 a 15 galos que até então todas as madrugadas causavam insónias em quase todos os moradores dos dois sétimos andares em questão.

Já durante o ano de 2016 alguém responsável pelas barracas clandestinas nas traseiras destes referidos apartamentos resolveu então a voltar colocar como inquilino mais um ou dois galos que muito pontualmente todos os dias começam a cantar por volta das cinco da madrugada. Como será fácil de adivinhar as insónias provocadas pelas estridentes cantorias dos galos resultam em evidentes e notórios transtornos para os moradores dos referidos prédios situados no final da Rua Camilo Castelo Branco.

Quer deste modo, e para concluir, apelar à compreensão, à sensibilidade e ao bom senso dos serviços municipais e em particular da Sra. Presidente, Maria das Dores Meira, no sentido de que no mais curto espaço de tempo possível se volte a notificar os donos dos referidos bichos, pois esta é uma sequela de um filme que eu próprio não desejava voltar a presenciar e nem a ouvir.

Nesta perspetiva e verificando com atenção quanto aos motivos pelos quais a atual presidente quer ficar conhecida na história da Cidade do Rio Azul, parece-me aliás mais lúcido e sensato da minha parte solicitar à Sra. Presidente que faça o obséquio de no lugar onde está situada a Azinhaga dos Espanhóis aí mandar projetar e asfaltar com toda a dignidade possível para o efeito uma pista para circulação exclusiva de ciclistas. Parece-me que deste modo as minhas preces serão atendidas e ouvidas com muita mais rapidez e boa vontade em realizar a obra por mim desejada. Não garanto no entanto é que existam na cidade ciclistas suficientes para tanta pista projetada e asfaltada.

Quanto às formigas e no meu modesto ponto de vista penso que o problema só se resolverá quando toda a área for ambientalmente habilitada e qualificada como espaço urbano que deveria ser. Aqui propositadamente não utilizo o prefixo “re”, pois toda a zona em questão ainda permanece tal como sempre foi, ou seja na sua forma mais rural e rústica que se possa imaginar. De salientar que também essa ação de qualificação e habilitação urbana ou de arranjo ambiental por mim e por muitos vizinhos reclamada não deixa contudo de poder igualmente considerar-se bastante urgente.

Mesmo a terminar e postas todas estas situações à consideração de V. Exas. E em especial da Sra. Presidente, faço portanto sinceros votos de que todos estes problemas sejam de uma vez por todas resolvidos com a maior brevidade possível.

José Pedro de Andrade – A minha vinda aqui hoje vem na sequência de ter estado aqui na última sessão, em 24 de junho, onde trouxe um abaixo-assinado de duas urbanizações de Azeitão, a Urbanização da Quinta dos Foios e a Urbanização Vinha da Feira Caracóis que confinam com a vala existente naquela zona e que atravessa Azeitão e que, repito, é um esgoto a céu aberto.

Eu e um vizinho da outra urbanização viemos cá, expusemos a situação, entregámos o abaixo-assinado, deixámos os contatos, pediram-nos os números de telefone e o que é certo é que até hoje não tivemos qualquer *feedback* desta situação.

Lamento. Não estava sinceramente à espera disto. É evidente que não estou à espera que resolvam o problema da vala de um dia para outro, é algo muito mais abrangente do que isso, mas pelo menos uma justificação a dizerem-nos o que é que está ou não previsto, aliás algo que já tinham feito há uns anos atrás quando da primeira vez reclamei aqui.

Outra das situações que nós também pedimos foi a limpeza das áreas envolventes. Aquilo é um matagal completo e nesse abaixo-assinado entregámos fotografias de toda aquela zona e

há um mês atrás, se calhar nem isso, apareceu um tratorista com um trator e uma máquina qualquer que não sei especificar e que limpou cerca de um terço daquela área. Isto fez-me vir cá hoje, porque não estava à espera deste silêncio por parte da Câmara Municipal de Setúbal, deviam ter dito qualquer coisa e em relação a esta limpeza que foi feita, qual foi o critério de mandarem lá limpar um terço daquilo? Porquê um terço?

Alguém perguntou ao tratorista porque é que ele estava a fazer aquele trabalho, porque é que estava a limpar até ali e nem sequer foi aos extremos daquela zona. Relembro que é uma zona que foi exigida pela Câmara Municipal ao urbanizador para construir um espaço verde. Ali está previsto um espaço verde com aquelas máquinas de manutenção, passeios, etc. e tal. Nada disto foi feito certamente por não haver verbas para isso, não questiono, mas pelo menos que a limpeza daquilo se mantenha. Agora mandarem um tratorista limpar cerca de um terço daquela área é no mínimo insultuoso para as pessoas que lá moram. Ou não limpavam nada ou fazerem o que fizeram é que não faz sentido, porque todos os que ali moram e que confinam com aquela vala pagam os mesmos impostos.

Não quero entrar por aí do pagam ou não pagam, mas todos temos o direito à dignidade de viver, desde o primeiro lote ao último, não é três ou quatro lotes no meio. Isso não faz qualquer sentido. Qual foi o critério? Porque é que não nos contataram? Pediram-nos os números de telefone e estávamos disponíveis e deixámos um papel escrito com a nossa morada. Não há uma carta, não há nada, será que é assim que a câmara trata os munícipes? Será que é assim que estamos sujeitos a ser tratados daqui para a frente?

A minha vinda aqui foi só de facto de indignação, não venho expor nada de novo porque nada mudou, o que mudou foi o insulto que todos os moradores daquela zona sentiram com aquilo que foi feito, ao não darem *feedback* de nada, ninguém nos disse nada, e depois irem fazer aquela limpeza vergonhosa. A limpeza até está bem-feita, o homem que lá andou a trabalhar até trabalhou bem, o que ele limpou está bem limpo, agora ou limpam tudo ou não limpam nada.

Presidente da Mesa – Temos conhecimento que o seu problema é um problema que se vem arrastando e tomei conhecimento dele oficialmente há dois dias no máximo e penso que está prevista uma reunião com os interessados. Não lhe posso dizer quando, não lhe posso dizer em que circunstâncias, mas penso que esta é a possibilidade do desenvolvimento do processo e porventura ser-lhes-á dada naturalmente uma explicação e uma satisfação relativamente ao que está acontecendo.

Alexandre Miguel Pato – Venho aqui como representante dos moradores da zona do Monte dos Patos, que pertence à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e venho expor a situação da falta de saneamento básico naquela zona.

É uma zona que tem cerca de 500 pessoas, é uma zona que continua a crescer, continuam a ser construídas mais moradias, há estabelecimentos comerciais a laborar naquela área e continuamos sem saneamento básico. As pessoas acabam por fazer o seu saneamento para fossas, o que acaba por ser uma situação de saúde pública, porque há muitas pessoas que não têm possibilidades monetárias para esvaziar essas fossas e acabam por libertá-las nos terrenos e nas áreas junto às moradias.

A alguns anos a esta parte assisti a uma assembleia descentralizada na zona das Pontes em que foi aprovado um projeto, pelo menos fiquei com essa ideia, que já estava orçamentado e que deveria ter sido concluído em 2013, o qual não se concretizou. Estamos em 2016 e nós perante o Presidente da Junta de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra temos manifestado a nossa insatisfação sobre o que está a acontecer, visto que temos um ramal se calhar a cerca de 500 metros ou nem tanto.

No fundo queríamos saber se estava algo projetado para nos próximos tempos mais próximos, pelo menos para satisfazer a população, porque não deve ser um projeto muito caro visto que temos ali um ramal relativamente perto.

O que nós queremos obter hoje aqui é ficarmos com alguma ideia se há uma data prevista para algum projeto para aquela área.

Vereador Carlos Rabaçal – Em relação à questão colocada pelo Sr. Rui Jorge Amaro o que proponho é que façamos uma reunião rápida e uma visita ao local para que possamos elencar as situações, porque quando disse que os serviços não ligam, temos que ver exatamente o que é que está a fazer um plano de ataque a esse tipo de problemas, certo?

Naturalmente também tem questões de urbanismo, questões de fiscalização, questões de obra, tem muita coisa envolvida, e o que é possível, pelo menos, é fazer um plano de solução desses problemas. Nós podemos ficar com o contacto e garanto que muito antes da próxima Assembleia Municipal vamos reunir e vamos conversar. Ficava assim resolvido visto que colocou muitos problemas e nem todos têm o mesmo caminho de solução, nem a mesma velocidade de solução e nesse sentido propunha que fizéssemos essa reunião para tentarmos fazer um plano para responder às questões que colocou que são extremamente pertinentes.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. José Pedro Andrade, não sei porque é que não foi feita essa reunião, lamento imenso. Não é habitual. Ainda há dias reuni com o povo da Quinta do Picão, reuni com outra população e na minha área de atribuições não sei porque é que não aconteceu e peço imensa desculpa por isso e vou tentar indagar o que é que se passou com a limpeza parcial.

Essa situação é bastante conhecida e de facto há ali uma questão que tem que ser resolvida com o espaço verde, faz parte da ciência da urbanização que resolveria grande parte da questão que colocou.

Em relação à vala nós concluímos recentemente um processo de aquisição de serviços para limpeza de valas, que fazemos mais ou menos por esta altura e naturalmente vou colocar a questão dessa vala para ter o tratamento adequado.

Você ainda levantou outro problema que tem que ver com os esgotos, já uma vez aqui disse numa reunião que levantou assim algumas dificuldades e muitas perguntas, que nós precisávamos de cerca de 50 milhões de euros para resolver os problemas básicos, os principais problemas de novos emissários e novas condutas de esgotos domésticos e a renovação daqueles que estão velhos. Não temos esse dinheiro, temos que ver qual é a fonte de poluição dessa vala para podermos informar qual é a perspetiva que existe em cima da mesa em relação à intervenção sobre esses esgotos.

O que posso dizer é que parece que está uma reunião agendada e se ainda não estiver agendada, pelo menos estará prevista e vou propor que se agende urgentemente essa reunião com vocês, porque de facto tem muito tempo sem resposta e não é habitual. Digo-lhe sinceramente que não é habitual. Às vezes não resolvemos os problemas, mas falamos com as pessoas e explicamos o que é que se passa e resolvemos o que é possível, mas explicamos porque queremos que as pessoas percebam exatamente o que é que se passa. Peço desculpa pelo atraso dessa reunião em nome do executivo e vamos ver se conseguimos marcá-la rapidamente.

Em relação ao Monte dos Patos, eu sou o vereador das obras, é uma das questões que mais me aparece em cima da mesa trazida por vocês e trazida pelo Sr. Presidente de Junta que praticamente todos os dias que me vê fala-me desse assunto insistentemente. Vocês conhecem-no bem e sabem que ele não se cala e insiste sistematicamente nessa matéria, têm um Presidente que vos defende bem e ainda bem e nós também estamos aqui para os defender.

Em relação àquela zona o senhor referiu uma coisa que não corresponde exatamente aos custos. Fizemos um estudo daquela zona e temos duas possibilidades de intervenção no Monte dos Patos. Uma possibilidade é fazer um esgoto gravítico que não é 500 metros, são para aí uns dois quilómetros, o que é um valor brutal por ser gravítico. A outra hipótese é ligar do lado contrário e para isso tem que haver um emissário e ainda não há.

Estamos a desenvolver agora, certamente conhecem isso, a central elevatória do Faralhão, primeira fase. O sistema do Faralhão.

A segunda fase do sistema do Faralhão vai ligar depois à ETAR de Setúbal e é no quadro da solução disso que vamos poder ligar o Monte dos Patos para o lado de cá. É a solução que temos, parece a mais racional e a mais adequada e o sistema do Faralhão fase I concluiu este mês, a fase II vai arrancar dentro de pouco tempo, e vão permitir limpar as valas, limpar o rio e garantir a ligação de todos os esgotos de todas aquelas urbanizações. Até lá não há nenhuma vantagem em fazer esgotos numa urbanização que depois não liga a lado nenhum.

Temos em Azeitão umas urbanizações que têm esgotos que depois não ligam, não têm onde ligar e depois vão para as valas.

Trata-se de criar o sistema de recolha e depois ligar esse mesmo sistema de recolha.

Isto é a questão da obra que não vos deixa muito satisfeitos, porque vai levar algum tempo ainda, uma acabou e a outra vai levar para aí um ano ou um ano e tal e depois é que faremos a ligação.

Entretanto temos estado a discutir com as Águas do Sado, visto que no contrato das Águas do Sado estava previsto que eles fizessem a limpeza das fossas onde não houvesse esgotos domésticos. As Águas do Sado inventaram umas coisas e também invocam que a câmara não lhes comprou um limpa fossas, o qual estaria no contrato. Uma certa confusão e nós entendemos então resolver o problema e vamos tentar comprar o limpa fossas e as Águas do Sado têm que as limpar. Vamos ver se conseguimos chegar a um acordo com eles, se não estamos em litígio e a situação fica por resolver, se for a bom termo teríamos num espaço intermédio de tempo uma limpeza das fossas com as Águas do Sado que tem a ver com o saneamento. Digo que teríamos, porque ainda não temos a garantia que vamos ter.

Isto com toda a sinceridade e com toda a clareza é o que vos posso dizer, embora que o que gostaria de dizer era que o sistema do Faralhão estava pronto e que iríamos começar a vossa obra para a semana.

Sei que houve algum compromisso e que não é de 2013, é antes de 2013, de avançar com a obra, mas fizemos as contas, você não tem culpa disso e nem do que vou dizer, fizemos umas contas e o sistema de recolha dos esgotos dá por fogo mil e quinhentos euros. No caso do Monte dos Patos e no caso de outras urbanizações do mesmo género são treze mil euros por fogo. É um valor brutal e mesmo assim ao optarmos por ligar ao sistema do Faralhão acabamos por fazer isso um pouco mais barato como você disse, mas por outro lado eram quase trezentos mil euros, o que era muito dinheiro.

Pedimos encarecidamente um pouco mais de paciência e iremos dar notícias. Tenho combinado aqui com o Sr. Presidente de Junta, que logo que tenha notícias das soluções com as Águas do Sado de reunirmos convosco e pôr-vos em cima da mesa o painel todo, os prazos e as questões todas para o pessoal ter uma noção exata do que vai acontecer no futuro e não estar nesta inquietação de que parece que estão abandonados. Não estão. Como há pouco comecei por dizer, é dos assuntos que tenho em cima da mesa mais insistentemente por preocupação nossa, mas também por insistência permanente do Sr. Presidente de Junta. Não estamos esquecidos e como vê estamos a discutir com as Águas do Sado essa hipótese e vamos ver o que é que vai dar.

Muito obrigado e desculpem por não poder ir mais longe, mas é o que posso dizer.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Carminda Ferreira (PS) – Há três sessões atrás veio a esta Assembleia Municipal uma proposta de aquisição de 1.600.000 litros de combustível para consumo deste município e o Tribunal de Contas pediu documentação ao executivo para poder avaliar a proposta e nós pretendíamos saber que documentação é que foi pedida. O Sr. Vereador André Martins na altura não estava suficientemente bem documentado e ficou de nos enviar essa informação por carta, o que não se verificou.

Na última sessão voltámos a pedir essa documentação e ficou de nos ser enviada e vamos continuar à espera que a referida documentação nos seja fornecida.

Presidente da Mesa – Não tinha presente essa falta de resposta, mas penso que terá que ser satisfeito naturalmente o seu pedido.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – A questão que quero colocar à Câmara Municipal, nomeadamente à Sra. Presidente é a seguinte: o ano letivo começou em meados de setembro e vários alunos deste concelho ficaram sem poder adquirir o passe com a comparticipação que é devida pela Câmara Municipal. Ao que parece porque a Câmara Municipal ou os serviços da câmara não emitiram atempadamente a declaração que parece que é devida para as escolas poderem emitir por sua vez uma outra declaração para os alunos poderem deslocarem-se aos TST e adquirirem o passe com essa comparticipação.

O Sr. Vereador está a dizer que não, mas vou-lhe dizer que sim, porque a minha filha foi uma das alunas que não teve essa declaração a tempo e apenas lhe emitiram a declaração para o mês de outubro e estão vários alunos nesta situação.

Com tudo isto várias famílias deste concelho tiveram que pagar diariamente bilhetes para os seus filhos se poderem deslocar para a escola.

Não sei se a responsabilidade foi da câmara, isto foi o que nos foi transmitido pela escola, neste caso em concreto pela Escola Sebastião da Gama. Agora se a câmara é de facto a responsável ou não, eu não sei, mas esta foi a informação que deram, que não podiam emitir a declaração porque a Câmara Municipal não tinha ainda cumprido com a sua obrigação.

Como não sei se assim é, gostava de saber se de facto a câmara teve responsabilidade nesta questão ou não, porque é diferente pagar um passe com comparticipação ou estar diariamente a pagar duas vezes por dia o respetivo bilhete.

José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) – Começo a minha intervenção a saudar os moradores do Monte dos Patos e através deles também os moradores da zona das Pontes, que também sofrem do mesmo problema relativamente ao saneamento básico. É uma questão que já vem de trás, constantemente a Junta de Freguesia está em contato com estes moradores e é na junta que reclamam a sua necessidade. É uma necessidade de extrema urgência, todos sabemos quanto é importante um saneamento básico completo nas nossas casas e os moradores do Monte dos Patos e os moradores de parte da zona das Pontes ainda não usufruem do saneamento na totalidade. É uma lacuna que existe.

Como Presidente de Junta de Freguesia fiquei satisfeito com a informação que foi dada pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, desejando que se consiga na totalidade a execução do trabalho e que o plano “B” com as Águas do Sado se consiga realizar para colmatar esta lacuna.

Dizer também aos moradores que podem contar com a Junta de Freguesia, porque em tudo o que nos for possível fazer para ajudá-los na tentativa desta resolução estaremos sempre ao dispor, assim como estaremos sempre ao dispor da Câmara Municipal para ajudarmos na tentativa de resolver este problema, que é um problema bastante grave, é uma mancha que existe na Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, a qual queremos ver limpa. Muitas vezes digo que em pleno século XXI estas questões não deveriam existir, mas infelizmente existem. Estamos cá para as tentar resolver e tudo faremos para tentar solucionar este problema.

Carlos Batista (PS) – No dia um de agosto foi dado a conhecer ao Gabinete de Apoio à Presidente da Câmara, através de um morador, da existência de ratos e baratas que se passeiam durante a noite e que entram por debaixo das portas dos prédios fazendo a vida negra aos moradores da Rua Ocidental do Mercado.

Foi solicitado então a intervenção da câmara para resolver este problema, pois existem ervas daninhas, vegetações, barracões e os sem-abrigo e toxicodependentes que vivem nesses barracões deixam detritos e excrementos, tudo o que pode dar origem à proliferação destes bichos.

Naturalmente que o gabinete da câmara, no dia cinco de agosto, confirmou a receção desta queixa, dizendo que iria ser enviado à Divisão de Higiene Urbana, ao que foi dado até o número do processo, 35496/16. Hoje é 30 de setembro, já passou um mês, e ainda nada aconteceu. Temos que ter a consciência de que estamos a falar de uma rua que fica em frente ao nosso mercado.

Nos barracões que estão no fundo é onde os toxicodependentes fazem a vida deles e há a necessidade de facto de haver ali uma intervenção de fundo para não pôr em risco a saúde pública. Chegamos à conclusão que se os bichos entram nas nossas casas também, se calhar, vão entrar para dentro do mercado.

Agradecia a atenção da Sra. Presidente para este problema.

Também queria falar aqui, muito rapidamente, sobre a limpeza na periferia do edifício Alegro. O Alegro que é uma obra emblemática, mas se começarmos a contornar o edifício existe o pavimento de lajetas e toda a erva está a rebentar entre as frestas, dá a sensação que são aquelas urbanizações que se fazem, que não se constroem casas e depois começa proliferar todas aquelas ervas. Não sei quem é o responsável pela limpeza daquela área, se é o Alegro, se é a Junta de Freguesia, se é a câmara, mas uma coisa sei, aquilo está com muito mau aspeto.

Alberto Sousa Pereira (CDU) – A minha intervenção é sobre as comemorações do Bocage. Em 2015 o poeta setubalense Manuel Maria Barbosa du Bocage fez 250 anos de nascimento e 210 de falecido, morreu exatamente com 40 anos de idade. Por essas duas razões o município de Setúbal organizou um conjunto digno e vasto de atividades e acontecimentos que se prolongaram até Setembro deste ano. Basta dizer que o programa das comemorações continha 54 páginas e deram a sua anuência, às comemorações, figuras importantes da política e das artes e letras como, por exemplo, o então presidente da República Aníbal Cavaco Silva, o secretário de estado da cultura Barreto Xavier ou a presidente do Instituto Camões da Cooperação da Língua, Ana Paula Labourinho.

O programa apontava inúmeros projetos, que foram quase todos concretizados, dos quais salientamos os seguintes devido ao seu elevado nível ou importância:

- A exposição – Bocage e o livro da época do iluminismo, em Novembro de 2015, que se encontra à venda na loja da câmara;
- O conjunto de conferências, sobre diversos temas políticos, geográficos, religiosos, ligados à figura e à época de Bocage, com vários oradores convidados;

- Diversas atividades teatrais, relativas a Bocage, com a participação das companhias de teatro da cidade;
- A exposição no antigo Quartel de Regimento de Infantaria onze, das obras do pintor Júlio Pomar ligadas à temática bocageana, aliás o autor teve a amabilidade de oferecer um dos cartões dos azulejos que estão na Estação do Metropolitano do Alto dos Moinhos à Câmara Municipal e que está exposta na Casa Bocage;
- Apresentação de novas publicações e reedição de algumas as obras completas de Bocage;
- Colocação, faseada no tempo, pelas ruas e largos do centro histórico da cidade, de 30 instalações esculturais com a designação “Bocage na Rua – 30 poemas”. Cada instalação tem um arranjo estético variado e contém um soneto de Bocage. O conjunto forma um percurso pedonal inédito em Portugal, no seu género, cujo melhor elogio que se pode apresentar e que não foram alvo de vandalismo até à data;
- O I Congresso Internacional de Bocage, que trouxe a Setúbal vários estudiosos da obra de Bocage e que abordaram vários aspetos da sua vida e da sua obra;
- Finalmente, como encerramento bem digno da época bocageana, temos a apresentação integral das nove sinfonias de Beethoven, contemporâneo de Bocage, embora na altura ainda desconhecido dos portugueses, que se prolongaram por três dias. Portugal vivia num período de grande obscurantismo religioso e a música que se tocava era a música barroca do início do século XVIII e o Bocage foi um homem do final do século. Setúbal estava atrasada 100 anos em termos musicais. As integrais foram exibidas durante três dias, elas são nove e desde 1973 que tal exibição não era tocada em Portugal.

Com estas dignas e completas comemorações todos ficámos a ganhar; a memória de Bocage, a cidade de Setúbal e a cultura portuguesa.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Queria deixar aqui alguns apontamentos e fazer algumas referências.

Vou falar de um assunto que nos foi deixado pelo Deputado Albérico Alho e que é junto ao sítio onde ele mora, na Rua Miguel Homem Sampaio e Melo, onde foram cortadas algumas árvores por causa das raízes levantarem os passeios. Cortaram as árvores, mas não retiraram os cepos, as árvores tornaram a rebentar todas e o problema agravou-se, porque as raízes continuam lá e a provocar os mesmos problemas e os moradores ficaram sem as árvores e sem a sombra. Alertava para esta situação.

Outra questão que tem a ver com a mobilidade, até porque tivemos a semana da mobilidade nesta cidade, e tem a ver com as passadeiras na cidade onde uma grande parte delas não se conseguem ver, a tinta desapareceu e em muitos locais da cidade é difícil os automobilistas conseguirem ver as passadeiras e os peões também têm dificuldade em passar. Alertava também para esta situação.

Fico satisfeita por terem iniciado as obras, já há algum, na avenida Álvaro Cunhal. Estão a pôr passeios e estão a fazer algumas obras que vão ser muito importantes para aquela artéria de entrada na cidade, o que vai permitir a mobilidade das pessoas e dos veículos, o que é bastante importante.

Queria deixar aqui uma questão que tem a ver com uma pergunta que foi feita na Assembleia da República pelos deputados do Bloco de Esquerda e que tem a ver com os assuntos ligados à saúde.

Sei que a Câmara Municipal tem tido um papel ativo nesta área ao nível do envelhecimento com saúde e do envelhecimento ativo, com semanas também dedicadas também a esta prática, queria saber se a câmara tem um plano municipal de saúde e quais são as medidas e objetivos inscritos nesse plano.

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Quatro ou cinco questões que acho importantes nós abordarmos nesta assembleia, que me preocupam e que também me encham de orgulho, ao fim ao cabo, pelo trabalho que é feito neste concelho.

Naturalmente que um jardim tem flores, tem aquelas árvores com espinhos e por vezes aquilo que vemos é de facto uma pedra que ficou no meio do jardim por reparar ou por melhorar.

Começo por felicitar a Câmara Municipal pelo trabalho que tem vindo a desenvolver neste concelho e em particular o trabalho que tem vindo a fazer na requalificação do Moinho da Maré da Mourisca de modo a permitir que o concelho se estenda também, do ponto de vista turístico, àquela freguesia e o aproveitamento da cidade ao rio.

Naturalmente que esta obra em tempo record, por administração direta da Câmara Municipal, veio dignificar aquele espaço e também disponibilizá-lo a todos e em particular para nós que vivemos naquela freguesia, mas quer a freguesia do Sado, quer a freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e também para os nossos turistas poderem usufruir daquele espaço.

Este espaço quando inaugurado pelas festas do Moinho da Maré da Mourisca que nós, Junta de Freguesia do Sado e Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, temos vindo com alguma insistência a fazer daquele espaço um ponto de encontro.

Naturalmente também agradecer à Câmara Municipal toda a sua disponibilidade para que as festas do Moinho da Maré da Mourisca tivessem também o êxito que tiveram ao promover também o nosso concelho.

Agora vou para as questões dos espinhos, deixo algumas preocupações que têm a ver com deslocalização da empresa Carmona de Azeitão para a nossa freguesia e queria saber exatamente em que ponto é que se encontra a situação desta empresa.

Queria também colocar outra questão, o Sr. Vereador disse que a obra estava a terminar ou que tinha terminado e constato que ainda não terminou, era para ter terminado em agosto, mas não terminou. Foi uma obra que decorreu a um ritmo, que julgo, ter sido bom. É verdade que os efeitos colaterais que teve foram sentidos e a Câmara Municipal atendeu juntamente com o empreiteiro às reclamações, quer à irregularidade do asfalto, quer também à poeira que se ia fazendo com a circulação automóvel. Também aqui conseguiram responder às reclamações dos nossos fregueses e foi com profissionalismo que esta obra se foi desenvolvendo e ficámos todos melhor servidos no que ao saneamento diz respeito.

Depois de um trabalho que a Câmara Municipal fez, que tem a ver com a desbaratização na freguesia, o mesmo ficou incompleto. Nós acompanhámos com dois trabalhadores toda esta desbaratização que foi feito em todas as ruas do Faralhão e Santo Ovídio, no qual falta efetivamente as Praias do Sado e que é necessário continuar este trabalho.

Sabemos que os orçamentos, que o Orçamento de Estado não descentraliza para as Câmaras Municipais e para as Juntas de Freguesia as verbas necessárias e pensamos que o orçamento para 2017 venha corrigir esta componente e naturalmente que os financiamentos para as Autarquias Locais venham a ser reforçados de modo a que possamos corresponder às necessidades que cada vez mais nos chegam. Necessidades essas que se prendem com a questão da limpeza de terrenos particulares e das valas particulares. Na freguesia do Sado todos os dias temos reclamações dos nossos fregueses, porque há proprietários que têm as suas propriedades e alguns lotes com algum desleixo na limpeza dos mesmos.

Naturalmente que é aqui e nas sedes das Juntas de Freguesias que recaem todas as reclamações no sentido de responder a esta questão.

A minha questão para a assembleia, para a Sra. Presidente e para o executivo é saber que plano é que existe para que possamos desenvolver de modo a notificarem-se os proprietários para serem obrigados a fazerem as limpezas aos seus terrenos, porque quem coabita com um terreno que está com muito mato tem preocupação com os insetos, com os roedores, com os répteis e com a segurança em relação aos incêndios.

Ainda uma outra questão que tem a ver com a qualidade dos transportes TST. Tem-me chegado alguns relatos que a qualidade dos transportes dos TST não é das melhores e que os horários não estão a ser cumpridos. Já levantei aqui esta questão durante o ano letivo passado e naturalmente que esta questão continua presente e continua-se a viver.

Não sei qual é que é o ponto de situação que a câmara tem com os TST de modo a que esta falta de qualidade venha a ser melhorada.

Nós tivemos uma reunião com os TST, com a Junta de Freguesia do Sado e com a Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra no sentido de melhorarem este serviço e foi-nos garantido que sim, mas a verdade é que se constata que esta questão está ainda muito longe do índice de qualidade que nós todos desejaríamos.

Outra questão, a qual tem a ver com a variante Alto da Guerra-Mitrena, estamos quase no final do mandato e neste momento já cheira a campanha ou a pré-campanha e naturalmente que cada vez que nos aproximamos do final do mandato estes sinais vão sendo vividos por todos nós, quer aqueles que estão no ativo em termo dos executivos, quer aqueles que estão nos órgãos deliberativos enquanto oposição ou enquanto membros dos órgãos deliberativos da própria força política que gere.

A variante Alto da Guerra-Mitrena é um problema que foi desenvolvido e inaugurada em 2009 com o compromisso de ficar uma saída em Praias do Sado, algo que o PSD no Governo e na Assembleia da República classificou como não prioritário. Naturalmente que as prioridades mantêm-se e pensamos que este espaço, esta terra, esta localidade necessita urgentemente desta saída da variante e não podemos deixar que este assunto morra e fique esquecido. Alguns não gostam e põem à borda do prato.

Naturalmente que é assim que nós trabalhamos e as pessoas necessitam desta saída. Pensamos que o Partido Socialista está atento também para desenvolver o trabalho necessário para que o Instituto Estradas de Portugal venha a considerar no orçamento de 2017 esta questão. Pensamos que quer a Assembleia Municipal, quer a Câmara Municipal, todos possam fazer um esforço no sentido de quem está a governar o país se lembre de Praias do Sado e da Freguesia do Sado em relação a esta matéria.

Teresa Andrade (PS) – Venho hoje falar de uma situação que me causa alguma tristeza, mas que faz parte do ciclo da vida.

Há 43 anos nasceu em Setúbal uma livraria muito especial, a CULSETE, vendeu livros, artigos de papelaria raros, dinamizou muito a atividade cultural em Setúbal e criou um espaço de convívio e de amor aos livros e às pessoas que por lá passavam. A CULSETE foi o reflexo dos sonhos de quem a criou, o casal Manuel e Fátima Medeiros. O livreiro velho como se autointitulava Manuel Medeiros, veio dos Açores para amar Setúbal e cá ficou fazendo da CULSETE uma ilha de conhecimento, onde tudo foi motivo para uma longa e aprazível conversa.

Na CULSETE apareceram muitas pessoas diferentes, apareceram também muitas crianças que ficavam horas por lá e para todos houve sempre paciência, atenção, um olhar atento e todos saíam melhor, todos traziam livros.

Uma frase do Sr. Manuel que não me esqueço “As crianças que crescem entre livros vão amar os livros pela vida fora”. Sim muitas crianças de Setúbal, e não só, irão para sempre amar os livros graças à CULSETE.

A CULSETE fecha agora as suas portas dia dois de outubro e Setúbal fica mais pobre.

Há destinos que são difíceis de evitar como a doença ou a morte, que são a causa do fecho, mas é pena que uma livraria como a CULSETE deixe de poder continuar entre nós.

Aprendi na CULSETE e em outras livrarias antigas que a verdadeira magia das livrarias está nos seus livreiros, porque um verdadeiro livreiro faz muito mais do que vender livros, é sábio,

é conselheiro. É sábio para além dos seus anos, porque já viveu e já leu muito, muitas outras vidas para além da sua, e também é jovem mais tempo, porque a sua imaginação o impede de ganhar rugas por dentro.

O verdadeiro livreiro sabe que um livro pode resolver quase todos os anseios da alma humana. Hoje tenho alguma tristeza, vou lembrar-me sempre do Sr. Manuel e da D. Fátima, da livraria, vou lembrar-me sobretudo quando entrar numa outra qualquer livraria onde os empregados estão sempre a mudar ou preferem caçar *pokemons* do que ler livros e onde tenho que soletrar o nome de todos os escritos, que eles nunca leram, para comprar um livro, nesses dias vou sentir mesmo muitas saudades.

Por agora vou cuidar bem dos seus livros, partilhar as suas histórias com crianças para os ensinar a amar para sempre os seus livros.

Hoje trouxe um livro especial, impossível de encontrar há muitos anos noutra livraria, trouxe-o para a Sra. Presidente pelo seu aniversário neste mês, escrito por uma grande mulher, a primeira a receber o Prémio Nobel da Literatura e que morreu no mesmo ano em que nasceu a CULSETE, chama-se Pearl Buck e o livro “Debaixo do céu” e fala da luta pela justiça social. Deste livro nasceu a ideia que levou ao desenvolvimento do primeiro banco alimentar, este livro fala da criação do primeiro banco alimentar na altura da grande depressão nos Estados Unidos.

O melhor que podemos fazer pelas livrarias que amamos é partilhar os seus livros e é isso que vou agora fazer.

A Sra. Deputada Teresa Andrade entregou o livro à Sra. Presidente da Câmara e todos aplaudiram.

Henrique Guerreiro (BE) – Há momentos de desânimo com a nossa vida na Assembleia Municipal, que pomos em causa a utilidade destas sessões, que pomos em causa se não valeria a pena ocupar o nosso tempo noutra qualquer atividade cidadã ou não, do que passar uma longa noite nesta sala.

Quero-vos dizer que acabei de assistir a um dos momentos que me diz que valeu a pena vir aqui hoje, que mais não fosse para ouvir a bonita intervenção que a Deputada do Partido Socialista acabou de fazer e quero relevar a simplicidade das palavras bonitas.

Pedi no entanto a palavra, até porque a pedi antes de a Deputada do Partido Socialista ter feito a sua intervenção, para partilhar convosco algumas preocupações de alguns cidadãos do concelho com quem contato e com quem convivo. Preocupações que já foram aqui abordadas quer por alguns munícipes, quer pelo Presidente da Junta de Freguesia do Sado, e que tem a ver com o que parece que terá sido de alguma forma anormal este ano de bastante calor e do desenvolvimento de algumas pragas urbanas, nomeadamente de baratas e ratazanas.

Alguns amigos que vivem no Bairro Salgado fizeram-me chegar a notícia que depois daquele incêndio na fábrica de espanhóis, como é um terreno muito grande e completamente abandonado, tudo o que era ratazana que por ali habitava começaram a invadir os outros quintais.

Isto é cíclico na zona que circunda o Parque do Bonfim, eu próprio tive um Bar durante alguns anos naquela zona e estão presentes na sala alguns dos meus amigos e clientes da época e que são testemunhas do convívio que tínhamos que ter no pequeno jardim envidraçado com dezenas de ratazanas do tamanho de coelhos. Não é um problema novo, é um problema das cidades, mas que este ano tem tido, como diziam alguns amigos que moram na Av. S. Francisco Xavier, onde as baratas são enormes e que dariam já para fazer uma excelente sopa e este ano o seu número também é muito maior.

Perguntava à Sra. Presidente se há intenção de intensificar as campanhas de desratização e de desbaratização no meio urbano. Não sabia que junto ao mercado também existiam, parece que há este ano em toda a margem sul, Seixal, Barreiro por aí, fruto do calor um aumento dessas colónias e que exigem medidas eventualmente mais intensas.

Queria referir também, não sei se é possível fazê-lo verbalmente, os votos de pesar e os minutos de silêncio, mas não ficaria bem sem referir a morte recente em agosto da Diretora do Festroia, Fernanda Silva, uma mulher ligada ao cinema, penso que a sua última presença pública foi na Escola Lima de Freitas inaugurando ou estando presente numa sala dedicada ou que tem o seu nome e do seu companheiro, também já falecido. Era uma mulher que esteve presente em júris de vários festivais de cinema, a quem a cidade e a cultura da cidade deve muito e não ficaria bem também sair hoje desta sala sem manifestar e sem me inclinar perante a memória de Fernanda Silva.

Não o fiz de forma escrita, porque não estive na cidade durante algum tempo e só soube agora do seu falecimento.

Queria também partilhar convosco o resultado do requerimento feito pelo Bloco de Esquerda ao Ministério da Justiça sobre o valor do benefício fiscal concedido aos fundos imobiliários no que tem a ver com o IMI de 2015.

Os Deputados do Bloco de Esquerda fizeram um requerimento ao Sr. Ministro das Finanças no sentido de apurar, dado que felizmente e de forma muito positiva – o que é de saudar – o orçamento para 2016 finalmente terminou com as isenções a esses fundos imobiliários, mas pedindo-lhe justamente ao Sr. Ministro que elencasse o valor daquilo que os fundos imobiliários não pagaram de IMI e deveriam ter pago e devem pagar no próximo ano, e o resultado não me deixa de surpreender pelo valor.

Em todo o Distrito de Setúbal há dois concelhos que se destacam seis, oito, dez vezes mais do que todos os outros. Palmela, primeiro, com um valor de 188.000,00€, logo seguido de Setúbal com 157.000,00€ de valor de IMI que será recolhido já na próxima coleta, porque esta isenção terminou.

Dizer hoje aqui que o resultado desta medida traz uma receita de 157.000,00€, superior ao valor que arrecadamos com a taxa de direitos de passagem, superior a algumas taxas aplicadas pelo município. Não deixa de se saudar o Governo e os partidos que lhe dão suporte, nomeadamente o meu, por esta medida de justiça fiscal que repõe aquilo que deve ser, todos pagam impostos de acordo com os seus benefícios.

Apenas uma curiosidade Sra. Presidente, gostaria de saber quais são os fundos imobiliários? Não sei se a câmara tem acesso a essa informação ou se as finanças se limitam a dar-vos o valor que estes fundos devem pagar. Seria importante conhecer quais são, qual a origem, onde estão sediados, quem são. Não lhe peço nome, morada e número de telefone porque não valeria muito a pena, mas conhece-los sim valeria a pena.

Presidente da Mesa – Muito obrigado Sr. Deputado pela interessante informação que acaba de fornecer, mas já agora pedia que esclarecesse algo que me passou, referiu que eram os dois concelhos, mas a nível de distrito ou nível nacional?

Henrique Guerreiro (BE) – A lista que me chegou é manifestamente incompleta, tenho duas páginas da lista e tenho vários concelhos, mas para termos uma ideia Aveiro tem 44.000,00€, Almada 47.000,00€... É nacional, mas eu não a tenho completa. Grândola 17.000,00€, Moita 2.000,00€...

Quer dizer que o valor de Setúbal é capaz de ser, excluindo Palmela, superior ao resto dos concelhos do distrito.

Manuel Esteve (PS) – Queria em primeiro lugar solidarizar-me com todos os munícipes que fizeram aqui as reclamações em nome da bancada do Partido Socialista.

Em seguida quero também aqui anunciar que, como vimos nesta sessão, a maior parte dos problemas são todos de saneamento e os mais graves são na periferia da cidade de Setúbal. Só vemos as obras dentro da nossa cidade, que é bonita e gosto de a ver bonita, mas não posso descurar tudo o que é na periferia, como aqui já foi falado, todas as periferias das cidades estão cheias de grandes problemas.

Perante isto passava agora a fazer as minhas queixas em relação à minha zona de Azeitão. Como é óbvio temos as nossas carências e ia anunciar aqui umas quantas e recordar outras que já aqui foram referidas.

Começaria por relembrar que há uma falta muito grande, com certeza que é distração, de uma sinalética na Estrada Nacional que leva Setúbal a Azeitão, porque voltamos ao lado direito na estrada de Setúbal, que até se chama a Estrada de Setúbal, e não temos lá nenhuma sinalética a dizer que é a aldeia e que é ali que se vira para Vendas de Azeitão. Já teve e agora não tem e já não tem há algum tempo.

Queria dizer aqui também que é a falta de passagem por essa estrada que na Rua dos Trabalhadores da Empresa Setubalense que faz o cruzamento com a Rua do Olivalinho que em tempos tinha um espelho, o qual evitou vários acidentes de automóvel. Também já não está lá há bastante tempo e encontra-se dois espelhos ao lado esquerdo que é à saída de duas quintas que lá estão e uma delas nem sequer está habitada. Há necessidade realmente, porque já lá esteve este espelho.

Perante esta situação gostaria de saber o que se passa, sei que não há má vontade da parte da câmara e nem da junta de freguesia que me faz levantar estas questões, mas as pessoas perguntam e tenho que responder também em nome daquilo para o qual fui eleito.

A Rua da Paz, as Travessas do Celeiro e de São Simão continuam cada vez mais degradadas e cada vez com mais remendos em cima de remendos. Agora já não é só alcatrão como é também já com cimento e isso tudo é feio e um bocado chato, porque é uma das ruas da aldeia antiga que tem mais habitantes e que é usada agora sistematicamente como trajeto de automóvel.

Sobre o assunto da Rua Francisco Rodrigues Simões do qual aqui já houve um munícipe que veio reclamar por causa da falta de escoamento das águas pluviais, quero-lhes dizer que foi feito agora, na tentativa de resolver esse problema, duas lombas a atravessar as duas estradas no encaminhamento das ruas que descem. Isto no século vinte e um até parece mentira. Como é que se consegue fazer ali duas lombas para encaminhar as águas que vem da parte de cima para ir tudo sair à Rua do Poço? Perante esta situação a Rua do Poço fica um caudal, parece o rio de São Simão. Já está seco e agora vai começar a ter outra vez água ali com fartura pela aquela estrada abaixo.

Gostava que a Sra. Presidente ou quem de direito, a Sra. Presidente da Junta com certeza que está atenta a estas situações, que veja bem o perigo que isto é. Estamos a tentar tirar, e bem, o problema de alguma da parte de cima da aldeia e estamos agora a encurralar toda a outra situação da estrada que é a estrada principal, que é a Rua do Poço.

Depois queria também dizer que os sumidouros da estrada do Poço estão um bocado mal tratados, não são limpos e alguns até estão mesmo entulhados com areias e outras coisas devido às enxurradas que houve recentemente e entupiram. Até posso enunciar um para exemplo, que é ali em frente aos armazéns junto da Cooperativa de Habitação, esse então está mesmo todo tapado e é um sumidouro grande que provavelmente resolvia um bocadinho deste problema que estou aqui a apresentar relativamente às águas pluviais.

Para não maçar muito queria também não me esquecer daquele tal passeio ciclovia que estamos aqui a pedir e sei que tem havido algumas conversações entre a Junta de Freguesia, a

Câmara Municipal e as Estradas de Portugal, uma vez que agora vai-se lá fazer um grande complexo de BTT e de campos de Padel.

Os habitantes de Vendas de Azeitão e de Vila Fresca gostavam, se não pudessem ir de bicicleta, de ir a pé e que tivessem ali uma proteção para irem até lá darem uma voltinha.

Estou a dizer isto um pouco com graça, porque aqui não é nenhum tribunal e não se está aqui a fazer juízo seja do que for e nem a pôr em causa essas dúvidas.

Perante isto espero que me deem alguma resposta que simpatize para que tenha alguma resposta também para dar àqueles que me pedem para não me esquecer deles, porque também pagam o IMI e bem caro. Segundo parece é uma aldeia típica, uma aldeia antiga, uma aldeia histórica e viradas para o sol e que perante estas situações todas estamos todos a pagar e bem pago o IMI daquela zona. Agradecia que levassem em atenção.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Cheguei um pouco atrasada e pela parte da resposta que ouvi do Sr. Vereador Carlos Rabaçal pareceu-me que estivesse a falar da Urbanização dos Fóios e deduzo que os municípios aqui tenham trazido esse assunto.

Julgo que tenha sido por causa da vala, uma situação que tem vindo a ser várias vezes falado entre a junta, a câmara e a urbanização e tem outras questões, nomeadamente um terreno que até tem uns candeeiros e que necessita efetivamente de um arranjo.

Tem árvores que precisam de ser substituídas e o problema das árvores não é exclusiva daquela urbanização, infelizmente as urbanizações que foram feitas em Azeitão há 15, 18, 20 anos, todas levaram umas qualidades de árvores que não sei o que são, porque elas todas rebentam os pavês, as calçadas, tudo está no ar, tudo está levantado. É um tipo de árvores que não deveria ter sido plantada em passeios. Não estou a dizer que a câmara tenha que ali chegar num ano e cortar as árvores todas e substituí-las todas, mas tem que se fazer efetivamente um plano de corte naquelas urbanizações, de arranque de cepo e de substituição de árvores.

Curiosamente na Urbanização Casas de Azeitão, na III fase, há uma rua em que o passeio não comportava caldeira para árvore e encostaram a árvore mesmo ao muro da casa dos proprietários e estão com os muros todos rachados e pedem o abate das árvores. Algumas a câmara este ano já abateu, é claro que o amigo da árvore e do ambiente vem depois à junta ralhar e questionar porque é que estão a abater árvores tão grandes. Fazem isto porque não tem árvores à porta a partir-lhe o muro. Julgo que a câmara vai ter que planificar uma intervenção de corte de árvores em várias urbanizações e também na dos Fóios.

Já que foi uma assembleia em que se falou muito de baratas e de ratazanas, queria também falar do que se tem passado em Azeitão. Tem sido muito mau, tem efetivamente chegado à câmara, se calhar, centenas de reclamações destes bichos, mas os serviços têm andado a atuar em força. O que tem acontecido é que elas este ano são de tal bravura que só uma intervenção este ano não tem resultado.

Tenho acompanhado a empresa que efetivamente faz o tratamento e na rua onde fazem o tratamento daí a quinze dias ainda surge bicheza. Isto foi um problema que se estendeu, não só a Setúbal, mas a vários concelhos, e de facto é preciso que a empresa continue no terreno para acabar com esta situação.

Também me queria alegrar pelo facto de a câmara já estar a tratar da Rua Perpétua Azeitonense, a qual é uma rua estruturante que vai direito à variante e que há muito era necessário ser intervencionada. Espero que agora os asfaltos fiquem um tempo por Azeitão.

Queria ainda, porque na altura já não vou falar nisso, sugerir à câmara que pensasse na possibilidade de criar um estaleiro de trabalho em Azeitão, como já houve em tempos. A câmara em tempos já teve trabalhadores afetos a Azeitão e máquinas afetas a Azeitão, porque irem trabalhadores de Setúbal, de Poçoilos para irem trabalhar em Azeitão e regressarem é

muito complicado, o trabalho não rende e as máquinas ao andarem de um lado para outro também não rendem.

Azeitão tem uma área muito grande, por exemplo aqui no mapa do trimestre das despesas da câmara, e isto acontece em todos os trimestres, na coluna da terra batida a câmara gasta em todos os trimestres 90% do total da verba em Azeitão. Acontece em todos os trimestres, é sinal que é ali que as máquinas têm que andar a trabalhar. Se gasta 90% da verba em Azeitão, teria mais lógica que tivesse em Azeitão e viessem para aqui. Isto são os dados que a câmara nos dá de três em três meses e julgo que a câmara deveria começar a equacionar e a pensar em ter trabalhadores afetos a Azeitão, rentabilizavam mais o trabalho, mais as máquinas e seria melhor para as populações de Azeitão e também para as de Setúbal, contrariamente àquilo que pode ser pensado.

Agora em relação ao meu amigo Manuel Jorge, ele é persistente e a Rua da Paz tem uma sorte em ele lá viver, porque em todas as assembleias a rua aqui é falada.

A câmara está a tentar resolver a situação da rua do Manuel Jorge como está a tentar resolver a das outras ruas. A Sra. Presidente até já fez questão em ir conhecer a rua do Sr. Manuel Jorge e ele curiosamente apanhou-a lá. A Rua da Cruz, por exemplo, é que tem azar em não ter lá o Manuel Jorge a viver, é logo ali ao lado, mas a Rua da Paz é que é determinante.

Em relação à limpeza dos sumidouros começamos na freguesia na semana passada, e falando até com os meus colegas de junta também começaram na semana passada ou há 15 dias a limpar sumidouros. Todos os sumidouros irão ser limpos, os que estiverem assoreados chamaremos depois a câmara para efetivamente proceder a uma limpeza mais profunda.

A Rua Francisco Simões quanto ao problema da munícipe que aqui veio, vi lá pôr, mas não são como o Manuel Jorge disse que eram lombas, são uns encaminhadores de água, que julgo que noutros problemas idênticos de Azeitão esta solução resultou. Não são inéditas para a Rua Francisco Simões, mas ali se calhar são por causa de um problema que é a Rua do Poço. A Rua do Poço tem muito poucos sumidouros de água e já é uma rua que quando chove muito parece um rio e se ainda canalizamos mais para ela fica mesmo o rio de São Simão. Eu que tanto adorava ter um rio, se calhar vamos depois fazer a ponte.

Julgo que deve haver uma deslocalização dos técnicos da câmara ao local, falar-se com o proprietário que está por baixo do terreno e tentar-se resolver a questão entre a junta e a câmara e a junta também está disponível para ajudar a câmara na resolução desse problema. Estou a dizer isto desde o momento em que tive conhecimento que o proprietário estava disponível, porque se não estava a disponibilizar.

Em relação ao espelho que o Sr. Manuel Jorge Esteves referiu, os últimos três espelhos que lá foram postos foram roubados no dia a seguir a terem sido colocados, de maneira a que estão agora um tempinho sem ele para ver se o ladrão se esquece daquele lugar. Não sei se alguém anda a decorar a casa com os espelhos, ou o que é que se passa, mas os últimos três espelhos que a Câmara Municipal lá colocou foram roubados.

Manuel Fernandes (PS) – Tinha pedido a palavra na sequência daquilo que foi a intervenção do público, nomeadamente do representante dos moradores do Monte dos Patos e depois tendo em conta as respostas tanto do Sr. Presidente da Junta como do Sr. Vereador Carlos Rabaçal.

Já por duas vezes e esta é a terceira vez, mas das duas vezes anteriores que se falou nesta assembleia no que diz respeito à falta de saneamento básico em cerca de cinco centenas de pessoas, moradores da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, e as duas vezes anteriores que foram faladas neste assunto foi pelo Partido Socialista. A terceira vez, possivelmente já seria inevitável e já não é surpreendente que seja a população a puxar efetivamente este assunto.

Mas gostaria de reforçar a necessidade ou a urgência desta situação em estar resolvida por duas principais razões, em primeiro lugar porque a determinada altura começou-se a adensar, há uma maior pressão demográfica em cima daquela zona dada a maior capacidade urbanística e aquilo que foi a transferência de população do centro da cidade para aquela Junta de Freguesia fez uma maior pressão sobre a necessidade do saneamento básico chegar a todos os moradores. Esta é uma das primeiras necessidades.

A segunda prende-se com o número de casas comerciais que começaram a abrir naquela zona, precisamente na zona do Monte dos Patos e principalmente naquela zona da Mourisca onde existem vários restaurantes e dois já de grande qualidade e que já são referência para além da nossa própria região. Já são referência pela qualidade do serviço prestado e pela qualidade da gastronomia setubalense que ali é servida, já são casas com conhecimento e com nome, para além do nosso concelho e até mesmo da nossa região.

Importa aqui dizer que a urgência da resolução do problema do saneamento básico na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra hoje terá que ser uma prioridade em termos de grandes opções do plano e do orçamento ou dos futuros orçamentos. Daí que gostaria de deixar aqui o apelo, julgo que não será demais lembrar que esta urgência talvez a isso obrigue e a presença da população aqui talvez também justifique, porque brevemente iremos discutir as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2017. Não quero com isto dizer que é um ano especial, mas particularmente no 16.º ano consecutivo de gestão CDU, sem dúvida que a CDU não deixará tentar, ou pelo menos o executivo CDU não deixará de tentar chegar também à periferia, porque desta vez a prioridade se faz sentir pela urgência, pela necessidade dos próprios cidadãos se deslocarem aqui à Assembleia Municipal para efetivamente fazerem chegar as suas necessidades, os seus problemas no que diz respeito ao saneamento básico.

É óbvio que houve ao longo de todos estes mandatos, e o Sr. Vereador André Martins, que hoje não está presente, já o disse duas vezes que nos últimos anos se fizeram investimentos avultados na ordem dos duzentos milhões de euros no concelho de Setúbal. Não duvido, porque há obras que justificam efetivamente o volume dessa verba, mas depois da resposta do Sr. Vereador Carlos Rabaçal aqui perante o que foi sentido relativamente à necessidade do saneamento básico naquela freguesia, não posso deixar também de sentir alguma estranheza pelo facto de se justificar com o volume de investimento necessário para resolver aquele problema. Certamente que a partir de agora será efetivamente uma prioridade e fazia então um apelo para que no orçamento de 2017 já estivesse contemplado essa prioridade de suprimento do saneamento básico na Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – A minha intervenção foi provocada pela intervenção do Deputado Municipal Henrique Guerreiro, ele fez uma intervenção sobre o IMI e os Fundos de Investimento Imobiliário.

Quem ouviu a intervenção e não conhecesse a realidade concluía que foi este Governo que em 2017 ia acabar com o IMI dos Fundos de Investimento Imobiliário, o que não é verdade, é só meia verdade.

Os Fundos de Investimento Imobiliário já pagam 50% do IMI desde o Orçamento de 2014, isto é, a partir de 2015.

Sei que o deputado Henrique Guerreiro deve fazer as intervenções na defesa do Governo que o seu partido apoia ativamente, mas nós devemos transmitir sempre as coisas tal como elas são e até por isso é que os valores que foram referidos aqui não são assim tão elevados, são só 50% do que seriam se no orçamento de 2014 não tivesse começado a aplicação do IMI. Em relação aos principais gestores dos Fundos de Investimento vai verificar que é a Caixa Geral de Depósitos e o BCP e na cidade de Setúbal não estranhava que o principal fosse a Caixa Geral de Depósitos, mas isso é uma questão a verificar.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Em relação às questões aqui colocadas vou saber porque é que não foi ainda enviado os documentos em relação a esta questão do Tribunal de Contas por causa do gasóleo.

A questão da educação do Dr. Fernando Monteiro e da nossa deputada do Bloco de Esquerda, peço ao vereador Pedro Pina, que tem a área da educação e a área da saúde, para responder.

Em relação às desbaratizações, na globalidade foi de facto um ano para esquecer, foi um problema gravíssimo quer em relação às desratizações, quer em relação à deservagem. Tivemos problemas com os químicos, tivemos problemas com pessoal, tivemos problemas porque houve muito calor, de vez em quando chovia e conseguíamos fazer a limpeza, depois vinha logo o calor, o que era algo por demais e foi um ano muito complicado.

Também atravessámos o período de férias, como é normal, quer os trabalhadores da junta, quer os trabalhadores da Câmara Municipal, também têm direito a irem de férias no verão como nós temos. Não vamos dizer que eles têm que ficar para procederem à limpeza no verão e que só podem ir de férias no inverno, não pode ser assim. Tudo isto se avolumou e criou problemas complicadíssimos.

Em relação à desbaratização tínhamos uma empresa que abandonou o serviço também junto ao verão, retomou o serviço já uma outra empresa que também não foi constante devido ao avolumar de trabalho que estava para se fazer de ponta a ponta do Município e não foi muito constante também na concretização do mesmo. Agora voltou a primeira empresa e também a segunda, estão a retomar o trabalho e o pedido que foi encaminhado para o meu gabinete vai imediatamente para os serviços que têm a competência para dar esta resposta, mas se ainda não foi feito o trabalho vai ser feito com toda a brevidade, porque estão a dar andamento.

Às questões colocadas pela Deputada Maria do Rosário, digo-lhe que temos muitos problemas com uma série de árvores, porque muitas foram cortadas este ano. Tivemos que fazer um ajuste direto para se tirar os cepos, adquirimos uma máquina para o efeito, mas ainda não chegou àquela rua, que de facto é uma das prioritárias aqui na União das Freguesias. Há um trabalho concertado para ser feito entre a União das Freguesias aqui da Cidade e a Câmara Municipal para levantar todo aquele passeio, e quando forem retirados todos os cepos o passeio vai ter que ser todo refeito e a estrada, porque já cortou mesmo o alcatrão.

No que respeita às passadeiras temos também uma grande empreitada de 47 mil euros para Setúbal e Azeitão. Está também em procedimento a aquisição de uma máquina a quente, porque temos uma máquina que faz a pintura das vias a frio só que não dura tempo nenhum. Temos a aquisição em processamento já há uma série de tempo para a pintura a quente, ainda não está concretizada e uma vez que temos muitas ruas a desaparecerem as pinturas tivemos que fazer uma prestação de serviços de 47 mil euros que já está em procedimento e já foi até feito o contrato com a empresa que vai fazer agora essas pinturas.

Em relação à saúde o Sr. Vereador vai dizer o que é que estamos a fazer.

Quanto à deslocalização da empresa Carmona, o processo está a andar a grande velocidade, estamos a falar de muitos milhões para esta deslocalização, mas sabemos que na SAPEC as infraestruturas estão praticamente prontas e estavam a começar a fazer muros para que se comece a fazer no próximo ano, no primeiro semestre, a deslocalização de parte da Carmona. É a informação que temos por parte da empresa Carmona.

No que respeita à qualidade dos transportes dos TST, vamos ter na próxima semana uma reunião com eles e vamos ver o que é que vai sair daqui. Acho que se estão a preparar já para os próximos acontecimentos que é a gestão por parte da Área Metropolitana relativamente aos transportes públicos e penso que andaré por aí o andamento da reunião e a preocupação será esta. Mas vamos ter a oportunidade de falar em relação à qualidade da prestação de serviço.

Relativamente à deputada Teresa Andrade, deixou-me sem ar, foi um gesto muito, muito bonito, daqueles que nós apanhamos assim na nossa vida, e neste caso não é de onde menos esperamos, porque em relação à Sra. Deputada já por várias vezes referi a sua sensibilidade, a educação, a elevação com que já nos habitou aqui na Assembleia Municipal e também noutras situações e não direi que fiquei surpreendida, mas fiquei muito sensibilizada e muito honrada. Muito obrigada. É um gesto que não vou nunca mais esquecer, mais do que a prenda, que para mim vale muito, é de facto o gesto.

Dizer que nos associamos a esta grande perda que é o fecho da CULSETE do ponto de vista cultural, do ponto de vista da memória e da história da cidade, é uma perda muito grande. Já endereçamos também o nosso sentido de perda à Sra. D. Fátima, porque da parte do Município não podemos fazer grande coisa, mas estamos disponíveis para alguma proposta. Ainda não foi dito nada, mas o que eu sei é que é cansaço e doença, o que é muita coisa junta. A falta que faz ali o Sr. Manuel Medeiros e penso que ficamos todos mais pobres e nisso estamos de acordo.

Senhor Deputado Henrique Guerreiro, em relação às campanhas das pragas já referi. A morte da Diretora do Festroia foi outra grande perda para Setúbal, uma mulher que sempre lutou para que o Festroia não acabasse e que infelizmente antes da sua partida não viu reativado o Festroia. Acompanhamos também esse pesar em relação à partida da nossa Fernanda Silva.

Em relação aos Fundos Imobiliários julgo que é até inconstitucional não termos acesso à identificação das pessoas que pagam impostos, quer na Derrama, quer no IMT. Quanto ao IMT, às vezes conseguimos saber, sabemos o valor global, mas em relação ao IMI não conseguimos saber. Temos funcionários nossos a trabalharem nas Finanças, já colocámos isto a vários Secretários de Estado, já colocámos a Ministros e todos são unânimes em dizer que não pode ser. Temos que ter acesso nomeadamente às derramas. Às vezes queremos saber quanto é que vai ser a Derrama e são as empresas que nos dizem que pagaram “X” para termos mais ou menos um controle e não conseguimos saber.

Quanto aos Fundos inclino-me não tanto para a Caixa Geral de Depósitos, mais para o Millennium, Novo Banco, também alguns da Caixa, será por aí, mas não temos de facto a certeza.

Senhor Manuel Esteves já fui ver a Rua da Paz e sabe disso. Já lá fui várias vezes e naquele dia andava a ver várias ruas e várias obras, porque nós também fazemos obras na periferia ao contrário do que acabou de dizer, mas depois disse que lá foram feitas umas lombas por causa das águas. Não bate a bota com a perdigota.

Nós temos feito obras por todo o lado.

Em relação à Gâmbia, quando cá chegámos a primeira grande obra que fizemos foi a água e saneamento para a Gâmbia. Depois de muitos anos a Gâmbia como outros lugares não terem INDA água e saneamento, foi exatamente na Gâmbia e agora fizemos outra fase no Faralhão como explicou o Sr. Vereador. Não nos esquecemos das pontas, são grandes extensões, são verbas muito grandes que nós estamos a preparar, como disse o Vereador em relação àquelas ligações, para depois se encaminhar para a ETAR. Não estamos esquecidos, já viu como é que está a sua freguesia? É mérito, muito mérito da Junta de Freguesia, mas também da Câmara Municipal.

É mérito das freguesias de Gâmbia e do Sado, mas também da Câmara Municipal, que além de andar no terreno também lá investe em obras. Por isso é que fazemos o “Ouvir a população, construir o futuro”, corremos todas as capelinhas, não nos poupamos a esforços.

Relativamente ao passeio na ciclovia Gonvarri, é a que estava a falar não era? O Sr. Vereador não estava muito bem de saúde hoje e pediu para não vir à sessão da Assembleia Municipal, ele é que tem estado a acompanhar este processo e ver se o começamos ainda este ano com a disponibilidade da própria Gonvarri, vamos ver.

Em relação aos sinais e aos espelhos, por ano repomos cerca de 1.500 espelhos e sinais de trânsito. Quanto a este concretamente, como disse a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, acontece várias vezes noutros sítios e neste caso desaparece mesmo, mas noutros sítios é posto hoje e daí a umas horas está partido.

Senhor Deputado Manuel Fernandes já falámos aqui do Monte dos Patos e da necessidade de fazer as obras ali e o vereador já respondeu.

Quanto à variante Alto da Guerra-Mitrena, estive no IMT na segunda-feira, salvo erro, e falámos novamente sobre isto. Continuam a pensar no assunto, a estudar o assunto, mas julgo que temos que tomar outro tipo de medidas. Depois haveremos de combinar, porque de facto foram tratadas outras questões e uma delas foi esta, o fecho do acesso à Freguesia do Sado por aquela via, a única via é pela Estrada de Santas e cortar ali à direita e nem sequer está previsto o alargamento daquela passagem depois da Estrada de Santas. Eles também não sabiam o que é que haviam de fazer em relação ao alargamento, só passa um carro de cada vez, e aquela freguesia está ali encurralada.

Vereador Pedro Pina – Muito obrigado pela oportunidade de responder às questões que foram dirigidas ao executivo municipal, em particular às áreas que acompanho.

A primeira questão que foi dirigida ao executivo pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro tem a ver com a situação decorrente dos transportes escolares. Creio que o Sr. Deputado Fernando Monteiro terá tido logo no dia a informação, uma vez que teve oportunidade de estar na Escola Sebastião da Gama. Obviamente que está aqui a dirigir a pergunta e é aqui que nos compete dar a resposta. De qualquer modo é simples, obviamente que a Câmara Municipal não tem responsabilidade direta com aquilo que se passou na Escola Sebastião da Gama, e creio que é única e exclusivamente à Escola Sebastião da Gama que se refere. Creio também que o Sr. Deputado tem a informação de que os TST alteraram o seu procedimento no que diz respeito ao formato, formato esse que estava já estabelecido há longos anos que era através de senhas.

Alteraram essa situação solicitando que as Câmaras Municipais adotassem também um novo procedimento, procedimento esse que a Câmara Municipal imediatamente também desencadeou, o que implicou a aquisição de uma nova plataforma. Nós realizámos uma reunião com todos os Diretores de Agrupamento, onde naturalmente se insere o Agrupamento Sebastião da Gama, dando naturalmente indicação que por via de adaptação do sistema que os meses de setembro e outubro manter-se-iam tal qual o procedimento do ano letivo 2015/2016. O que decorre é que o funcionário que habitualmente na Escola Sebastião da Gama acompanha esse processo estava de férias e que a pessoa que terá depois acompanhado esse processo não obtinha essa informação.

Como o Sr. Deputado sabe não é quem dirige o pedido dessa declaração, é por via da escola, é a escola que solicita à Câmara Municipal e neste caso não foi solicitada para qualquer declaração.

Não há aqui de facto da parte da Câmara Municipal responsabilidades, lamentamos esta situação e o incómodo que naturalmente causou a todos os encarregados de educação, mas é um processo que está clarificado. Nós imediatamente tentámos nos inteirar do processo e falámos com a Diretora da Escola Sebastião da Gama, que de facto prestou os esclarecimentos pedindo desculpa pelo que se estava a passar e que esta informação tinha sido transmitida aos funcionários da secretaria, mas que não tinha sido transmitida de forma adequada aos encarregados de educação que se dirigiam à escola. Creio que é uma situação que está resolvida.

Não temos conhecimento, para além do episódio que o Sr. Deputado aqui nos descreveu, de outros acontecimentos similares em outras escolas e eventualmente terá sido mesmo uma

h.

circunstância relacionada com a falta de informação e circulação de informação na Escola Sebastião da Gama.

Tal como eu disse, há um procedimento que a partir do mês de novembro vai ser alterado e que durante os meses de setembro e outubro o procedimento mantém-se tal qual o ano letivo 2015/2016 e foi esta a situação que causou este problema.

Creio que é a sua filha que frequenta a Escola Sebastião da Gama e que provavelmente esta circunstância terá levado a um conhecimento tão apropriado da situação.

A segunda questão que foi dirigida ao executivo municipal, pela bancada do Bloco de Esquerda, a Sra. Deputada também se referiu a um requerimento que terá sido realizado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que dirigiu pelo menos à Câmara Municipal de Setúbal. Não sei se foi exclusivamente a esta câmara ou se foram a várias câmaras municipais, que dirigiu um conjunto de questões que nós naturalmente já nos encarregámos de responder.

Terei todo o interesse em poder, de uma forma sucinta, descrever, mas certamente que a Sra. Deputada também poderá ter acesso à informação que depois será dirigida ao próprio Grupo Parlamentar. De qualquer forma dar-lhe conta do que diz respeito a matérias da área da saúde, quer aos objetivos do plano municipal de saúde, quais as medidas e objetivos inscritos nesse plano e que outras iniciativas ou na ausência de um plano municipal de saúde.

Como a ordem de trabalhos é extensa posso-lhe dizer que são seis páginas de resposta ao requerimento do Bloco de Esquerda que foram naturalmente dirigidas e que é um largo e vasto programa de ação que está inscrito. Como a Sra. Deputada deverá saber, a Câmara Municipal por questões formais preside à rede social onde estão inscritas cerca de 70 instituições e de acordo também com essa mesma situação deriva da composição da própria rede social a constituição de um plano de desenvolvimento social. Dentro do plano de desenvolvimento social está inscrito um eixo, que é o eixo seis, que é exatamente o eixo de saúde e bem-estar e que inscreve um conjunto de itens onde se descrevem todas essas responsabilidades desde o melhoramento e a promoção da qualidade de vida, a promoção e a participação dos cidadãos numa vida ativa, a promoção de estilos de vida saudáveis, prevenir e diminuir a incidência de infeções sexualmente transmissíveis, potenciar o exercício da cidadania ativa e melhorar no concelho as respostas no âmbito da saúde mental. Decorrente destas ações há um conjunto muito alargado de atividades e para não estar a descrever cada uma delas, dava-lhe só os tópicos: O desportivamente em (re)forma dirigido à população sénior, o grupo envelhecer, onde estão inscritas cerca de 26 entidades que desenvolvem um conjunto de ações dirigidas e relacionadas com instituições do concelho municipal, o grupo concelhio para as deficiências que desenvolve um conjunto de ações na área da deficiência, mas que também permite a partilha de experiências. A questão do grupo de análise e avaliação/intervenção em situações sociais de saúde, a intervenção com a população sem-abrigo no quadro ..., a nossa integração desde 2002 na rede portuguesa das cidades dos municípios saudáveis onde entre outras matérias se discute uma recuperação e toda uma reformulação dos perfis de saúde dos vários municípios.

Já agora dar nota de que a realização do encontro nacional terá lugar na cidade de Setúbal no próximo dia 27 no Fórum Municipal Luísa Todi. Muito nos orgulha que a cidade de Setúbal acolha este encontro.

A parceria com o Instituto Politécnico, nomeadamente com a Escola Superior de Saúde para a recuperação do perfil da saúde, que está a ser desenvolvido com o Instituto Politécnico. Como sabe existe um perfil da saúde que foi feito pela Câmara Municipal a par de muitas outras Câmaras Municipais. A própria rede portuguesa das cidades saudáveis e as próprias implicações na área da saúde tem provocado nesta matéria toda uma recuperação e toda uma reavaliação da forma como o diagnóstico e a formulação do próprio perfil da saúde.

Na área da prevenção das substâncias psicoativas, o desenvolvimento do nosso programa junto da comunidade educativa do dispositivo, na área da juventude através da promoção de estilos de vida saudável nos ateliers de verão, as equipas de rua no âmbito do trabalho de complementaridade com o SICAD.

É um número muitíssimo alargado de iniciativas que vão ao encontro do plano de saúde e que correspondem àquilo que nos parece, neste momento, uma forma de dar resposta, sabendo de ante mão uma questão que nos parece fundamental. Não nos podemos equivocar naquilo que são as responsabilidades e as competências do município e dos municípios e se em muitas outras áreas nós temos assistido ao empurrar com a barriga da parte do Estado Central das responsabilidades para as autarquias, esta é matéria que ocupa. Basta recordar aquilo que foi o Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, onde as responsabilidades também na área da saúde, entre outras coisas, previam a gestão dos horários de funcionamento dos Centros de Saúde. Ou se quisermos recordar recentemente aquilo que está em cima da mesa com a atribuição de responsabilidades na delegação de competências para os próprios municípios também na área da saúde.

Essa é matéria da qual nós queremos que não deva haver qualquer equívoco. Uma coisa é o papel de um município de uma forma complementar na promoção e na prevenção daquilo que tem haver com as questões da saúde e no seu largo de trabalho com as parcerias e posso-lhe dizer que nós temos um trabalho extenso com o Centro Hospitalar de Setúbal, com a Escola Superior de Saúde, com as Forças de Segurança, com o Centro Distrital de Segurança Social. Outra coisa é assunção de responsabilidades e o acolhimento de responsabilidades na íntegra como temos vindo a assistir da parte do Estado Central para aquilo que são as responsabilidades dos municípios e que não deva haver equívoco sobre essa matéria.

Sim, o Município de Setúbal é um município que tem na sua saúde uma atenta intervenção. Não, não queremos assumir aquilo que são responsabilidades do Estado Central e por isso os programas que temos desenvolvido são nesta estreita colaboração com as diferentes entidades e sempre no caminho que nos parece sobretudo à complexidade que são os nossos problemas, nomeadamente naquilo que tem sido a transição de responsabilidades nas áreas sociais e naquilo que tem a ver também com esta relação que neste momento já é às vezes um bocadinho híbrida entre aquilo que são matérias sociais e aquilo que são matérias da saúde. Basta ver aquilo que são as responsabilidades nomeadamente das instituições particulares de solidariedade social com as suas respostas sociais que se tornaram respostas de saúde e temos aqui uma grande dificuldade às vezes em perceber como é que estas respostas se desenvolvem.

Creio que respondi à questão que nos dirigiu.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Foi distribuída uma saudação apresentada pelo PS “Dia Internacional da Paz”, conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Saudação do Dia Internacional da Paz

No passado dia 21 de Setembro celebrámos mais um Dia Internacional da Paz. Estabelecido, pelas Nações Unidas em 1981, o seu objetivo é sensibilizar os povos de todo o Mundo para a necessidade de encontrar soluções pacíficas para os seus conflitos e de preservar essas soluções para as gerações vindouras.

A paz é uma necessidade básica para o desenvolvimento sustentável dos povos, para a felicidade e para a prosperidade humana.

A Guerra, em todas as suas expressões, alimenta interesses que são contrários à verdadeira natureza Humana, semeia medo e destruição em todas as pessoas que toca e transforma o ser-humano no seu pior. Na Guerra impera a desumanidade e, tudo o que é feito no tempo ou em nome da Guerra é severamente punido pela justiça humana em tempo de Paz.

Durante as Guerras vemos os nossos iguais como nossos inimigos. Homens pobres matam outros homens igualmente pobres, morrem crianças e jovens com tantos sonhos ainda por cumprir, não se semeia trigo e não se vai à escola. Em vez disso as pessoas são empurradas para longe de tudo o que conhecem, em êxodos massivos. Para fugir a uma morte encontram tantas vezes outra no mar ou em terra. Para os que sobrevivem à guerra e à fuga, a vida fica congelada, em campos de refugiados miseráveis à espera de dias melhores que, na maior parte dos casos, não virão.

Das Guerras nasce fome sem fim, dor sem fim e a vida humana perde todo o seu sentido.

Era suposto termos aprendido mais com a História para que a guerra já não estivesse tão presente, mas o que aprendemos realmente, é que a Paz requer um trabalho constante e que os interesses, dos que por vezes governam os povos, continuam a não corresponder às necessidades dos povos. A conquista da Paz é uma luta sem trégua, sempre.

A única coisa interessante com que nos podemos deparar na Guerra, são os casos de bondade humana que se opõem a regimes e ordens. Pessoas que colocam a sua própria vida em risco para proteger e acolher outras pessoas. Pessoas que ousam lutar contra a Guerra de todas as formas que podem, como: Oskar Schindler, Nicolas Winton, Aristides de Sousa Mendes, que salvaram tantas vidas dum fim trágico. Mas também exemplos de líderes de vários quadrantes que resistiram sempre à ideia de que a Guerra é um mal necessário, como: Gandhi, Martin Luther King, Nelson Mandela, Dalai Lama, Albert Schweitzer, Desmond Tutu, João Paulo II, Mikahil Gorbatchev...e felizmente tantos mais

Esta semana, no dia 28, um desses vultos da História partiu de entre nós. Shimon Peres faleceu aos 93 anos depois de ter dedicado a sua vida a tentar encontrar solução para uma das Guerras mais antigas de sempre, entre a Palestina e Israel. Fez do acordo de Oslo um marco Histórico que juntou por algum tempo líderes dos dois estados. Judeus e Árabes a lutar pela mesma paz. Criou a Fundação Shimon Peres que hoje desenvolve projetos de colaboração económica e de apoio na saúde e educação entre israelitas e palestinianos, lado a lado. O seu sonho foi a Paz, lutou e perdeu...mas nunca deixou de acreditar nem de fazer a sua parte.

A Paz é diariamente conquistada nos mais pequenos gestos de bondade e altruísmo, por valores Humanistas que pugnam pela igualdade e pelo valor supremo da dignidade da vida humana e da de todos os seres. A Paz é o próximo patamar da evolução Humana. Essa evolução será de todas a maior conquista. Maior do que andar, falar ou escrever. Nesse dia perceberemos os outros como a nós mesmos, sentiremos a dor dos outros como nossa, saberemos que o sofrimento alheio nunca nos é alheio e deixaremos de nos sentir sós. Nesse dia a Paz será natural e, a partir desse dia, começará a verdadeira História da Humanidade. Até lá resta-nos lutar na medida das nossas capacidades, esperar e ter esperança.

Teresa Andrade (PS) – Esta saudação serve essencialmente para lembrar o Dia Internacional da Paz e lamentar a perda também de um dos grandes vultos da história que partiu entre nós esta semana que foi Shimon Perez, que tem lutado por uma paz muito difícil de alcançar. Provavelmente vamos ainda lutar durante muitos anos para alcançar e lembrar que a paz no fundo é uma conquista diária de todos nós desde os nossos mais pequenos gestos do dia-a-dia até tudo o que nós fazemos como políticos, nas nossas profissões e também depois como seres humanos em todas as suas acessões.

MS
A

João Afonso Luz (CDU) – Em relação a esta saudação do Dia Internacional da Paz, apresentada pelo Partido Socialista, gostaríamos de tecer algumas considerações. Uma primeira e evidente e que corresponde até àquilo que tem sido um conjunto de outros documentos que temos apresentado nesta Assembleia Municipal, continuamos a entender que importa celebrar a paz e importa promover em todas as etapas e em todos os momentos uma cultura de paz. Nesse sentido estamos de acordo e acompanhamos a saudação aqui apresentada com esse objetivo último de conseguirmos um mundo sem guerras e onde a resolução pacífica dos conflitos seja a regra e não a exceção.

Nós temos trazido aqui por diversas vezes uma análise muito centrada no próprio modelo de desenvolvimento a que o mundo hoje está sujeito, à violência desse próprio modelo de desenvolvimento e ao facto de haver uma escalada dessa violência para a qual muitas das vezes Portugal tem estado ganho para essa escalada de violência.

Ainda hoje foi distribuído por todos os deputados uma versão de bolso da Constituição da República Portuguesa e olhamos para aquilo que são os artigos que enquadram as nossas relações internacionais e a forma como a Constituição da República entende e determina que Portugal esteja envolvido nas relações internacionais. A verdade é que violando muitos desses preceitos Portugal continua a acompanhar a presença e a dinamização de blocos militares, nomeadamente a NATO numa lógica de guerra preventiva que em tudo tem contrariado esta lógica da cultura da Paz e da necessidade de garantirmos um mundo pacífico.

Relativamente à saudação em concreto há no entanto questões que gostaríamos de colocar e que se prendem com a designação de alguns nomes. Porquê estes e não outros? São exemplos que são colocados como exemplo, não temos nada a opor ainda que alguns nos suscitem sérias dúvidas e é por isso que gostaríamos de propor uma alteração a esta saudação e vou concretizar isto em termos de exemplos.

É verdade que, por exemplo, uma figura como Dalai Lama tem um conjunto de intervenções públicas sobre a paz, mas também é verdade que ainda há meia dúzia de semanas era esta a mesma pessoa que relativamente à vaga de refugiados dizia que a Europa tinha que parar de receber refugiados, designadamente a Alemanha.

Este tipo de contradições são possíveis de encontrar em muitos, senão em todos, os nomes que estão propostos nesta moção. Vamos mais longe na referência a Shimon Peres. É imagem última como Nobel da Paz, como criador de uma fundação para as questões da paz no Médio Oriente, mas não podemos a propósito da sua morte apagar todo o passado e a leitura desta pessoa no seu conjunto, com o seu envolvimento nos acordos de Oslo que são inegáveis, mas também o indivíduo que esteve por detrás do programa nuclear Israelita, enquanto diretor geral do Ministério da Defesa e das relações que estabeleceu com a França de Charles de Gaulle, armou o movimento nacionalista AGANAR, consolidou o papel das forças armadas israelitas com a ligação à França, com a aquisição de armamento sofisticado, designadamente os caças Mirage 3 e as rampas de lançamento nuclear, nunca assumidas, mas entendidas por toda a gente como a existência de uma potencia nuclear no Médio Oriente. Em 1969 é também esta figura, o chamado “Arquiteto de Ocupação”, a personagem central nos pós guerra dos 6 dias, na arquitetura de ocupação e do estabelecimento dos primeiros colonatos na Palestina ocupada. Uma análise sobre esta personagem não pode ser feita em preto e branco e tem que incluir estes vários momentos de uma personagem que teve o papel histórico que teve, mas não aceitamos um branqueamento que não coloque a par com o envolvimento em processos de paz, de todo este passado na arquitetura de um estado Israelita, Judaico, Sionista, com a ocupação de territórios da Palestina por via do estabelecimento dos colonatos.

Aquilo que proponhamos aos proponentes desta moção, no sentido de podermos acompanhar e votar favoravelmente era relativamente a Shimon Peres, a proposta era de retirada deste parágrafo. Relativamente ao parágrafo anterior, mante-lo tal como está, retirar apenas a

referência aos vários nomes propostos, porque também há uma outra questão que julgo que no quadro da Assembleia Municipal devemos refletir, sem apagar a importância das individualidades e o peso que elas têm na história, o grande contributo para a paz e para a construção da paz que é feita pelos povos. Acabamos por negar esta componente da história e esta visão da história, quando muita das vezes nos limitamos a central nesta ou naquela personagem mais mediática, que desempenharam papéis mais relevantes do ponto de vista histórico na liderança de determinados processos. Era esta a nossa proposta. Gostaríamos de votar favoravelmente esta moção. Deixamos este desafio aos proponentes.

Teresa Andrade – Tenho uma contra proposta para lhe fazer. Ao invés de retirar os nomes de algumas das personalidades. Não há ninguém perfeito, nem aqui nesta Assembleia, nem em todas as pessoas que contribuem para a paz que poderão ter contribuído de uma forma nem sempre consistente para a paz. A questão é: *“O que é que elas contribuíram, que fez realmente diferença?”*

Shimon Peres contribuiu e fez muita diferença. Permitiu durante algum tempo, antes do assassinato de Ytzhak Rabin, criar a possibilidade de haver uma convivência pacífica entre árabes e judeus, que é uma coisa que até hoje não se voltou a fazer. Isto é um passo importante. Podemos fazer muita coisa, mas há coisas que marcam para sempre, tal como o discurso de Martin Luther King. Podia só ter feito aquele discurso, mas naquele momento aquele discurso marcou. Podia ter sido uma pessoa horrível que traiu a mulher trinta e duas vezes, mas aquele momento fez a diferença na paz, fez diferença na história e estas pessoas que aqui estão, todas elas fizeram diferença na paz e na história.

A minha contra proposta é distinta, gostaria também de obter os vossos contributos e que acrescentassem os vossos preferidos. Obviamente que isto é apenas uma saudação ao Dia Internacional da Paz.

Estamos abertos a isso, provavelmente não concordaremos todos, mas estamos abertos a essa proposta.

Nuno Lopes (CDU) – Quanto a esta questão que está aqui a ser colocada, a paz pertence aos povos e não às figuras e por isso esta questão dos nomes deve ser retirada.

Relembrar que historicamente isto é um pouco *“um saco de gatos”*, porque estamos aqui a referir Oskar Schindler, uma figura romanceada por Spielberg, que era membro do Partido Nazi e que aproveitou economicamente o trabalho, embora tenha salvado as pessoas que trabalhava nas fábricas. O Nicolas Winton que salvou as crianças judias na República Checoslováquia, depois o cônsul em Bordéus Aristides de Sousa Mendes, logo aí estamos a falar de figuras distintas.

Relembrar que o dia 18 de abril de 1996, o massacre de Qana em que morreram 106 civis no Líbano, com cerca de 120 feridos, quatro deles funcionários das Nações Unidas, num campo de refugiados. Ordenado por quem?

Quando estamos a falar de Shimon Peres, a nossa proposta de retirar os nomes daqui é no mínimo uma proposta que deve ser considerada.

Henrique Guerreiro (BE) – Gostaríamos de votar favoravelmente esta saudação ao “Dia Internacional da Paz”, mas não podemos, como é óbvio, subscrever uma saudação que diz expressamente: *“Shimon Peres faleceu aos 93 anos depois de ter dedicado a sua vida a tentar encontrar uma solução para a paz”*. Isto não é de todo verdade. Shimon Peres, apesar do papel que teve com Yasser Arafat, no sentido de aproximação das partes, ocupou a maior parte da sua vida na construção da guerra contra os palestinianos e isso não lhe retira o mérito da parte final da sua vida, ter procurado uma aproximação entre palestinianos e israelitas. De

qualquer forma, não podemos com uma saudação deste tipo em que expressamente se diz que este homem passou a sua vida a lutar pela paz, o que é uma revisão da história recente. Ele esteve desde o início da construção do Estado de Israel, na guerra com os palestinianos, na construção dos colunatos.

Uma saudação deste tipo tem a vantagem de nos pormos do mesmo lado. Daí o meu apelo aos subscritores desta saudação, de que rearrumem, para que não possamos cometer com o voto contra a uma saudação à paz, uma saudação à guerra. Não nos colocamos aí. Manifestamos a nossa impossibilidade por não subscrevermos a revisão da história recente da luta pela libertação da Palestina desta foram. Há figuras que me são mais simpáticas outras menos simpáticas. Não acompanho a apreciação que o Partido Comunista fez do Dalai Lama. Não me parece que João Paulo II possa ser comparado com o trabalho de Nelson Mandela. Mas aqui entraríamos numa galeria de favoritos, que não faz sentido quando o objetivo é manifestarmos a nossa vontade por um mundo em paz, em que todos os povos possam viver livremente.

Sendo impossível, tenho esta objeção séria e final em relação a Shimon Peres, admito que nesta Assembleia existam outras pessoas que tenham outras objeções, mas gostaria de votar esta saudação.

Teresa Andrade (PS) – O que posso propor em nome da bancada do Partido Socialista e se todos tiverem de acordo, será alterar um pouco a frase e dizer: *“Dedicou uma parte substancial da sua vida a tentar lutar pela paz”*.

Nuno Marques (CDU) – Julgo que a deputada proponente desta saudação é bem-intencionada com este texto, que está interessante, por isso é que julgamos que é possível chegarmos a bom porto na votação. Como já referimos e também já foi dito pelo Bloco de Esquerda, ninguém quer não votar a favor de uma saudação ao “Dia Internacional da Paz”. Mais vale concentrar-nos naquilo que é consensual, a não ser que não queiramos votar esta saudação por unanimidade, o que era lamentável. Julgo que não vale discutir nome a nome, porque era uma discussão sem fim e não nos iria levar a nenhum resultado. Se aquilo que queremos é saudar o Dia Internacional da Paz e associarmo-nos a todas as ações que contribuam para a paz, porque a paz é essencial e a conjuntura que vivemos mostra-nos bem a importância disso, então vamos destacar aquilo que são os valores, que são os princípios associados à paz e não a pessoas, porque as pessoas não são consensuais, ninguém é consensual.

A nossa proposta mantém-se com o mesmo esforço de votar favoravelmente esta saudação, que é a retirada do parágrafo que fala de Shimon Peres. Isto é a teoria do copo meio vazio e do copo meio cheio. Ele dedicou-se a uma parte da vida num esforço da criação de consensos e de uma certa coexistência, mas também dedicou uma parte da vida em sentido contrário, no armamento do Estado de Israel, numa ocupação ilegal que deu início a um genocídio e cujas consequências se mantêm.

A nossa proposta mantém-se e temos muita vontade de votar favoravelmente esta saudação e só se o Partido Socialista não o quiser é que não o faremos.

Teresa Andrade (PS) – A paz é feita de consensos, caso contrário não há paz. Em relação ao Shimon Peres, obviamente que vem numa moção para a paz e eventualmente faria sentido fazer um elogio, mais uma homenagem feita à pessoa, feita à parte, não tem propriamente a ver com o processo de paz, mas com a minha simpatia pessoal pela pessoa, pelo ser humano e pelo processo em si. Ao longo de uma vida podemos fazer muita coisa, mas aquilo que conta é o que faz diferença para o futuro e ele fez muita. No entanto, não sendo consensual,

obviamente que ninguém tem que concordar em tudo, poderemos fazer essa alteração, retirando o parágrafo que se refere à pessoa de Shimon Peres como um desses elementos. Farei um outro elogio na próxima Assembleia lembrando aquilo que foi importante. Em relação aos outros nomes, aquilo que vos gostaria de propor é novamente o mesmo, acrescentem mais nomes. Posso fazer a retirada do parágrafo ao Shimon Peres, tragam os nomes que acharem que contribuíram para a paz. Terei todo o gosto em fazê-lo, porque a paz é feita de consensos.

Presidente da Mesa – Pode-se concluir que o oitavo parágrafo será por sua vontade retirado? Quería dar uma opinião pessoal sobre esta questão.

Esta saudação tem três facetas bem distintas. Ela é de alguma maneira e antes de tudo a execração da guerra, é depois a clara apologia da paz e tem uma terceira faceta que é o trazer um conjunto de nomes que são muito polémicos. Pessoalmente preferiria ficar-me só com as duas vertentes e penso que aí não haveria nenhum tipo de dificuldade em unanimemente aprovarmos esta saudação, assim é difícil, porque a polémica continua a existir e as opiniões divergirem em relação a outros nomes. Não é só pelo facto de se ser Papa que se é Santo, obviamente que não. Não é possível comparar pessoas tão distintas, mesmo sendo os Papas como um Pio XII e um João Paulo VI. As diferenças existem sempre e as opiniões sobre as pessoas também são divergentes. Ganharia esta saudação se resumisse àquilo que eu disse ser a execração da guerra, que está bem explícita, na apologia da paz sem recurso a exemplos que são sempre polémicos.

Teresa Andrade (PS) – Deduzo que ainda não estamos preparados para uma saudação para a paz, pelo que deverá ser retirada neste momento e depois reformulada de outra forma, se assim o acharmos.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – Objetivamente quem produz paz deve ser homenageado e elogiado. “*Israel is real*” Israel é real, o povo israelita é fustigado por toda a gente, é um povo que já sofre. Shimon Peres foi um precursor da paz conjuntamente com Yasser Arafat, pena que tenha envenenado o Arafat. Ficamos na dúvida, porque um vive até aos 93 anos o outro é assassinado. Quem é que realmente queria a paz? Fica no ar a questão.

Vitor Ferreira (PS) – Por aqui podemos imaginar o difícil que foi o acordo de Oslo e o que torna aqueles homens merecedores de uma referência pela janela de oportunidade que criaram, embora saibamos que nem sempre o aproveitamento tenha sido o melhor. Vou apenas reforçar aquilo que a deputada Teresa já disse. Vamos retirar a proposta, eventualmente voltaremos aqui, procurando aquilo que é importante para a paz, consensos.

Presidente da Mesa – Fica retirada essa saudação para uma oportunidade futura. Foi distribuída uma Moção apresentada pela CDU “Em defesa do Serviço Nacional de Saúde” cujo documento se anexa em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Em defesa do Serviço Nacional de Saúde

Durante décadas, as políticas de saúde promovidas por diversos governos tiveram como consequência a transferência progressiva das prestações de saúde do Estado para o sector privado.

Com o anterior governo PSD-CDS, esta opção política foi aprofundada e levada a extremos, com o subfinanciamento crónico do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o fecho e a transferência de valências hospitalares, a desvalorização social e profissional dos

trabalhadores do SNS, a diminuição dos meios técnicos (falta de material), logísticos (falta de manutenção) e humanos, designadamente de médicos, enfermeiros e técnicos administrativos, a redução da oferta dos cuidados primários, o aumento das taxas moderadoras, isto tudo, sob o pretexto do défice e da racionalidade técnica, da necessidade de cortar as chamadas «gorduras do Estado».

A finalidade desta estratégia visou a criação de dois sistemas de saúde distintos, um público, com garantias mínimas, dirigido aos utentes mais desfavorecidos, outro privado, dirigido àqueles que dispõem de seguros de saúde.

No discurso proferido na inauguração da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Melgaço, o Primeiro-Ministro António Costa disse que a melhor forma de homenagear o SNS “não é simplesmente defendendo-o, é também desenvolvê-lo e desenvolvê-lo significa apostar nestas duas dimensões: a montante, cuidados primários, unidades de saúde familiar e médicos de família; a jusante, cuidados continuados para todos possam viver com doenças crónicas ou envelhecer com maior dignidade”.

Mas a realidade está longe do discurso que tanta esperança traz aos utentes do SNS.

No nosso distrito, na nossa cidade, no nosso bairro, este elo de ligação, entre os cidadãos e o SNS, que devem ser os cuidados de saúde primários, não assume de maneira satisfatória a suas funções de promoção da saúde, de prevenção da doença, de prestação de cuidados e de articulação com os restantes serviços de saúde.

No Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Arrábida dois casos chamam a nossa particular atenção, nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de São Sebastião e de Santos Nicolau.

A falta de médicos de família e a reorganização administrativa destas unidades de saúde obrigam os utentes a suportar intermináveis filas de espera, que se formam logo de madrugada, para ter acesso a uma consulta ou a outros serviços dependentes da Medicina Geral e Familiar (MGF), espera essa, muitas vezes, sem resultado, obrigando os doentes a recorrer ao serviço de urgências do Hospital de São Bernardo ou a um serviço privado de prestações médicas.

Assim:

Considerando que a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, a 19 de dezembro de 2014 aprovou a sua adesão à plataforma Península de Setúbal em defesa do Serviço Nacional de Saúde;

Considerando que o acesso aos cuidados de saúde primários está restringido a muitos cidadãos que deles precisam e aos quais têm direito e, em particular, os milhares de utentes sem médico de família;

Considerando que o fator de proximidade é essencial para os utentes menos favorecidos, quer por condições económicas, quer por questão de idade, mobilidade ou de transporte;

Considerando que podemos prever um período de mais movimento nos serviços de saúde devido à aproximação das estações frias;

Considerando que o atual Ministro da Saúde reconhece que Setúbal, como Sintra, Barreiro e o Algarve, “têm sido territórios profundamente desprotegidos de ponto de vista do acesso aos cuidados de saúde primários”;

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, a 30 de Setembro 2016, delibera:

- 1- Reafirmar a exigência do cumprimento e efetivação do Direito à Saúde, nos termos previstos na Constituição da República Portuguesa;*
- 2- Reafirmar o seu compromisso em defesa do Serviço Nacional de Saúde;*

3- *Solicitar uma reunião ao Sr. Ministro da Saúde com o objetivo de alertar para as situações ocorridas no concelho e exigir a resolução, no mais curto prazo possível, dos problemas mais prementes do SNS em Setúbal, como é o caso das situações que se verificam nas UCSP de São Sebastião e Santos Nicolau, e a melhoria da oferta dos cuidados de saúde do ACES Arrábida, permitindo a todos os que dele necessitem beneficiar de prestações de cuidados de saúde de qualidade e verdadeiramente acessíveis a todos.*

Anita Vilar (CDU) – Salientar o aspeto que nos faz trazer aqui de novo as questões ligadas à saúde, nomeadamente ao Serviço Nacional de Saúde, que há cerca de dois meses ou três, se tem passado nas unidades de cuidado de saúde personalizadas de S. Sebastião e de S. Nicolau, onde as filas de utentes estão a ser cada vez mais intermináveis. As pessoas vão para lá alta madrugada e estão horas e horas sem conseguir muitas das vezes a marcação de uma consulta e têm que voltar de novo ou recorrem ao serviço de urgência, o que não é, de modo algum, a solução ideal para ninguém.

Salientar as palavras do Ministro António Costa, “*Não é simplesmente defendendo o Serviço Nacional de Saúde, é também desenvolve-lo*”. Desenvolve-lo, significa apostar nestas duas dimensões, a montante com cuidados primários de saúde em colaboração com as unidades de saúde e médicos de família, e a jusante com os cuidados continuados para todos.

O que está em causa neste momento é o não atendimento, a criação de situações que são graves, porque há pessoas que ficam sem ser atendidas, que resulta na falta de médicos de família e também de uma reorganização administrativa, que não percebemos muito bem por que é que foi tomada. Antigamente, sobretudo em S. Sebastião, havia três postos de atendimento onde estavam três administrativos que faziam as inscrições, resolveram acabar com isso e juntaram tudo só com uma ou duas administrativas. Isto em conjunto com a falta de médicos de família tem trazido sofrimento muito penoso, para muitos doentes que são também idosos e que muitas das vezes estão desacompanhados e a necessitar de atenção. Por isso voltamos a trazer algo sobre o Serviço Nacional de Saúde, que creio e espero que este Governo e o seu Ministro nos possam receber, ouvir-nos, porque como já foi reconhecido, este Conselho ficou numa situação muito precária, depois dos quatro anos de atitudes altamente predadoras do Governo PSD/CDS. Por isso nós apresentamos esta moção.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – O Governo mandou apertar o cinto aos hospitais, para cumprir as metas do défice. “*Ficam congeladas quaisquer despesas de investimento que estarão condicionadas a autorização prévia do Ministro da Saúde e é ainda imposta uma limitação aos gastos que fiquem acima da média dos últimos oito meses, em despesas com reposição de materiais e até de medicamentos, entre outros.*” Este despacho ministerial não é do Governo de 2011 a 2015, é precisamente do atual Governo da República, assinado pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde Manuel Delgado.

Em relação ao ato predador que a Senhora Deputada acabou de falar, a melhor resposta é este despacho do Ministério da Saúde que foi agora publicado. São cortes nos medicamentos, cortes nos materiais e cortes nos investimentos. Sei que os cortes feitos por governos de esquerda têm um outro impacto que não têm dos governos de direita, isso é verdade e temos que reconhecer que é diferente. No entanto, esta é a realidade do despacho que foi publicado recentemente e é isso que vai acontecer à saúde até final do ano.

Claro que não há austeridade, que já acabou graças a Deus!

Anita Vilar (CDU) – Compreendo perfeitamente o Dr. Paulo Valdez! Não é muito agradável falar nesses quatro anos em que o nosso Serviço Nacional de Saúde foi altamente penalizado,

mas nós, neste momento também aqui nos dirigimos a este Governo e por isso é que trazemos isto. Achamos que começa a ser tempo de algumas medidas serem tomadas, por isso pedimos também esta reunião, que não é para irmos rir com o Sr. Ministro pelo contrário, é para fazer sentir que estamos preocupados com a situação que se vive neste momento em Setúbal e que urge tomar medidas para que ela possa ser alterada e reverter dentro do possível a situação.

Quanto às questões que cita e muito bem, lá virá o tempo em que também iremos lutar em relação a tudo isso. Não deixámos de pensar nas coisas como elas são e por isso estamos aqui. Podíamos calar e deixar passar, mas não, estamos aqui a pôr a questão! Vimos e temos até filmes gravados de filas inumeráveis de utentes, todos os dias ou praticamente todos os dias. Quem quiser ir é só ver e por isso aqui trazemos essa questão, que exigimos que seja alterada e parece-nos que deve ser alterada.

Manuel Fernandes (PS) – Esta moção, como outras moções ligadas ao Serviço Nacional de Saúde já várias vezes transitaram na Assembleia Municipal. Uma vez pela bancada da CDU outras vezes pela bancada do Bloco de Esquerda e também já veio algumas moções e saudações da bancada do Partido Socialista.

Em relação a esta moção apresentada, obviamente que traz algumas preocupações para futuro, obviamente que nós subscrevemos, sem dúvida, aquilo que são as preocupações para futuro e subscrevemos também algumas daquelas que foram as preocupações do passado, que aqui são referidas.

Há aqui dois parágrafos pelos quais não teríamos dificuldade em votar esta moção favoravelmente se, os proponentes desta moção, no primeiro parágrafo, onde referem: “*Durante décadas as políticas de saúde promovidas por diversos Governos tiveram como consequência a transferência progressiva das prestações de saúde do estado para o sector privado*”, quando se refere às “*políticas promovidas por diversos Governos*”, diversos Governos engloba muitos Governos sem estarem especificados e o Partido Socialista obviamente não se poderá rever neste tipo de afirmação, sem que ela seja especificada, tendo por base aquilo que foi o historial dos Governos do Partido Socialista, nomeadamente no que diz respeito às políticas de saúde, do que diz respeito ao Serviço Nacional de Saúde e aquilo que foi feito ao longo de toda a democracia no Serviço Nacional de Saúde.

Gostaria de lembrar que o Serviço Nacional de Saúde tem 35 anos, que foi criado com uma coisa chamada “*Despacho Arnaud*”. O “*Despacho Arnaud*” já previa na altura em 1976, que fosse definida a sua gratuitidade, ainda assim tendo por base a criação de taxas moderadoras. Em 1981 foi criada a carreira de enfermagem, também pelo Partido Socialista. Em 1984 são criados os Centros da Saúde pelo Partido Socialista e ainda em 1984 foi criada a Direção Geral das Unidades de Saúde Primária, que marca definitivamente a expansão do Serviço Nacional de Saúde por todo o território nacional. Em 1998 foi criada a Lei de Bases da Saúde. Em 1999, já no Governo de António Guterres, são criados os Serviços Locais de Saúde. Em 2007, também no Governo do Partido Socialista, surgem as primeiras Unidades de Saúde Familiar. Em 2008 foram criados os Agrupamentos dos Centros de Saúde. Em 2009 foi aprovado o direito de acompanhamento aos serviços de urgência.

A panóplia de serviços e de políticas do Partido Socialista, nos Governos do Partido Socialista, no que diz respeito àquilo que foram as políticas de saúde e ao longo de toda a vida, desde a criação do Serviço Nacional de Saúde, obviamente que o Partido Socialista tem dificuldade em subscrever uma moção, onde não é especificado os Governos pelos quais as políticas de saúde transitaram para o setor privado. Quando o setor privado surgiu naquilo que é considerado o Sistema Nacional de Saúde, foi a entrada nos privados naquilo que era a falta de resposta do Serviço Nacional de Saúde. Os privados surgem como consequência da ausência de resposta para suprimir necessidades da população, tendo por base aquilo que era a

lei da Constituição: “*A universalidade do Sistema Nacional de Saúde*”. Aquilo que os privados vieram fazer foi preencher essa lacuna e aí o Partido Socialista não se opôs à entrada dos privados, nunca em termos de transferência dos serviços públicos de saúde para o sector privado.

No fim da moção, temos uma afirmação que nós colocamos algum ponto de interrogação, porque diz o seguinte: *A Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão de 30 de setembro reafirma a exigência do cumprimento e efetivação do direito à saúde nos termos previstos da Constituição da República Portuguesa.*” Obviamente que é isto que o Partido Socialista tem feito. Acontece que ainda há pouco, o executivo da CDU, em resposta ao município, não o viu passados dezasseis anos, a urgência em suprimir as dificuldades no que diz respeito ao saneamento básico e tiveram dezasseis anos para o fazer, obviamente que em dez meses de Governo do Partido Socialista não vamos agora exigir que reponha tudo aquilo que foi retirado nos últimos quatro anos e meio pelo Governo de direita. Esta é uma das exigências pelas quais o Partido Socialista subscreve, mas essa exigência não pode ser acatada ao Partido Socialista com a aquela veemência que a CDU está aqui a dar como primeiro ponto de reivindicação, para nós votarmos esta moção. Se os proponentes da moção conseguirem alterar o primeiro parágrafo e especificar os Governos ou pelo menos especificar os Governos, pelos quais são responsáveis pela transferência do Serviço Nacional de Saúde público para o setor privado e se aceitarem alterar a nomenclatura ou pelo menos o verbo desta exigência da proposta no fim, aí o Partido Socialista não terá dificuldade em votar favoravelmente esta moção.

Celestina Neves (Presidente da Junta da União de freguesias de Azeitão) – Não costumo falar das moções, mas esta aqui está-me a apeter por duas razões. A última foi a intervenção do Sr. Manuel Fernandes, que começou por dizer que esta moção é o género de moção que tem aqui passado nos últimos anos por todos, com todos os Governos. Hoje sente-se menos bem com ela e eu compreendo bem porquê, no entanto este tipo de texto já apareceu durante os Governos PS. Este tipo de texto relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, já aqui apareceu durante Governos PS e o Senhor começou por dizer isso mesmo. A sua intervenção foi de uma indignação perante esta moção.

A razão por que me inscrevi foi por estranhar que não esteja aqui a Unidade de Saúde de Azeitão. Azeitão tem médico para 50% dos utentes. Há 50% dos utentes em Azeitão que não têm médico de família e tem um espaço físico que serve de centro de saúde, como sendo uma coisa mínima, onde as pessoas não cabem. Estranho muito que aqui não esteja contemplado a Unidade de Saúde de Azeitão. Para votar esta moção gostaria de aqui ver a Unidade de Saúde de Azeitão.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – A intervenção do Sr. Deputado Manuel Fernandes é sempre algo que me deixa estarrecido, porque tem uma visão maniqueísta do mundo, isto é, os Socialista nunca falham nada e todos os outros são uma coisa terrível, mas depois esquecem-se do seguinte. O Dr. Arnaud fez o tal despacho de criação do Serviço Nacional de Saúde, mas não fez mais nada, ele nunca mais foi Ministro da Saúde. Quem construiu o Serviço Nacional de Saúde, além dos trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde, foram os Governos do PSD do PS e com o CDS. O Senhor Deputado falou aqui em Governos que eram do Partido Socialista, mas esqueceram-se que o PSD também estava lá. A memória é curta!

Sobre a entrega do Serviço Nacional de Saúde a privados, esqueceu-se de que a maior parte das Parcerias Publico Privadas foram entregues pelo Governo do Sr. Eng. José Sócrates, o amigo do Carlos Silva, que entregou e bem, Loures, Braga, Vila Franca, Cascais. Convém recordar estas situações!

No tempo do Governo do Eng. José Sócrates, a Ministra da Saúde de então pôs a questão do fornecedor do serviço de saúde da ADSE, ser o Serviço Nacional de Saúde e o Ministro das Finanças recusou e disse que os privados eram mais baratos. Hoje um dos maiores clientes, para além das seguradoras, dos hospitais privados é o Estado, através da ADSE, através das forças militarizadas e das outras conexas a essas.

Isto, o Sr. Manuel Fernandes varreu completamente! Quando se dizem as coisas é para se dizer as coisas todas, não se devem dizer as coisas em parte.

Os Governos que construíram o Serviço Nacional de Saúde são aqueles que referi.

O Partido Comunista nunca esteve e agora é que está em conúbio no Governo, mas nunca construiu nada no Serviço Nacional de Saúde, mas sim estes Governos, que fizeram de bem, menos bem e de mal.

As empresas privadas de saúde que existem foram criadas e desenvolvidas com o beneplácito e com os serviços prestados ao Estado pelos diversos Governos incluindo Governos do Partido Socialista e o Sr. Manuel Fernandes esquece-se disso, varre isso da memória.

Há termos dramáticos que são extremos, a proponente disse: “*O Governo predador*”. Uma coisa inacreditável! Eu, nem do Estaline diria isso!

Esquece-se que um dos aspetos mais importantes que também foram feitas por esse Governo, foi o facto de ter recebido mil, oitocentos e trinta e um milhões de euros de dívida no Serviço Nacional de Saúde e ter deixado quatrocentos e oitenta e quatro milhões.

A Sra. Presidente da Câmara, passados dezassete anos, ainda fala dos quarenta milhões ou setenta milhões do Mata Cáceres. Veja lá, que há quatro anos foram só mil e quatrocentos milhões de euros, que o Governo anterior pagou daquilo que herdou. Quem pagou fomos nós, ele é que tratou do procedimento de entregar aos credores. Pagamos nós ou pede-se dinheiro emprestado com juros!

É importante esclarecer e não fazer demagogia e esquecer das realidades. A história é conhecida apesar de ser recente, mas todos sabemos isso. Não faz sentido fazer estes discursos, porque parece que se esquecem da realidade.

O Senhor Deputado veio com a lista das obras do Partido Socialista, com certeza que fez obras boas e ninguém diz o contrário, sendo algumas no Governo de coligação com o PSD, mas esquece-se daquilo que também fizeram e dos mil oitocentos e quarenta e um milhões que deixaram de herança, que é uma especialidade do Partido Socialista, para os governos vindouros.

Henrique Guerreiro (BE) – Ao longo da discussão desta moção fomos perdendo nota do que ela diz. O objetivo da moção de repente apagou-se com estas intervenções de canal memória sobre quem cortou mais, quem cortou menos, eu é que fiz, tu é que fizeste. Esta moção tem uma parte deliberativa, a que não foram feitas referências. O que importa saber num documento deste tipo, primeiro que tudo é se estamos de acordo com a parte deliberativa. Todos sabemos a situação que se vive nos serviços públicos de saúde, quer em Setúbal quer no resto distrito. O distrito de Setúbal é eventualmente dos distritos do país em que o Serviço Nacional de Saúde não tem resposta nem ao nível dos cuidados primários, nem ao nível dos cuidados continuados, nem do ponto de vista hospitalar, todos conhecemos isto. Aquilo que esta moção da CDU coloca, é o potenciar do Serviço Nacional de Saúde no concelho de Setúbal. Sobre isto até o Deputado Paulo Valdez estará de acordo, independentemente das dores, que é normal tomar aqui, dos seus Governos. Temos que ser tolerantes, as dores são muitas, ainda passou pouco tempo, o tempo aliviará a dor e a coisa chegará a seu porto. Se esta parte deliberativa pode unir esta Assembleia, seria importante relevar essa parte.

Quanto à parte inicial que provocou algumas dores ao Partido Socialista, penso que não vale a pena tomarem dores que eventualmente são dores alheias ou que são dores distribuídas. O

Partido Socialista tem a convicção e eu tenho ouvido dirigentes do Partido Socialista dizer exatamente o que está escrito no primeiro parágrafo desta moção. Ao nível do atual Governo é dito “*ipsis verbis*” o que aqui está escrito. Há uma transferência para o setor privado, assumindo características de renda e que é a última fase de renda, no que toca à saúde. Todos conhecemos ao longo do tempo como foi transferido do Estado para o setor privado, nomeadamente para a banca, grandes serviços de saúde. Isso hoje é reconhecido com o uma verdade que não pode ser ocultada.

O Bloco de Esquerda vai aprovar esta moção tal como ela está, independentemente de os promotores querem burilar um aspeto ou outro, que possa deixar mais confortável esta assembleia para a podermos votar.

Quanto às dores, meus amigos, com o tempo isso passa!

Vitor Ferreira (PS) – Precisava de um esclarecimento que a Sra. Deputada vai dar, porque aquilo que vou fazer é definir a orientação de voto da bancada e por isso precisava de um esclarecimento, para saber se fazem alguma alteração.

Anita Vilar (CDU) – Não. O meu esclarecimento, não vai nesse sentido. O Arnaut foi o que foi, houve Governos do Partido Socialista a sós ou acompanhados, mas também desde quase sempre houve um subfinanciamento crónico do Serviço Nacional de Saúde, que acabou por levar ao que levou, anos a fios. Em Setúbal temos centros de saúde que estão a funcionar há 30 ou 40 anos em andares, sem condições nenhuma e todos os Governos sabiam disso e as populações ao longo dos anos pediram a resolução dessa situação.

Não quero alargar esta discussão neste campo, porque o que está em causa neste momento é uma situação muito particular dos utentes de S. Sebastião e de S. Nicolau.

O esclarecimento que queria fazer era à Sra. Presidente da Junta de Azeitão neste sentido. Em relação a Azeitão e outros que não estão aqui contemplados (não é unidade de saúde é a unidade de cuidados de saúde personalizados de Azeitão) foram feitas muitas intervenções. Aqui também não está contemplado a população da Gâmbia, que se calhar neste momento é até a mais sofredora, porque têm que se deslocar para o Sado, sem terem transportes.

Está englobado neste pedido ao Sr. Ministro uma reunião para colocarmos todas estas situações, inclusivamente as da União de Freguesias de Azeitão, porque sabemos as condições em que se trabalha. Não foi por qualquer razão menos ou mais que não está incluído Azeitão, não está o Sado, não está a Gâmbia, não está o da Beira-mar e não estão outros, porque isso já foi contemplado.

Se aceitarmos promover esta reunião com o Sr. Ministro, não só se contemplará a Unidade de Cuidados Personalizados de S. Sebastião, mas também todas as unidades de saúde de Setúbal do ACES Arrábida o qual engloba todas as unidades de Setúbal bem como as de Azeitão e até Palmela.

Se nos envolvemos de culpas e não culpas, como diz o Deputado Henrique Guerreiro, “*das dores e não dores*” perguntava: Afinal o Sr. Ministro Correia de Campos de que Governo é que era?

Neste momento temos um problema muito concreto, em que o Senhor Ministro também diz: “*Setúbal faz parte daqueles desprotegidos do ponto de vista ao acesso aos cuidados de saúde primário*”. Por isso, temos a obrigação de lhe pedir uma reunião e colocarmos como Órgão Autárquico que somos, com responsabilidades na respostas e soluções que devemos encontrar no Senhor Ministro para todos estes problemas.

Vitor Ferreira (PS) – A bancada do Partido Socialista tem orientação para votar favoravelmente esta Moção.

Luis Custódio (CDU) – O essencial é abordarmos a situação que está a acontecer, principalmente em Vale de Cobro e no Bairro Santos Nicolau. Por vezes, pequenos gestos conseguem fazer uma grande diferença. Todos sabemos que existem vários problemas no Serviço Nacional de Saúde e que não há médicos que cheguem para todos os utentes, mas o que está a acontecer neste momento agravou-se derivado às medidas que tomaram, principalmente nas inscrições dos próprios utentes. Mudaram as inscrições para o primeiro dia útil de cada mês. As pessoas têm que se inscrever no primeiro dia útil de cada mês para todo o mês, para preencher as cerca 950 consultas que existem, acontece que estão a levar as pessoas todas naqueles dias. Se as inscrições fossem feitas semanalmente não haveria filas tão grandes e haveria um maior aproveitamento dessas consultas. Muitas dessas pessoas vão numa situação de desespero de se inscreverem no primeiro dia útil do mês, mas o estado da pessoa pode ser grave e terá que ir a outro lado, nesse sentido perdem-se mais de 150 consultas das escassas consultas que existem. Devíamos concentrar um pouco nisto, porque isto é que é a realidade. Isto podia-se mudar muito rapidamente, com mais um administrativo conseguia-se ultrapassar esta situação de imediato ou colmatar um pouco mais as coisas. Sabemos que é difícil contratar médicos, sabemos todas as dificuldades que há em termos financeiros, mas o que agravou aqui foi isto e é aqui que nós devemos fixar, porque isto consegue-se ultrapassar com alguma facilidade, melhorando um pouco as coisas, escusando as pessoas de irem para lá às 4h30 ou às 5h00. É bom fazer-se chegar isto aos responsáveis para que alterem isto, se alterarem as inscrições uma vez por semana as coisas vão mudar. Não se vai resolver o problema mas vão melhorar muito.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por maioria e em minuta com 32 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS e 3 do BE e 6 abstenções, sendo 5 do PSD/CDS e 1 de AC.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do PSD/CDS absteram-se apesar de concordarem com os comandos deliberativos, mas o que nos leva a abster é o teor de alguns parágrafos provocatórios que estão neste texto e ainda por cima não são verdadeiros.”*

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A minha abstenção resulta da minha intervenção relativamente à questão de Azeitão.”*

Presidente da Mesa – Foi distribuída uma moção apresentada pela CDU intitulada “Pelo Direito da População do Concelho de Setúbal ao Transporte Público e à Mobilidade”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo nº 20:

“Pelo Direito da População do Concelho de Setúbal ao Transporte Público e à Mobilidade Em Portugal, como resultado da Revolução de Abril, foi criado o Passe Social Intermodal, uma das muitas medidas de enorme alcance social que foram tomadas visando o bem-estar das populações.

Apesar dos desvirtuamentos, do aumento desproporcional do seu custo face ao Salário Mínimo Nacional e de uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação, quer da rede de transportes, quer da cobertura do passe social, este tem sido um elemento importante na promoção da mobilidade alargada e também na contenção dos preços dos transportes na AML.

O sistema de bilhética da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há mais de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduziu a oferta – horários e percursos - como condição para a contenção de preços em vez de privilegiar a intermodalidade e a atratividade do sistema

O enfraquecimento do passe social intermodal e da oferta dos transportes públicos é lesivo das populações e dos interesses nacionais e concelhios.

Uma oferta cara, deficitária e dominada pelos operadores privados (na maioria das vezes diminuta e a preços elevadíssimos) é um estímulo ao transporte individual (com todas as consequências daqui decorrentes) e constitui, por outro lado, um fator de exclusão social de largas camadas da população que não podem recorrer ao transporte individual (idosos, trabalhadores precários, desempregados, crianças e jovens, etc.).

Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, e sofreram um agravamento brutal nos últimos anos. Para termos uma ideia, são mais caros na Área Metropolitana de Lisboa do que na de Berlim, apesar dos salários serem na Alemanha mais do triplo que cá.

Como se esta situação não fosse bastante grave, acresce ainda o facto dos utentes do concelho de Setúbal não serem abrangidos pelo passe social intermodal mesmo como este se constitui atualmente. Acresce a esta grave situação que a ligação a Lisboa por via férrea, efetuada pela Fertagus não se encontra abrangida pelo passe social intermodal.

O aumento do número de utentes deve ser a verdadeira razão de qualquer política de transportes. É preciso pois garantir um aumento direto da oferta, mas também garantir que os utentes podem utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do passe social intermodal e da unificação do sistema de bilhética.

É preciso contrariar o ciclo recessivo (aumenta-se o preço e degrada-se o serviço, logo perdem-se utentes, como se perdem utentes, aumenta-se o preço e reduz-se o serviço para o adequar à menor procura, e assim sucessivamente) e promover o crescimento.

Os transportes públicos têm que ser atrativos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual.

Uma das questões centrais para o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes na AML é que o tarifário assente na plena intermodalidade do mesmo, integrando todos os operadores, modos de transporte e respetivos serviços no sistema.

A existência de um mesmo passe social intermodal ou um mesmo bilhete, que permita circular por toda a AML, adequando assim o passe social intermodal à realidade urbana atual, promovendo a atratividade do transporte Público e o crescimento dos utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade.

Vários cálculos permitem demonstrar que essa opção fica mais barata também ao próprio Estado, pois o que se perde em receita para as empresas (ao reduzir os preços dos transportes públicos) compensa-se com o aumento do número de utentes, com a redução de importações de combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública.

Assim, considerando:

- A importância que a criação de um passe social intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa, que junte todos os operadores e todas as carreiras e assegure a plena cobertura do concelho pelo Passe Social Intermodal, terá na promoção do transporte público.

- A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, no dia 30 de Setembro de 2016, delibera:

- *Afirmar o seu interesse e disponibilidade para aprofundar o tema da melhoria da rede e oferta de transportes públicos no concelho de Setúbal, sugerindo que em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal se promova o debate e a iniciativa pública relativa a esta temática no Concelho, designadamente, aprofundando o processo de discussão já iniciado com a elaboração do Plano de Mobilidade do Município;*
- *Condenar as inúmeras falhas no cumprimento do serviço programado pelos diversos operadores, consideram-nas como mais um violento e inadmissível corte nos transportes públicos, uma prática que constitui um ataque encapotado das empresas ao seu direito à mobilidade;*
- *Reafirmar a exigência da existência de um passe social intermodal que cubra todos os operadores, todas as carreiras, toda a Área Metropolitana de Lisboa, pelas enormes vantagens que traria para a mobilidade.”*

João Afonso (CDU) – A moção que apresentamos visa no essencial afirmar o interesse e a disponibilidade desta Assembleia Municipal para no quadro de trabalho em cooperação com a Câmara Municipal, aprofundarmos o debate e iniciativa pública relativamente às questões do passe social intermodal e associando esta discussão ao processo de elaboração do Plano de Mobilidade do Município.

Em simultâneo aproveitar este momento para condenar as inúmeras falhas no cumprimento do serviço programado pelos diversos operadores. Com um corte inadmissível nos transportes públicos e um ataque à mobilidade dos cidadãos.

Reafirmar igualmente a necessidade e a exigência de um passe intermodal que cubra todos os operadores, todas as carreiras, de toda a Área Metropolitana como elemento central de uma política de mobilidade intrametropolitana. Não é nosso entender possível e inadmissível que no quadro de uma Área Metropolitana da capital do País não exista uma política de mobilidade que integre um passe social intermodal, que permita a todos aqueles que aqui vivem e aqui trabalham, deslocar-se a preços acessíveis com carreiras em condições e horários adequados, com uma oferta adequada àquilo que são as necessidades efetivas das populações desta região e nesse sentido a proposta de moção que aqui apresentamos.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Silvana Paulino (BE) – Esta moção é um pouco mais abrangente que a CDU, porque não se foca especificamente na questão dos transportes, mas também nas questões ambientais, como é pequena peça autorização para ler a moção “Mobilidade Sustentável”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo nº 21:

“Mobilidade Sustentável

A cidade de Setúbal é muito dispar nas condições de acessibilidade das populações a bens, serviços e oportunidades. A sua dimensão, as características da cidade em si, o tratamento dado às vias destinadas à circulação motorizada e pedestre, o tipo de rede de transportes urbanos e interurbanos; a qualidade dos seus serviços e o preço dos mesmos, as ciclovias apenas numa parte da cidade, são algumas das suas heterogeneias.

A sustentabilidade da mobilidade, e conseqüente qualidade de vida para os cidadãos de Setúbal, deverá passar por medidas efetivas que melhorem a rede pública de transportes, com conseqüências também para o ambiente, reduzir a emissão de gases com efeito estufa para a atmosfera, que promova a coesão geográfica, minimizando a distância dos cidadãos não motorizados ao centro da cidade, reduzindo o seu isolamento, a promoção de passes sociais para os mais necessitados, diminuindo assim as desigualdades sociais.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 30 de setembro de 2016, delibera:

- 1. Que se procure promover a existência de passes sociais;*
- 2. Bater-se por melhores transportes públicos;*
- 3. Lutar para que se construam mais ciclovias;*
- 4. Procurar desenvolvam ações de sensibilização, junto dos cidadãos, para que reduzam a utilização de veículos motorizados e passem a utilizar mais os transportes públicos;*
- 5. Melhorar as acessibilidades para cidadãos com mobilidade reduzida."*

Nuno Marques (CDU) – Concordamos com a essência desta moção e vamos aprová-la, mas temos que fazer dois reparos. Esta moção é redutora nas questões da mobilidade, porque não tem em conta dois aspetos que são importantes. Não tem em conta todo o território do concelho de Setúbal e apenas a cidade. Temos alguns dos nossos principais constrangimentos da mobilidade que se situam nas freguesias a nascente e a poente do nosso concelho, por outro lado não tem em conta que uma parte significativa efetua diariamente movimentos pendulares para trabalhar ou para estudar fora do concelho. Essas questões que vêm refletidas na moção anterior, seriam importantes uma vez que estamos a tratar das questões da mobilidade em Setúbal.

Concordamos com o espírito do texto, mas nas deliberações o léxico não é o mais adequado. O “*Bater-se*” como deliberação deveria ser expresso de outro modo. Na deliberação 4 tem um erro que se compreende, a seguir ao “*Procurar*” falta “*que se desenvolvam*”. A última é impossível de cumprir por esta Assembleia, porque esta Assembleia não tem competências para melhorar as acessibilidades para os cidadãos com mobilidade reduzida. A Câmara Municipal terá competências para isso, mas a Assembleia não. A Assembleia pode deliberar em apelar à Câmara Municipal para que continue o esforço de melhorar a acessibilidade para todos.

Vale a pena sublinhar que está em curso e em processo de participação pública o Plano de Mobilidade de Setúbal e valorizar o facto de fruto de um esforço que vem desde os 2006/2007, na eliminação de barreiras e promoção de acessibilidade para todos. A Câmara Municipal de Setúbal hoje ostenta, julgo que orgulhosamente para todos, a Bandeira de Ouro da Mobilidade.

Maria do Rosário Amaral (BE) – A moção foi feita no sentido de ser um pouco mais abrangente e foi feito no geral. Aquilo que é para cidade certamente que se estende ao resto do concelho. Sabemos que em termos dos acessos a pessoas com deficiência. Estão-me a dizer que não é da competência da Câmara? Algumas coisas serão, suponho eu!

Nuno Marques (CDU) – Não disse isso. Eu disse que não era da competência da Assembleia, mas sim da Câmara Municipal.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Sim, mas podemos propor à Câmara!

Nuno Marques (CDU) – Isso já será uma deliberação diferente.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Se calhar não está bem explícito, mas é nossa proposta. O sentido é propormos à Câmara, é lógico que não é a Assembleia que vai fazer isso. Em relação a referência à cidade, refere-se ao concelho. É lógico que estamos a falar na cidade, se calhar não nos deslocamos todos os dias e se calhar temos mais essa noção, com certeza que nunca deixaremos de fora as outras localidades do concelho.

Uma vez que houve a semana da mobilidade, é importante que nós tenhamos um papel e alguma coisa a dizer sobre isto. Por exemplo, se tivesse um filho pequeno, não o deixava andar de bicicleta aqui, não o deixava ir para a escola de bicicleta. Temos que ter esta ideia. Eu tenho um medo horrível de andar de bicicleta, porque é incrível. Não será só da competência da Câmara, porque tem a ver com os estilos de condução, com isso tudo, mas é de nós estarmos também alertados e sermos cumpridores.

Estas coisas da mobilidade começam por cima, mas também tem que começar em todos nós quando andamos na estrada, quando andamos com o nosso carro, quando andamos a pé, temos que ter esse cuidado. Tento todos os dias, não sei se consigo, mas é uma coisa que nós temos que estar alerta para isso. Não estacionar em cima dos passeios, nem que ande um ou dois quilómetros, mas eu não estaciono em cima de um passeio.

Custa-me muito a dizer e agora fazemos um bocadinho a nossa introspeção pessoal, mas se formos ali ver os carros de algumas pessoas que aqui estão, se calhar algumas estão em cima do passeio. É isso que temos que pensar, não começa fora de nós, começa connosco também. Isto tem a ver com a semana da mobilidade e com essa abrangência toda que nós queremos dar.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Foi distribuída uma moção apresentada pelo PSD/CDS sem título, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22:

“Considerando:

1. Que o Município de Setúbal celebrou, no final de 2003, um Contrato de Reequilíbrio Financeiro (CRF), autorizado pelo Despacho Conjunto n.º 1068/2003, de 16 de Novembro. 2. Que as obrigações do Município de Setúbal em ordem ao restabelecimento de uma situação financeira equilibrada constam do referido Despacho e do Plano de Reequilíbrio Financeiro (PRF), elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 322/85, de 6 de Agosto, que dele faz parte integrante.

3. Que a Câmara Municipal de Setúbal, ao longo dos anos que se seguiram à celebração deste CRF tem justificado a manutenção da taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com uma alegada obrigação decorrente destes documentos.

4. Que por despacho de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (Despacho n.º 31/2014/SEAO) foi dada resposta à pergunta n.º 490/XII/3.ª, de 12 de Dezembro de 2013, apresentada por deputados integrantes da maioria parlamentar que suportava o XIX Governo Constitucional (PSD/CDS-PP).

5. Que essa pergunta se referia às condicionalidades associadas ao CRF sobre a fixação da taxa de IMI, em Setúbal.

6. Que a Informação n.º 44/2014 da Inspeção-geral de Finanças, integrante do despacho do SEAO, refere que a taxa de IMI aplicável foi definido no contexto de maximização de receitas, inscrito no quadro normativo à data, mas que é certo que o acompanhamento subsequente do CRF coube sempre “ao membro do governo responsável pela área das autarquias locais”.

7. Que, em resposta ao pedido de esclarecimento da Câmara Municipal de Setúbal sobre a obrigatoriedade da fixação da taxa máxima de IMI no concelho, requerida pela coligação “Por Setúbal, Por Si” (PSD/CDS-PP), datada de 27 de Março de 2015, a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) pronunciou-se sobre a matéria.

8. Que nesta resposta, a DGAI, afirma que não decorre do quadro legal à data da celebração do CRF a obrigatoriedade da definição das taxas máximas nos impostos municipais.

9. *Que, ainda nesta resposta, a DGAL afirma que o quadro normativo do CRF do Município de Setúbal mantém-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 322/85, de 6 de Agosto, sendo que o Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março (que densifica o regime jurídico do saneamento financeiro municipal e do reequilíbrio financeiro municipal) apenas se aplica em matéria de acompanhamento.*

10. *Que esta resposta foi reiterada em resposta idêntica da DGAL, datada de 16 de Outubro de 2015, depois de um pedido da Assembleia Municipal de Setúbal, requerido pelos deputados da coligação "Por Setúbal, Por Si" (PSD/CDS-PP), sobre a mesma matéria.*

11. *Que este entendimento significa que a obrigatoriedade de aplicação da taxa máxima de IMI, prevista no artigo 11.º do referido Decreto-Lei de 2008, não é aplicável ao CRF do Município de Setúbal.*

12. *Que do exposto resulta que o Município de Setúbal não está obrigado à aplicação da taxa máxima de IMI.*

13. *Que, ainda assim, a Câmara Municipal de Setúbal faz-se valer de um parecer que coloca em causa o entendimento da DGAL e, desta forma, sustenta a manutenção da aplicação da taxa máxima de IMI no concelho.*

14. *Que, com a tomada de posse do XXI Governo Constitucional, suportado por uma maioria parlamentar constituída pelo Partido Socialista, pela Coligação Democrática Unitária (Partido Comunista Português e Partido Ecologista "Os Verdes") - que constitui maioria na Câmara e Assembleia Municipais - e pelo Bloco de Esquerda, torna-se útil e conveniente confirmar ou rejeitar o entendimento do Governo anterior sobre esta matéria.*

Assim,

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, a 30 de Setembro de 2016, delibera:

Requerer ao XXI Governo Constitucional, designadamente ao Ministro-adjunto e ao Ministro das Finanças, que esclareça de forma cabal, se está o Município de Setúbal obrigado, por força do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, a aplicar a taxa máxima nos impostos municipais, em especial, no que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)."

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – É quase 1h00 e ainda não saímos das moções e isto vai ser uma apresentação muito sintética.

Esta moção prende-se com a questão do IMI e da taxa do IMI e faz um resumo daquilo que tem sido discutido ao longo destes anos sobre se a taxa baixa ou não baixa, se pode ou não pode baixar. Hoje temos um Governo que é suportado pela maioria das forças políticas aqui presentes, nomeadamente o Governo do Partido Socialista que é apoiado pela CDU e pelo Bloco de Esquerda. Entendemos que era de toda a importância que se fosse solicitado ao Governo atualmente em funções, que se pronunciasse sobre a questão de saber se o IMI pode ou não pode baixar, se a Câmara em virtude do Contrato de Reequilíbrio Financeiro está ou não está obrigada a ter a taxa no máximo.

A moção é simples e diz respeito a esta questão e é isso que nós pretendemos que seja requerido ao Governo, que se pronuncie sobre esta matéria, para de uma vez por todas, esta questão ficar devidamente esclarecida e resolvida.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta moção proposta pela bancada do PSD/CDS dois ou três considerandos. Um primeiro, relativo àquilo que é exposto enquanto considerandos e que nos parece que incorrem aqui algumas incorreções. Refiro-me nomeadamente ao ponto décimo destes considerandos, onde se diz: "Depois de um pedido da Assembleia Municipal requerido por deputados da coligação Por Setúbal, Por Si, sobre a mesma matéria, que suscitou a resposta da DGAL". Se me recordo e se estou a entender aquilo que está escrito,

estamos a falar de um pedido feito pela Assembleia Municipal, de uma questão colocada à DGAL proposta pela bancada da CDU, com os votos contra da bancada do PSD/CDS.

No ponto décimo segundo: “*Do exposto resulta que o Município de Setúbal não está obrigado à aplicação da taxa de IMI*”. Esta é a interpretação que os Senhores têm, não é a interpretação que se fez após pareceres e um conjunto de análises ao mesmo documento. Aliás, aquilo que suscitou foi mais um conjunto de dúvidas, foi juntar dúvida às dúvidas que já existiam.

No ponto décimo quarto destes considerandos, que depois foi referido na intervenção, é só dizer que a Coligação Democrática Unitária tem uma existência pré eleitoral e não existe no parlamento, o que existe são dois grupos parlamentares distintos, do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista Os Verdes. Tanto quanto julgo saber, nem um nem outro suportam uma maioria parlamentar do Governo do Partido Socialista, aquilo que têm são acordos para um determinado conjunto de matérias e é nesse sentido que continuam a desenvolver a sua intervenção na Assembleia da República, sem existência de qualquer maioria parlamentar de suporte ao Governo.

Relativamente à componente deliberativa desta proposta de requerer a este Governo que esclareça de forma cabal, se o município está obrigado, por força do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, a aplicar a taxa máxima. Estamos, como já estivemos antes, inteiramente de acoro em colocar esta questão. Questão que por via do executivo municipal, no início deste ano foi dirigida ao Secretário de Estado do Orçamento, solicitando uma reunião, que terá ficado de reunir com o seu colega das finanças para uma resposta cabal a este município. De acordo com as palavras ditas nessa reunião e do conhecimento que tenho de conversa com os meus camaradas que fazem parte da Câmara Municipal, aquilo que se coloca é a necessidade de uma resolução política, porque do ponto de vista técnico esta questão é tudo menos clara. Resposta que ainda não chegou. Da nossa parte, com estas notas sobre os considerandos e este desacordo em relação a alguns dos considerando estaremos disponíveis para votar favoravelmente esta moção e que a Assembleia Municipal dirija ao Governo este pedido de esclarecimento, desejando da parte desta bancada, que de uma vez por todas, um Governo neste país nos diga se sim ou se não. É esta a resposta que pretendemos.

Joel Marques (PS) – A bancada do Partido Socialista está naturalmente disponível para que a bancada do PSD/CDS se sinta esclarecida. Entendemos que isto é um pedido de esclarecimento sobre aquilo que já foi esclarecido pela DGAL. A menos que tenha havido alguma alteração ao quadro legal de que o PSD/CDS tenha conhecimento e que nós desconhecemos, a verdade é que a DGAL já respondeu e já disse que não existe uma obrigatoriedade de aplicação de taxa máxima de IMI. Este pedido de esclarecimento acaba quase por ser mais um branqueamento sobre aquilo que tem sido, por opção política da CDU, do PSD e do Partido Ecologista OS Verdes, em taxar pela taxa máxima os setubalenses e os azeitonenses. Se em 2017, o IMI neste concelho será mais baixo, é naturalmente por ação do Governo do Partido Socialista que reduziu a taxa máxima de IMI aplicável, de 0,5 para 0,45, coisa que o último Governo de direita do PSD/CDS poderia ter feito ao longo dos últimos quatro anos, mas não tomou essa incitativa. Queremos que a bancada do PSD/CDS se sinta devidamente esclarecida e também a da CDU, porque pelo que percebi o parecer da DGAL não foi suficientemente explícito para os Senhores. Por isso iremos votar esta moção favoravelmente.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Em relação ao ponto dez desta moção, o Deputado João Afonso Luz tem toda a razão, propunha que o mesmo fosse retirado, porque o ponto dez não é um facto que tenha ocorrido.

Em relação ao ponto doze, esse aí não. O ponto doze está devidamente esclarecido, porque não foi só a informação da Sra. Diretora Geral das Autarquias Locais que transmitiu à Câmara Municipal, em abril e que nós só conhecemos em outubro e só soubemos depois de ver a resposta a Assembleia Municipal, tal como está aqui referido.

Em novembro foi publicado um despacho conjunto, divulgado pelos membros desta Assembleia, assinado pelo Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, que tutela a Inspeção Geral de Finanças e o Sr. Secretário das Autarquias Locais que tutela a Direção Geral das Autarquias Locais. O que eles transmitem “*ipsis verbis*” no despacho que a Câmara Municipal tem em seu poder e a Assembleia tem, diz: “*Não se aplica ao abrigo da legislação em vigor na altura da concessão do Contrato de Reequilíbrio Financeiro as limitações no âmbito da obrigatoriedade de aplicação das taxas máximas dos impostos municipais*”. Como já se sabia desde sempre, era só ler a legislação, mas isso é um problema de leitura. Esse despacho existe e foi publicado e assinado por dois Secretários de Estado, na plenitude das suas funções. A Câmara Municipal de Setúbal não está obrigada a aplicação da taxa máxima.

Tanta preocupação em aplicar a lei e no ponto três da Ordem de Trabalhos vem uma proposta da Câmara em que refere “*Ipsis verbis*” não se aplicou a lei, não se cumpriu com a lei. Não há problema nenhum! Nem a DGAL, nem os tribunais levantaram o menor problema! A Sra. Presidente da Câmara não teve o menor problema! Dizem na proposta que não aplicaram a lei! Só há problemas de aplicação de lei na taxa aos municípios?

Não há problema na lei em relação à despesa e na dívida?

Isso é que é a grande questão que estamos a colocar.

Os municípios de Setúbal estão a pagar as taxas mais elevadas do país, quer no IMI, quer no IRS. Há outros Municípios iguais, mas mais não há, é o topo. O município poderia dizer, tal como já referi aqui muitas vezes: “*Perante a realidade da situação financeira em que nós temos a Câmara não temos hipóteses de baixar impostos*”. Era algo do mais natural e direto da governação da Câmara. No entanto, justificam-se com algo que já foi desmontado e assinado pela tutela de que à Câmara Municipal não é aplicável a imposição, porque é uma legislação posterior, uma vez que se trata de uma legislação publicada em 2008 e a do nosso Contrato Reequilíbrio Financeiro é ao abrigo de uma legislação aplicada em 1985. Essa é que é a realidade.

Em relação ao comando final, é “*chover no molhado*” e nisso o Partido Socialista tem razão. Mas enfim, sou um militante obediente.

Henrique Guerreiro (BE) – Registo a obediência fiel do Deputado Paulo Valdez à sua bancada. Como eu o entendo!

Esta moção aplica mais ou menos o princípio de: “*apertar o morto até que ele confesse*”, o problema aqui é que “*o morto já confessou*”. Se esta moção viesse da parte da CDU eu entenderia, deixa lá ver agora se este Governo dá o dito por não dito, daquilo que disse o anterior. O deputado Afonso Luz também já teve o cuidado de nos dizer: “*Mas nós já fizemos a pergunta*”, ou seja: “*Nós já interrogámos o morto para ver se ele confessa*”. A última informação que esta Assembleia tem, vem descrita nesta moção, não se aplica ao município de Setúbal, a Câmara poderia baixar o IMI. O “*morto*” ainda não disse mais nada!

Não tenho nenhum problema em votar favoravelmente, para que se volte a “*apertar o morto*”, na convicção de que ele vai voltar a confessar aquilo que já confessou, porque não há outra coisa a confessar. Esta moção deve ter sido num momento em que o PSD/CDS não estava bem, a Sr. Presidente terá metido uma “*bucha*”, advinha-se uma coligação para as próximas eleições, um acordo secreto.

Poderemos votar favoravelmente, mas “*o morto já confessou*” senhores Deputados do PSD/CDS.

MB
M

Nuno Marques (CDU) – Não resisto em ter que dizer que o Senhor Deputado é muito obediente, mas é só às vezes!

Esta moção não tem ponta por onde se lhe pegue, no que toca aos considerandos. Porque não só tem factos que não são verdadeiros, como já foi referido, tem interpretações abusivas, que não são consensuais nem são claras para ninguém e este texto é construído de má-fé e tem várias passagens onde revela isso mesmo. Refere que “*A Câmara justificou a taxa máxima com uma alegada...*”, “*A Câmara se faz valer de um parecer...*”, isto não é de boa-fé. Deveria ser uma proposta para a CDU votar contra, a questão é que nós estamos inteiramente de acordo com a deliberação da moção, e estamos desejosos que esta questão se clarifique. Como imaginam, interessa-nos muito mais a nós do que às outras bancadas, que esta questão seja esclarecida, porque às outras bancadas interessa que esta questão se mantenha, pelo menos este ano.

Não queremos perder isto, não é só para perderem a única bandeira que conseguem ter no concelho de Setúbal, mas sobretudo que se cumpra uma opção da gestão CDU na Câmara Municipal, no sentido de alterar a taxa do IMI. A taxa do IMI para os setubalenses este ano já foi alterada, não por decisão da Câmara Municipal, mas por decisão do plano nacional. Foi o Governo, por proposta do PCP, no âmbito da negociação e do acordo que viabilizou a constituição deste Governo. É reconhecido o mérito ao Governo que tomou em boa hora essa decisão, mas também vale a pena dar mérito a quem se bateu por isso.

Aquilo que sugerimos para aprovar esta moção, que se retirem estes aspetos que não correspondem à verdade dos considerandos ou então que se encontre um considerando de uma frase muito simples que diga “*Considerando as várias tentativas desta Assembleia para apurar esta questão assim, assim... a Assembleia delibera*” e aí então “*Ipsis verbis*” o que cá está, nós votamos favoravelmente.

Não nos compete falar naquilo que é a ação desenvolvida pela Câmara Municipal, mas a Presidente da Câmara já referiu nesta Assembleia e o Deputado João Luz também referiu há pouco, embora esteja omissa aqui nos considerandos, que logo no início da legislatura a Câmara Municipal reuniu com o Governo e o Governo não conseguiu esclarecer esta questão. Se isto fosse tudo tão simples, já estava resolvido.

Esta é a nossa proposta, queremos mais do que todos vós que esta moção seja aprovada, com esta deliberação. Vamos lá rever os considerandos, por favor. O que interessa da moção é a sua deliberação, essa é que produz efeitos. Os proponentes que revejam os considerandos e nós votamos a favor.

Paulo Calado (PSD/CDS) – A questão que aqui se gerou é controversa, com algumas interpretações maliciosas que houve nesta Assembleia e que ficam registadas, porque há aqui bancadas que fazem um jogo como se não tivessem aqui representados. Do Bloco de Esquerda não levo lições dessas, porque faz muito fungagá, mas no final é como se fosse uma continuação da CDU, até levam lições de correções nas moções. Com este pequeno comentário, entendemos que não foi entendido qual era a posição que temos. Há de facto algumas frases menos felizes e nós vamos retirar esta moção, mas dizendo sempre que para nós o mais importante é que o IMI em Setúbal possa descer, como vai descer por força da lei, mas que continuamos e vimos sempre a entender que a Câmara Municipal de Setúbal é quem fixa a taxa, tem liberdade de afixar, uma vez que este imposto não estava previsto no Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Esta é a nossa posição, independentemente de algumas frases menos felizes que aqui estejam. Atendendo a que há toda esta confusão, a própria CDU está confusa, se vota a favor ou não, numa coisa que já pediu.

Nós retiramos a proposta e não vamos manter uma discussão que é estéril.

Às vezes, há que ter humildade democrática e é isso que estamos a fazer aqui. Estamos a falar de nós próprios e vamos ter a humildade democrática de retirar a proposta, é isso que proponho.

Podemos retirá-la, não precisa de ser posta a votação.

Presidente da Mesa – Por força de decisão dos proponentes a moção “E” é retirada. Foi distribuída uma moção apresentada pelo Bloco de Esquerda “Em Defesa da Prevenção Estrutural do Território e da Diminuição da Área Ardida nos Incêndios”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23:

“Em defesa da prevenção estrutural do território e da diminuição da área ardida nos incêndios

Todos os anos, durante o Verão, se ouvem gritos por todo o país de “acudam que isto vai arder tudo”! Estes gritos de desespero são recorrentes. Todos os anos ardem milhares de hectares de floresta. Todos os anos milhares de euros de riqueza nacional que é a nossa floresta ardem pondo em risco pessoas e bens. O descontrole dos incêndios e as grandes áreas ardidas devem-se muitas vezes à falta de prevenção estrutural dessas mesmas áreas florestais. Temos este ano a maior área ardida desde 2006. Só este ano já arderam 156 mil hectares de espaços florestais, o que equivale mais ou menos a 156 mil campos de futebol.

Os governos gastam, anualmente, 74 milhões de euros no combate aos incêndios florestais. Mas, o mesmo governo gasta anualmente em PREVENÇÃO 24 milhões. No total gasta-se com os incêndios, um total de 94 milhões de euros, para além de todos os outros gastos diretos e indiretos. Não somamos a isto os custos para a economia com a perda do valor das áreas florestais, os custos em perdas de solos, que sem a floresta irão ser arrastados para os rios com as chuvas no inverno. Não seria melhor invertermos esta lógica? Não seria melhor investir mais em PREVENÇÃO, para limitar a devastação florestal, ecológica, humana, habitacional, económica e social... causada pelos incêndios?

Certamente que sim, pois esse caminho é defendido por técnicos e profissionais ligados à área florestal. Além disto o Combate aos incêndios florestais necessita de ser Melhorado, na sua Coordenação Operacional dos Meios Terrestres e dos Meios Aéreos. O combate aos incêndios florestais deverá ser encarado com uma missão nacional e não como um negócio.

Este caminho não é um caminho de curto prazo, nem um caminho fácil. Este percurso já palmilhado por muitos países europeus com resultados evidentes, basta comparar os dados de Portugal com os outros países do sul da Europa. É preciso começar agora, pois na gestão florestal o tempo não se mede em anos, mas em décadas!

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera:

Saudar a decisão do governo em tomar as medidas necessárias para uma verdadeira Prevenção estrutural do território e a diminuição da área ardida nos incêndios.

Solicitar medidas de Planeamento e Ordenamento da Floresta, repondo algumas práticas agro florestais tradicionais e o cumprimento das orientações da Estratégia Nacional para as Florestas, revendo as Opções de reflorestação das monoculturas de Pinheiro bravo e a expansão dos Eucaliptais, que devido ao abandono e má gestão vieram aumentar o risco de propagação de incêndios.

Solicitar à Câmara Municipal a identificação dos espaços florestais e interfaces urbano-florestal, para que se estabeleça o desenvolvimento de uma política florestal orientadora para o concelho que tenha como base as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal, quer na defesa da Silvicultura Preventiva com modelos de gestão florestal adaptados às condições ecológicas locais, tendo como base o tipo de Solos, os Declives, o

Clima, ou o Coberto Vegetal, com toda a biodiversidade associada, assim como a necessidade de reduzir a biomassa nas áreas mais sensíveis ao fogo.

Exigir que a Câmara Municipal de Setúbal, na sua vertente da Proteção Civil, tome medidas de Monitorização do Território, aumentando a eficácia da fiscalização de todas as regras de Ordenamento e Gestão aprovadas para espaços florestais e espaços de interface urbano-florestal no Plano Intermunicipal de Defesa da Florestal contra Incêndios, de forma a melhor garantir a defesa de pessoas e bens no Concelho.

Sendo aprovada, esta moção será divulgada aos órgãos de comunicação social, nacionais e regionais e enviada ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Administração Interna, Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e Comissão Municipal de Proteção Civil e Bombeiros.”

Maria Rosário Amaral (BE) – Mais uma vez boa noite ou bom dia, já estamos no dia 1 de outubro, que é o dia Mundial da Música.

Desde já peço desculpa por alguma grialha que possa estar aqui. Tirei um curso de ciências e tenho uma ligeira dislexia, provavelmente há aqui algum erro de português ou alguma não concordância. Antes que alguma bancada corrija e depois tenhamos que ouvir alguma coisa que fomos corrigidos, estou já a esclarecer esta questão.

Tenho pena de não poder falar só da moção, vou ter que ler algumas coisas, porque com o adiantar da hora já não consigo estar a falar sobre isto.

A moção é basicamente sobre a questão dos fogos florestais e hoje no rádio vinham a falar nos primeiros dados até ao dia 15 de setembro. Alguns dados que aqui tenho já reportam o dia 29 de setembro, foram tirados do ICNF do SGIF. Alguns dados que ouvirem hoje na rádio não coincidirão com estes, porque estes já são um bocadinho mais atualizados.

“Todos os anos, durante o Verão, se ouvem gritos por todo o país de, acudam que isto vai arder tudo”. Isto é que a gente vê todos os dias na televisão e começámos a ver este ano, infelizmente durante muito tempo.

“O descontrole dos incêndios e as grandes áreas ardidas devem-se muitas vezes à falta de prevenção estrutural dessas mesmas áreas florestais. Temos este ano a maior área ardida desde 2006.” Este ano a área ardida é a maior desde 2006, num período de 10 anos que é geralmente um período de reflexão para estas questões. Salientar que em termos de ocorrência, o ano de 2016 é o oitavo. Há muito menos ocorrências e há muito mais área ardida. *“Só este ano já arderam 156 mil hectares de espaços florestais, o que equivale mais ou menos a 156 mil campos de futebol. Os governos gastam, anualmente, 74 milhões de euros no combate aos incêndios florestais e 24 milhões em prevenção.”*

Era no sentido de tentarmos igualar este número ou pelo menos superar, isto é, termos mais prevenção e se possível ter menos ou pelo menos igualarmos estas questões e apostarmos mais na prevenção dos fogos florestais. Isto é um caminho, que não é um caminho de curto prazo, nem é um caminho fácil. Este percurso já foi palmilhado por alguns países europeus, nomeadamente do sul da Europa, com alguns resultados evidentes. Tanto que nós temos a maior área ardida da Europa e somos um país pequenino. É preciso começar agora, pois na gestão florestal o tempo não se mede em anos, mas em décadas! Nestas questões o facto de uma floresta arder são décadas que se perdem, nesse sentido o Bloco de Esquerda propõe: *“Saudar a decisão do Governo em tomar as medidas necessárias para uma verdadeira prevenção estrutural do território e a diminuição da área ardida nos incêndios.*

Solicitar medidas de Planeamento e Ordenamento da Floresta, repondo algumas práticas agro florestais tradicionais e o cumprimento das orientações da Estratégia Nacional para as

Florestas, revendo as Opções de reflorestação das monoculturas de Pinheiro bravo e a expansão dos Eucaliptais, que devido ao abandono e má gestão vieram aumentar o risco de propagação de incêndios.

Solicitar à Câmara Municipal a identificação dos espaços florestais e interfaces urbano-florestal, para que se estabeleça o desenvolvimento de uma política florestal orientadora para o concelho que tenha como base as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal, quer na defesa da silvicultura preventiva com modelos de gestão florestal adaptados às condições ecológicas locais, tendo como base o tipo de solos, os declives, o clima, ou o coberto vegetal, com toda a biodiversidade associada, assim como a necessidade de reduzir a biomassa nas áreas mais sensíveis ao fogo.

Exigir que a Câmara Municipal de Setúbal, na sua vertente da Proteção Civil, tome medidas de monitorização do território, aumentando a eficácia da fiscalização de todas as regras de ordenamento e gestão aprovadas para espaços florestais e espaços de interface urbano-florestal no Plano Intermunicipal de Defesa da Florestal contra Incêndios, de forma a melhor garantir a defesa de pessoas e bens no concelho.

Sendo aprovada, esta moção será divulgada aos órgãos de comunicação social, nacionais e regionais e enviada ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Administração Interna, Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e Comissão Municipal de Protecção Civil e Bombeiros.”

Alberto Sousa Pereira (CDU) – Uma pequena retificação de carácter matemático. Cento e cinquenta e seis mil hectares são 78 mil campos de futebol, porque um campo de futebol tem meio hectare. Um campo de futebol tem 100 metros por 50 metros, são as medidas internacionais, um campo de futebol tem meio hectare.

Maria Rosário Amaral (BE) – Perguntei aos meus colegas que são todos homens e todos me disseram “um hectare”. Se é meio hectare fazemos já aqui a correção.

Alberto Sousa Pereira (CDU) – Continuando a apreciar a moção.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Um hectare, são dez mil metros quadrados. Agora não sei o que está aqui escrito, porque há partes que são inelegíveis para mim. Não sei se faz parte de algum acordo secreto da geringonça!

Alberto Sousa Pereira (CDU) – Continuando a apreciação da moção. Percebo alguma coisa destes assuntos, porque escrevi um livro sobre bombeiros e tive que estudar o assunto e falar com os bombeiros.

A moção está feita por alguém que tem muito boa vontade, mas não tem a noção real do que são os incêndios florestais. Por essa razão temos que fazer esta pergunta.

Porque é que até finais dos anos 60 não existia o problema dos incêndios florestais em Portugal?

Porque é que os incêndios florestais começam em finais dos anos 60 e foram-se ampliando?

O grande problema dos incêndios florestais, a razão principal, é a profunda desertificação do país.

Até finais dos anos 60 o país estava todo ocupado do ponto de vista rural, o campo estava ocupado e as pessoas trabalhavam o campo, os baldios eram tratados, eram limpos, toda a lenha que se apanhava tinha toda a utilidade, para alimentação dos animais, as camas dos

animais, lareiras, fogões, etc.. Quando se começa a dar a emigração para França e também devido à guerra colonial e depois mais tarde a emigração interna para as cidades, o interior começa a ficar despovoado. Posteriormente com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia e devido à diferença de preços agrícolas, não compensava estar a cultivar e menos gente se dedica à agricultura. Os terrenos ficaram despovoados, o mato cresceu, entretanto as pessoas ganham mais poder de compra e começa-se a construir casas no meio dos pinhais, fenómeno que não existia anteriormente em Portugal.

Atualmente nos incêndios florestais os bombeiros não andam a apagar incêndios florestais. Disse-me uma vez um bombeiro com muita experiência, que num incêndio florestal a água só tem uma utilidade, que é matar a sede dos bombeiros, o resto é só espetáculo para a televisão. Apagar um incêndio florestal, ao despejar água, não tem pés nem cabeça, porque para se apagar um incêndio de um quilo de madeira é necessário nove litros de água. Imaginem um pacote de leite cheio de madeira, gastam-se nove litros de água. Têm aqui uma noção da quantidade de água que é necessária para se apagar os incêndios. Os incêndios florestais ou se previnem ou têm que se atacar por outros meios e nunca com água. A água tem várias razões, dá imagens espetaculares para os noticiários e permite bons negócios, não só para os bombeiros, como também para os meios aéreos que dão sempre nas vistas. O único meio que temos de resolver no problema do incêndio floresta, uma vez que não há possibilidade de reocupação do terreno rural, será o Estado e as Autarquias arranjam uma maneira efetiva e eficiente da limpeza sistemática de todo a área florestal. Mas para isso é preciso medidas que em Portugal não estamos habituados. Não é fazer um decreto a obrigar limpar o terreno, porque há terrenos que não sabe a quem pertencem. Não aplicar multas a quem não limpa terrenos, porque muitos proprietários rurais vivem a um nível que não podem pagar multas. O Estado tem que intervir ativamente. Se o proprietário rural não tem hipótese de limpar o terreno, o Estado limpa-lhe o terreno e depois arranjam-se processo de compensação. Tem que ser uma medida muito ativa na limpeza do terreno, porque hoje já não podemos retirar as casas. Se repararem com atenção nas imagens da televisão, a ação dos bombeiros essencialmente é o seguinte: salvar vivendas que estão no interior das florestas. É a única preocupação e por isso a água tem alguma utilidade.

Essa pessoa que hoje grita na televisão “Os bombeiros não vêm, não nos ligam nenhuma” foi exatamente o mesmo cidadão que deu cabo do juízo ao Presidente da Câmara local, para lhe deixar construir a casa no meio do pinhal, porque o terreno era muito mais barato. Normalmente esses aspetos não são vistos.

Se não nos focarmos nestes assuntos essenciais, a questão dos incêndios florestais nunca mais, ou então caímos naquela situação do bonequinho humorístico do jornal Público em que a figurinha do diabo pergunta ao homem do bar: “*Porque é que sucede isto em Portugal?*” e o homem do bar diz: “*Há os incêndios no verão, o Governo nomeia uma comissão, mas como entretanto começa a chover e não há incêndios a comissão descansa, quando volta o novo verão, há novamente incêndios e uma nova comissão*”.

Se não fazemos aquilo que foi dito, continuaremos sempre a fazer comissões e o coberto florestal a arder.

João Luz (CDU) – Nós percebemos a intenção e os objetivos desta moção e estamos com eles inteiramente de acordo, no entanto há algumas questões que não deixaríamos de tecer, designadamente naquilo que diz respeito à componente deliberativa desta moção. Se estamos de acordo com o saudar a decisão do Governo em tomar medidas necessárias para uma verdadeira prevenção, a verdade é que o conjunto de medidas anunciadas se afiguram perfeitamente insuficientes, precisavam de ir muito mais longe se quisermos resolver e apostar numa verdadeira prevenção, incluindo ir às questões da propriedade fundiária florestal do

nosso país. Saudamos a decisão, mas gostaríamos mais de saudar as medidas efetivas que fossem mais longe na defesa da floresta e contra os incêndios.

Relativamente ainda à componente deliberativa da moção, quando se diz nos dois últimos parágrafos da deliberação: “*Solicitar à Câmara a identificação dos espaços florestais, interfaces urbano florestal, etc.*” “*Exigir à Câmara Municipal na sua vertente de proteção civil que tome medidas de motorização do território*”. Isto são realidades que acontecem já hoje no terreno e que os Serviços Municipais de Proteção Civil, incluindo o de Setúbal, está obrigado e para além de estar obrigado está a realizar. Estranhamos que relativamente aos patamares da administração pública, regional e nacional, designadamente em matéria de proteção civil, mas também de florestas e de agricultura, esta moção não tenha um conjunto de exigências, que de facto se continuam a verificar alguns aspetos perfeitamente incompreensíveis, de ausência de trabalho feito nestas matérias, que só podem ter uma explicação na degradação de que estes serviços foram alvo, na ausência de recurso humanos, na ausência de recurso técnicos e que fazem com que Direções Regionais de Floresta e por aí fora, estejam completamente arredadas desta discussão e de um trabalho na região. Aliás basta perceber que nem o cadastro da propriedade destes patamares da administração regional têm. O que explica um bocadinho aquilo que se vive no território. Tem cabido e tem sido transferido para os municípios um conjunto de atribuições e competências em matéria de proteção civil, que não tem correspondência, nem no patamar regional nem no patamar nacional. Onde é que a autoridade nacional de proteção civil está, num conjunto de momentos e de situações, em que se exigia a sua intervenção?

Há um gabinete florestal intermunicipal no concelho de Setúbal, com os concelhos de Sesimbra e Palmela, há comissões intermunicipais de defesa da floresta contra incêndios, há um conjunto de trabalho que é desenvolvido.

Sr. Presidente, penso que seria útil até na sequência desta minha intervenção, no âmbito da discussão desta moção, que a Câmara Municipal pudesse dar nota de algum do trabalho que é feito nesta matéria. Acho que ficaríamos todos mais esclarecidos e se calhar este conteúdo deliberativo podia ser colocado de outra forma. Nós não estamos em desacordo com ele e exigimos evidentemente da Câmara Municipal de Setúbal, que tome um conjunto de medidas em matéria de proteção civil e defesa da floresta. Não temos oposição nenhuma a isso, exigimos que a Câmara Municipal de Setúbal o faça, temos esse compromisso de o fazer, mas acho que ficaríamos todos mais esclarecidos se a Câmara Municipal de Setúbal pudesse dar aqui alguma nota do trabalho que é feito nesta área.

Presidente da Mesa – Concordo. Naturalmente que o executivo pode fazer esclarecimentos definitivos ou pelo menos mais aprofundados sobre o tema. No entanto, tenho inscritos ainda três dos Senhores Deputados a quem vou dar a palavra.

Henrique Guerreiro (BE) – Esta Assembleia hoje está a ser estimulante, porque teve agora um momento de pausa e de “relax” com a intervenção do Deputado Alberto Sousa Pereira. Nós que somos um país tão antigo, que conseguimos fazer coisas notáveis como as descobertas, o Vasco da Gama, descobrimos outros mundos, hoje foi revelada uma outra descoberta “Os bombeiros e a água não servem para apagar incêndios, é só para os bombeiros matarem a sede”. É mais uma descoberta portuguesa revelada hoje, no âmbito da sapiência do professor Alberto Sousa Pereira, o que muito nos apraz conhecer e é sempre com muito prazer, que vamos daqui mais informados, mais cultos. Sabemos também que na sua larga bibliografia também escreve sobre incêndios. É isto que os portugueses têm de bom.

Esta moção não pretende ser a moção que o deputado Afonso Luz gostaria de escrever, nem pretende ser uma moção que esgote a temática dos incêndios, porque apesar da simplicidade

da intervenção do Deputado Alberto Sousa Pereira este problema tem mais complexidade e o Deputado Afonso Luz começou a desenvolver algumas. Não falamos nesta moção de aspetos que competem a uma estratégia nacional e à correção nacional de algumas coisas, como o financiamento às corporações de bombeiros, nomeadamente as vertentes de financiamento por área ardida, que é uma coisa hoje muito questionável, como o negócio que o país tem pago de contratação de meios aéreos de compra de meios aéreos com eficácia muitas vezes duvidosa, esta moção não entra por esse terreno. Entra justamente naquilo que é possível ao nível desta Assembleia, ao nível da Câmara Municipal, dá o seu contributo, agilizar o seu contributo. É muito importante aquilo que diz o Deputado Afonso Luz, que seria bom percebermos o que a Câmara Municipal está a fazer e seguramente que está a fazer alguma coisa. Esta moção não pretende descobrir o caminho marítimo para a Índia, resolver os problemas com a simplicidade que aqui já anunciamos esta solução mágica, pretende sim, dar um contributo para que no nosso concelho possamos afinar, acertar, aumentar, prevenir os incêndios florestais.

Presidente da Mesa – Uma vez que os Senhor Deputados Joel Marques e Maria do Rosário Amaral prescindem da sua intervenção e seguindo a sugestão que penso será aceite por todos, do Sr. Deputado João Afonso Luz, e no caso de estar disponível, a Sra. Presidente dará alguma informação sobre o caso em discussão.
O Sr. Vereador Carlos Rabaçal tem a palavra.

Vereador Carlos Rabaçal – Em Setúbal tivemos há dois anos praticamente zero de incêndios. O ano passado um pouco mais e este ano um pouco mais. Ardeu algum mato, canavial, que resulta de um sistema de proteção e de prevenção que está instalado há vários anos em Setúbal, em pareceria com Sesimbra e Palmela. Esse resultado tem que ver com o trabalho e tem que ver com a sorte que o trabalho trás, porque também é preciso ter sorte para que as coisas corram bem. Os resultados de poucos incêndios e de uma defesa consciente da floresta, resulta de muito trabalho, de muita capacidade, de muita competência do Serviço Municipais da região, mas também resulta de alguma sorte que o trabalho trás.

Esta moção tem coisas a exigir à Câmara, algumas não tem que exigir à Câmara tem que exigir ao Governo, outras exige-se à Câmara e a Câmara já está a fazer há muitos anos. Há um desconhecimento absoluto do que está a fazer a Câmara nesta moção, ao exigir que a Câmara faça aquilo que já faz há muitos anos.

Já há muitos anos que o Gabinete Intermunicipal de Defesa da Floresta está a funcionar com plena eficácia. Há um dispositivo de defesa da floresta que está subvalorizado em termos de viaturas no terreno, porque nós não temos mais viaturas daquelas que em geral seriam necessárias para a área que temos. O dispositivo de Palmela/Sesimbra e a zona envolvente está focada na Arrábida, quando há algum problema ataca de imediato.

Recentemente fizemos 30 quilómetros de caminhos, na única zona da Arrábida que pertence a Setúbal, em que não havia acessibilidade nenhuma a não ser por meios aéreos, neste momento não são precisos meios aéreos para atacar os incêndios naquela zona.

Há sucessivos planos municipais da defesa da floresta, que todos os anos são atualizados. Todos os anos há um plano intermunicipal da defesa da floresta, que é atualizados e é aprovado pelos executivos dos diferentes municípios. Há um trabalho muito consistente da Proteção Civil e Bombeiros.

Esta moção na parte deliberativa está a propor o que se faz há muito tempo, como se não fizesse e isso não é adequado.

Em relação há exigência ao Governo, atenção, porque o Governo fez um grupo de trabalho para estudar soluções de ordenamento florestal, não sei se rural, não sei se agrícola, mas ainda

não disse nenhuma medida. Seria importante que houvesse medidas relevantes para resolver o problema de ordenamento florestal, mas nós sabemos que muitos Governos tentaram, falaram, disseram e não fizeram.

Ao nível da exigência, ao nível da recomendação acho que está recomendado que se faça como se não se fizesse.

Temos discutido isto, muitas da vezes, no Conselho Municipal de Segurança, onde há uma informação razoável sobre esta matéria. Uma discussão no Conselho Municipal de Segurança sobre a situação atual e uma informação posterior a esta Assembleia podia dar uma ideia mais clara e para encaminhar, não para descobrir o caminho marítimo para a Índia, mas descobrir outros caminhos. Esta proposta como está, não descobre caminho nenhum, porque está a falar de caminhos que já existem.

Há aqui uma questão que me parece bastante relevante. O ICNF não reconhece a Serra da Arrábida na zona de Setúbal, como zona de risco elevado. Não reconhece, porque não tem havido incêndios. Nós temos que deixar arder a serra para ter direito a ser risco elevado, ter direito a viaturas, ter direito ao QREN, ter direito a apoio para quartéis de bombeiros. Isto é absolutamente ridículo! Isto sim é uma questão relevante, que viria a trazer meios e recursos, para que pudéssemos defender melhor a nossa floresta.

Está na moda em todos os verões falar nos incêndios e depois até ao próximo verão está tudo bem e depois volta-se a falar novamente nos incêndios. A questão da proteção civil e socorro é 96%, estimado neste momento pelos bombeiros, de outra coisa que não o incêndio. Os incêndios são 4% de toda a atividade dos bombeiros do nosso país, mas tem o impacto que tem e tem as conclusões que tem. O Sr. Comandante Paulo Lamego dos nossos Sapadores um dia disse uma coisa muito interessante: *“No dia em que a prevenção der mais lucro do que o combate aos incêndios, nesse dia acaba-se os incêndios ou grande parte deles”*.

Isto não se resolve em exigir à Câmara em fazer o que já faz.

A moção, no que respeita o município, não acerta mesmo.

A tese que temos, passa pela necessidade de refletir a proteção civil em toda a sua latitude. Vamos fazer uma conferência internacional no próximo ano sobre essa matéria e consideramos que é preciso mudar o paradigma da intervenção e proteção civil, incluindo nos fogos. Consideramos que para Setúbal, mais relevante dos que os fogos, neste momento é a zona da Mitrena, onde temos o plano de emergência interno e externo, bem como o plano do centro histórico, e um conjunto de planos e programas que temos de intervenção, com os meios e recursos afetos e não são documentos aleatórios. Temos a Comissão Municipal de Proteção Civil que funciona regularmente e temos a Comissão Municipal de Defesa Contra Incêndios que também funciona regularmente. Esta moção parece mais virada para o caso nacional, em que foi adaptada aqui, não me parece adequada ao momento.

Propunha que houvesse uma discussão mais aprofundada sobre este assunto, para a Assembleia Municipal de Setúbal não fazer uma moção que elogia uma coisa que ainda não sabe o que é, e pede à Câmara que faça aquilo que já faz. Não me parece muito adequado. Propunha mesmo essa discussão no Conselho Municipal de Segurança.

Gostaria de deixar a seguinte nota. O Sr. Comandante Paulo Lamego vai fazer um percurso de norte a sul do país de bicicleta, com um grupo de pessoas que vão com ele. É uma iniciativa que ele tomou, para dizer que os bombeiros trabalham todos os dias, 24 horas por dia e não trabalham só para os incêndios, para pôr os pontos nos “is” sobre qual o papel dos bombeiros. Por isso, vai percorrer uma série de municípios e será acompanhado pelos bombeiros desses municípios em todo o percurso, desde o Minho até ao Algarve. Nós vamos colocar a questão dos incêndios no sítio certo.

A questão mais grave que temos aqui, é que gostaríamos de fazer um quartel de bombeiros em Azeitão, mas como não somos de risco elevado não temos QREN para fazer o quartel de

bombeiros em Azeitão, que é importante para o sistema de proteção e socorro do concelho. Tudo o resto é relevante e está a ser feito.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Dado o adiantado da hora e não me querendo alongar muito, depois de ter ouvido estes comentários todos, já não queria estar a falar disto mas vou ter que falar. A moção diz muito claramente e o título da moção diz “*Moção em Defesa da Prevenção Estrutural do Território e da Diminuição da Área Ardida nos Incêndios*”. Tem a ver com a prevenção estrutural, não estamos a falar do combate, porque senão não saíamos daqui. Se calhar estávamos aqui a semana toda a falar, além da prevenção estrutural, poderíamos estar a falar a semana toda e depois mais duas ou três semanas para falar do combate. A moção não diz nada disso, não fala na questão do combate, como se efetua o combate, se é com água ou não, se é com corta fogos, como é que é, não estamos a falar dos meios de combate. Estamos a falar da questão da prevenção estrutural. Dizem-me que esta moção não é oportuna numa altura destas, em que temos um ano de 2016 onde já ardeu mais área desde 2006. Isto é um problema preocupante. É lógico que não estou a falar aqui de cadastro. Vocês sabem que Setúbal tem o cadastro da propriedade, até porque isso é uma questão importantíssima para a questão da prevenção estrutural, mas é uma questão que estamos a falar a norte de Tejo.

Está-me a dizer que o concelho de Setúbal teve poucos incêndios. Felizmente e ainda bem que tem e temos o problema sempre com a Arrábida que é sempre aqui o principal problema. O Distrito de Setúbal foi o segundo distrito onde ardeu menos área. Felizmente temos um distrito que devido às suas condições climatéricas tem muito menos probabilidades de arderem grandes áreas. Quando isso acontece no verão e já tem acontecido grandes incêndios e felizmente temos muitos corpos de bombeiros, que quando há uma ocorrência facilmente chegam aqui várias corporações, o que não se passa no norte do país ou no Alentejo. Mas esta moção não tem a ver com combate.

Em relação ao saudar a decisão do Governo em tomar as medidas necessárias para uma verdadeira prevenção estrutural, não estou a falar em medidas específicas, isto tem a ver com uma preocupação que deveria ser de todos nós. Existe um Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado em 2006 e que está na gaveta.

Este ano temos uma grande área ardida e temos muito menos ocorrências e é nesta questão que temos que trabalhar.

Nisto dos fogos florestais, as questões medem-se em décadas.

A Câmara está a fazer bem, tem o plano intermunicipal de defesa contra incêndios, tem tudo a funcionar. Não estou aqui a dizer que a Câmara não tem. Estou a exigir é que em termos de fiscalização, por exemplo em termos dos caminhos eu sei que isso é feito anualmente, estou a reforçar a questão. Como Setúbal, por sorte não tem ardido, em princípio estão a fazer as coisas bem. Isto tem a ver com uma questão nacional, que acho que era importante, nós como Assembleia, também reforçarmos esta questão.

Se acham que isto é uma questão que não é oportuna numa altura destas!

João Luz (CDU) – Tendo em conta o conjunto de intervenções verificadas sobre esta moção, propunha aos promotores, se tivessem de acordo, que a Comissão de Ambiente da Assembleia Municipal pudesse a partir do texto proposto pelo Bloco de Esquerda nesta moção, elaborar um parecer relativo a esta matéria, que trouxesse a uma próxima sessão da Assembleia Municipal, onde estivéssemos todos mais esclarecidos, onde não se solicitasse ao município coisa que na prática já estão a decorrer e a funcionar e que permitisse um esclarecimento maior do conjunto da Assembleia Municipal. A proposta que faríamos é que a Comissão de Ambiente da Assembleia em conjunto com a Comissão de Proteção Civil e com o Vereador

do Pelouro pudessem aprofundar esta discussão e produzir um parecer relativo a esta matéria, a trazer numa próxima sessão da Assembleia Municipal.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Estas moções são complicadas. Depois da intervenção do Senhor Vereador e até pela parte que conheço, que é parte de Azeitão e a parte da serra, acho que aquilo que a moção aqui solicita “solicitar à Câmara” e depois “solicitar à Câmara”, aqui acho que já está desatualizado. A parte em que solicita à Câmara, essa moção é para ser abrangente a nível nacional, agora nos parágrafos quem vem solicitar à Câmara, até pela explicação que deu o Senhor Vereador e por aquilo que eu conheço na zona da serra, acho que vem solicitar aquilo que já está feito. Nomeadamente daquela parte do concelho, se calhar houve muitos focos de incêndio, muitos mais do que aquilo que possam imaginar, houve muitíssimos este verão. Mas o que aconteceu, foi que a Proteção Civil e os bombeiros funcionaram muito bem e tinham acessos, como disse o Sr. Vereador, que foram feitos e que permitiram que as coisas não se propagassem, porque houve como em todo o país, muitos focos de incêndio. Já tive oportunidade este verão de valorizar o trabalho, que a Proteção Civil e os bombeiros fizeram neste concelho, nomeadamente na serra e estão de parabéns pelo trabalho que têm desenvolvido.

Presidente da Mesa – Pergunto ao Bloco de Esquerda se concorda com a proposta ou contra proposta ou a adenda feita pelo Sr. Deputado João Afonso Luz, no sentido de esta vossa proposta ser analisada a nível da Comissão de Ambiente.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Não consigo perceber, porque é que tem que ir à análise da comissão. Preferia que fosse votada aqui. Se mais alguém precisa de algum esclarecimento.

Presidente da Mesa – Mantem a proposta?

Maria do Rosário Amaral (BE) – Mantenho.

Não havendo mais intervenções foi a moção rejeitada por maioria e em minuta, com 12 votos a favor, sendo 9 do PS e 3 do BE, 25 votos contra, sendo 19 da CDU, 5 PSD/CDS e a AC e uma abstenção do PS.

Presidente da Mesa – Terminámos o Período de Antes da Ordem do Dia e entraríamos na ordem do Dia, no entanto chamo a vossa atenção para um facto do adiantado da hora, aproximamo-nos rapidamente das 02h00. Considero que é humanamente impossível e injusto, continuarmos a trabalhar e entrar na Ordem dos Trabalhos. Assim sendo proponha à Assembleia, isto na sequência de decisões que se tomaram a nível da Comissão Permanente, que cerca da 01h00/02h00 no caso de os trabalhos estarem atrasados fizéssemos uma reflexão sobre as vantagens ou não de suspendermos os trabalhos até um próximo dia. Proponho à Assembleia a suspensão dos trabalhos até terça-feira próxima, véspera do feriado de 5 de outubro.

O Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão quando era uma hora e quarenta e cinco minutos do dia um de outubro do ano de dois mil e dezasseis.



Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, realizou-se, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino e Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Patrícia Alexandra Dorés Paz Rodrigues, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes e Teresa Alexandre Malveiro Andrade.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado e Paulo Rui Santos Reisinho Valdez.

Bloco de Esquerda – Henrique João da Costa Guerreiro, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral e Albérico Afonso Costa Alho.

Azeitão no Coração – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão).

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, os Srs. Vereadores: Manuel Joaquim Pisco Lopes, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e António Miguel da Costa Ferreira.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Catarina Maria Pinheiro Pereira, Nuno Filipe Cação Marques e Esmeralda Costa Marques conforme documentos registados sob os n.ºs 24 a 26, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, José Luís do Rosário Barão, Ilídio Fernandes Ferreira, Manuel Jorge da Silva Esteves e Arménio Silva Duque, conforme documentos registados sob os n.ºs 27 a 30, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentaram pedidos de substituição, Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva e Fernando Manuel Monteiro conforme documentos registados sob os n.ºs 31 e 32, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Costa, tendo sido substituído pelo vogal Possidónio José Chitas, conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Alberto Manuel Sousa Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Maria Lídia Soares Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Sandra Cristina Rei Paulino Lopes verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, José Manuel da Silva Lopes Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de junho, julho e agosto de 2016

Joel Marques (PS) – A bancada do Partido Socialista regista com satisfação que a “apanha” dos escaravinhos continua em bom ritmo, no entanto mais importante do que isso foi que notámos a falta neste relatório dos valores para as dívidas a fornecedores e para os compromissos assumidos e não pagos referentes ao 1.º semestre de 2016 e gostaríamos de saber o porquê de estes valores não constarem. Aliás em sede de Comissão de Economia, Administração e Finanças, há duas reuniões de comissão atrás, se não estou em erro no dia 24 de abril, tinha sido solicitado pela comissão que para além dos dados relativos à conciliação bancária que nos foram apresentados já, fossem também facultados com regularidade os mapas que são mensais referentes aos fundos disponíveis e aos compromissos assumidos.

A verdade é que se nos foram apresentados os dados das conciliações bancárias e muito bem, repito, não nos foram ainda apresentados em momento algum, nem mesmo neste relatório os dados referentes aos compromissos assumidos.

Gostaria de deixar essa nota e questionar o executivo sobre o motivo pelo qual estes dados não são facultados à Assembleia Municipal.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Julgo que a falta desses mapas não é por falta de informação, porque a preparação deste pedido de empréstimo para saneamento financeiro implica estarem disponíveis os mapas atualizados. Não creio haver nenhuma razão em concreto, mas eles poderão ser distribuídos posteriormente e não constam do relatório e deverão passar a constar.

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata.

2. Deliberação n.º 212/16 - Proposta n.º 81/2016 – DCED/DICUL – Regulamento do Concurso de Seleção do Hino do Município de Setúbal

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por 6 votos a favor da CDU, PS e PSD/CDS e 1 abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Vitor Ferreira (PS) – Para dizer a verdade não tenho particular simpatia por um hino oficial, revejo-me bem nos hinos oficiais, mas não vou por aí. Naturalmente que um hino faz sempre falta nem que seja como acontecia quando eu era mais novo e vivia em Leiria para usar uma nova letra mais ajustada ao contexto, não os vou maçar com isso porque era um bocadinho ordinária.

De qualquer forma tenho uma simples questão, dava-me jeito que o regulamento dissesse que só podiam concorrer aqueles cujos três avós eram setubalenses, porque isso dava-me alguma hipótese de poder ganhar o concurso. Limitava tanto que eu talvez ganhasse.

Agora não compreendo, mas haverá com certeza uma boa justificação e é essa a pergunta que faço, porquê limitar aos cidadãos de nacionalidade portuguesa, uma vez que nós até temos vindo a trabalhar no sentido de ser uma cidade aberta, alguns mecenas, alguns daqueles que têm ajudado nas iniciativas culturais até nem são de nacionalidade portuguesa. Sei que o

capital não tem pátria, o dinheiro é conhecido por não ter cheiro, mas já agora perceber porque é que há este cuidado em limitar à cidadania portuguesa. Não vai ser impeditivo e naturalmente que nós acompanhamos aquele que já foi o voto dos nossos camaradas que participaram na comissão, mas era só para tentar perceber porquê uma limitação à nacionalidade portuguesa.

Alberto Sousa Pereira (CDU) - Em Portugal os municípios não têm tradição de hinos municipais, mas no Brasil são habituais. Há pelo menos uns 80 municípios com Hinos desde Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília a Macapá e Tubarão... Há até dois municípios, no Estado da Paraíba, separados por 80 quilómetros, que têm hinos iguais na música e muito semelhantes na letra, ou seja um deles copiou o outro.

Em Portugal apenas temos conhecimento de concursos para Hinos municipais em Setúbal, Manteigas, Oliveira do Bairro e Leiria, este segundo informação do deputado Vítor Ferreira. Voltamos agora a Setúbal.

Em 1898, o músico e compositor amador setubalense, Joaquim José Santana compôs um hino municipal. Joaquim Santana era funcionário municipal, dirigiu o mercado municipal do Livramento durante cerca de 30 anos e foi, como amador, um músico e compositor com alguns méritos. Compôs inúmeras obras e em especial para filarmónicas e orquestras de amadores. Foi maestro das filarmónicas Capricho e Firmeza, mais tarde União, assim como da banda dos Bombeiros Voluntários de Setúbal. Faleceu em Setúbal em 1907.

O Hino Municipal foi escrito propositadamente para ser tocado na inauguração do novo coreto da Avenida Luísa Todi, coreto esse que ainda hoje existe. No local existia um coreto de madeira, já em muito mau estado, e a Câmara entendeu que Setúbal, uma cidade com grandes tradições musicais, merecia um coreto mais moderno, a última palavra na época, da chamada arquitetura do ferro.

O novo coreto foi inaugurado numa tarde de Julho de 1899 e banda militar do Regimento de Caçadores 1, aquartelado em Setúbal, tocou o hino com agrado geral da assistência. Esta banda tocava semanalmente, às quintas-feiras à noite, no verão, no coreto da Avenida Luísa Todi, para distração dos turistas e visitante que vinham a Setúbal passar a época balnear nas suas praias que, na época, ficavam praticamente dentro da zona urbana.

A Câmara Municipal de Setúbal aprovou o Hino Municipal e encomendou nove cópias da partitura que foram mais tarde distribuídas pelas filarmónicas do concelho. De lembrar que na época Palmela pertencia ao concelho de Setúbal.

Todas as referências que existem dão a entender que o hino foi apenas instrumental e não se encontram quaisquer elementos que indiquem se alguma vez foram escritos versos para a composição musical.

Mas exatamente há 106 anos, neste mesmo dia e hora, devido à revolução da instauração do regime republicano os Paços do Concelhos foram incendiados, numa situação de grande confusão popular e a partitura do hino perdeu-se juntamente com milhares de outros documentos.

Nos finais dos anos 90 o maestro e compositor Ferrer Trindade, da filarmónica da Sociedade Capricho Setubalense, encontrou, nos arquivos da Associação, uma cópia do Hino Municipal. Houve uma reunião com a então vereadora Regina Marques e comigo e a vereadora tentou reativar o Hino mas o assunto perdeu-se no executivo e tal não foi possível.

Setúbal pode passar assim a ter dois Hinos. O de 1898 e o novo que em breve será objeto de concurso.

Apresento uma sugestão ao executivo. Quando da apresentação pública do novo hino na mesma que na mesma sessão seja tocado o esquecido hino de 1898 para apreciação dos

setubalenses. Será uma homenagem ao músico setubalense Joaquim Santana e certamente uma agradável surpresa para os setubalenses de hoje.

Presidente da Mesa – Muito obrigado Sr. Deputado sobre esses esclarecimentos que acabou de nos dar e que julgo que são elucidativos desta questão candente do Hino Municipal. A palavra agora ao Sr. Deputado Albérico Afonso para intervir.

Albérico Alho (BE) – Infelizmente Sr. Presidente não estou de acordo consigo sobre o que acabou de dizer e nem me parece que sejam relevantes e nem esclarecedores os esclarecimentos que nos foram dados.

Parece-me, com toda a sinceridade, que é uma proposta completamente anacrónica nos tempos que correm. Os hinos aparecem nos finais do século XIX num quadro de afirmação dos países de afirmação das cidades e parece-me que é uma tentativa de reeditar numa altura muito complexa da situação nacional e internacional quando se levantam muros, quando os nacionalismos e os chauvinismos florescem um pouco por toda a parte nesta cidade, que tem sido sempre uma cidade universalista, uma cidade aberta, ecuménica, tentar reinventar um hino parece algo completamente anacrónica e de outros tempos.

Com toda a sinceridade não vejo qualquer utilidade, pelo contrário, vejo algo fora de tempo, perdoem-me a franqueza.

De resto, dentro desse universalismo que ficou plasmado pela letra de Zeca Afonso como a cidade sem muros, nem a meias um hino é levantar novos muros, levantar novas a meias que não percebo sinceramente.

Ainda um esclarecimento de natureza histórica, Setúbal ao contrário de outros núcleos urbanos existe como tal de uma forma autónoma, independente pelo menos desde 1248 e depois de 1249 com a autonomia política e administrativa. O reeditar um hino nestas circunstâncias parece-me completamente descabido e perdoar-me-ão a franqueza em relação a esta proposta.

Vale-se lá saber com essa preocupação, esse nacionalismo vem plasmado na própria proposta, não sei se já foi retirado ou não, quando inclusivamente dizia que os autores tinham que ser setubalenses. Não sei o que é isso, como é que se conseguiria essa marca genética de ser setubalense, os que nasceram portanto aqui, os vivem há 40 anos, os que vivem há 50. Perdoar-me-ão, e com isto termino, parece-me um perfeito disparate nesta altura quando há tanto coisa tão importante e tanto coisa tão importante que já tem sido feita nos últimos tempos.

Sandra Lopes (PS) – Em relação ao hino, se existe já um hino, neste caso uma pauta musical de um hino tão antigo, porquê abrir um concurso para um novo? Fazia muito mais sentido, já que essa pauta não tem poema, abrir um concurso para se criar um poema para essa pauta para preservar uma coisa que é nossa e já tem anos e anos. Assim não se perdia algo que na altura teve valor e que pelos vistos volta a ter valor, não faz sentido estar a abrir um concurso para uma nova partitura.

Presidente da Mesa – Estão em questão várias hipóteses, à parte da discordância do Sr. Deputado Albérico Afonso de, com razão, dizer que é anacrónico estar a suscitar um hino que é tão antigo, mais de um século é verdade, no entanto há duas propostas orais que acabaram de ser aqui colocadas. Uma da autoria da Sra. Deputada Sandra Lopes que diz para se recuperar essa música e colocar-lhe uma letra adaptada e uma outra do Sr. Deputado Alberto Sousa Pereira que diz para se continuar com o concurso, mas para não se esquecerem que já existe um hino e ponham em confronto os dois, um que resulte do novo concurso e o antigo que já

existe e que depois que se escolha entre os que se considerem mais aptos para representar o município.

Julgo que são estas as duas hipóteses que estão em análise.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Só para tentar corresponder às questões suscitadas e tentar contribuir para algum esclarecimento, diria que convinha reduzir a questão à sua simples dimensão.

Não vamos evocar razões de chauvinismo e outras de raiz tão negativa para nos identificarmos com os hinos nacionais atuais. A Portuguesa não tem esse cariz tão negativista, tem um cariz identitário em relação à nação portuguesa após a república. Os símbolos nacionais, o hino nacional, a bandeira nacional, são símbolos da identidade nacional. Os municípios têm um símbolo da sua identidade que são os brasões municipais, a lei não obriga ou não sugere que tenham hinos. Um hino é um mero símbolo da identidade municipal, não é outra coisa. O argumento de que havia um de outra época, de outros tempos, certamente que nos finais do século XIX não identificaria nem as causas e nem os motivos da época, era simples para inaugurar um coreto, uma motivação simples. Se o executivo entendeu que há uma identidade setubalense municipal que justificava também ter uma representação numa composição musical que representa este território e este povo local municipal correspondentemente àquilo que são as representações no plano nacional. Não me parece ser nada de mais e corresponde a algo que todos tantas vezes nas nossas discussões políticas temos argumentado, as dificuldades da identidade cultural do setubalense. Isto ajuda. Riam, riam. Mas esta identidade cultural foi muito trabalhada, muito recuperada e hoje, por aquilo que é a cidade, por aquilo que são as suas atividades, a participação nas atividades culturais nos programas desportivos, culturais e aquilo que se passa na cidade melhorou a sua identidade, as pessoas identificam-se mais com Setúbal. Não está muito longe a época que qualquer um de nós reconhecia o criticismo dominante na nossa cidade, todos criticam uns aos outros qualquer coisa que se fizesse de bom ou de mau, isso era uma dificuldade numa identificação social global dos setubalenses.

A ideia deste hino é apenas para tentar consolidar essa identidade da população setubalense.

Só estou a tentar dar uma justificação que me parece que foi suscitada nas intervenções que foram aqui feitas e rebater qualquer chauvinismo, qualquer outra coisa, é apenas a oportunidade de termos também aqui como hino um elemento da identidade setubalense. Outra coisa não pode ser entendida. E atualizado à época atual com a identidade dos setubalenses atual e esperemos que a letra e a música possam traduzir isso e esperemos que possam aparecer propostas que o júri possa apresentar e a provar e que nós gostemos.

Quanto à argumentação do antigo e novo, claro que sim. Se há um elemento histórico que pode ser recolhido e que pode ser reproduzido tem todo o interesse apresentar o que havia ou que existe e apresentar um novo que se vier a aprovar.

Joel Marques (PS) – Não pretendia falar sobre este tema, até porque acho que nesta sessão há assuntos bem mais importantes para o município para discutir, no entanto não posso de deixar passar em claro uma questão que para mim enquanto setubalense e setubalense bairrista, setubalense do Bairro Santos, me toca particularmente. Não posso deixar de ficar chocado quando ouço um vereador da Câmara Municipal de Setúbal, um vereador do executivo, dizer que os setubalenses não sentem uma entidade cultural.

Ó Sr. Vereador deixe-me que lhe diga que os hinos desta cidade são “O Rio Azul” de Mário Regalado, que faz parte do plano musical de educação inclusivamente, são “O Abraço a Setúbal” de António Severino, e que Setúbal sempre foi conhecida como a cidade do rio azul ou como a princesa do sado e nunca foi, nem nunca quis ser capital da margem norte do sado,

como os senhores quiserem fazer passar numa telenovela. Portanto falar aqui sobre a identidade cultural dos setubalenses e ignorar aquilo que é a nossa história e a nossa identidade cultural, senhor vereador deixe-me que lhe diga que é no mínimo de mau tom.

Vitor Ferreira (PS) – É só para reafirmar ou reforçar a minha pergunta, não fui ao século XIX, mas fui à página um e fiz uma pergunta, porquê limitar aos cidadãos de nacionalidade portuguesa. Gostava de ter uma resposta, é uma curiosidade que tenho.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Em relação à intervenção do Sr. Deputado Joel Marques, acho simplesmente que entendeu exatamente ao contrário aquilo que transmiti à assembleia. Quanto à limitação da nacionalidade, por razões precisamente de identidade. Julgo que temos uma composição, não é uma representação, não é um símbolo de cariz internacionalista, é precisamente municipal, deste local, deste país. Essa identificação tem que ver com território, tem que ver com a população do território. Não estou a ver que o hino nacional fosse composto por um espanhol ou por um belga ou por um alemão, não seria, pelo menos a autoria, representativa da nacionalidade por razões de identificação do território e da população setubalense.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 AC, 1 voto contra do PSD/CDS e 17 abstenções, sendo 10 do PS, 4 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

3. Deliberação n.º 216/16 - Proposta n.º 12/2016 – GAP – Fundos Disponíveis / Pagamentos em Atraso / Sancamento Financeiro

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU, e AC e 2 votos contra do PS e do PSD/CDS. O BE reserva para o plenário, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Paulo Valdez (PS/CDS) – Na reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças coloquei algumas questões à Vereadora que estava presente e onde também estava presente o Sr. Diretor Financeiro, que nos prometeram as informações que na altura foram solicitadas. Ou é por desatenção minha ou não recebi nada e acho estranho porque esta proposta tem algo de muito suí generis.

O ponto um das decisões deliberativas diz: “*Aprovar genericamente os acordos de pagamentos celebrados com credores em maio de 2015*” e quem vai aprovar não sabe quais são os acordos. Não fazemos a mínima ideia quais são os acordos de pagamento e apresentamos para aprovar algo que, pelo menos esta bancada não tem conhecimento, o que acho ser algo fora do vulgar.

Depois há um conjunto de pedidos de informação que também fizemos sobre as antecipações, quais eram as origens das antecipações do aumento temporário de fundos disponíveis de 24 milhões, de 8 milhões, para sabermos quais são e qual é o fundamento para que haja estas antecipações. Também nos disseram que nos iam informar.

Esta proposta, no nosso parecer, não está em condições de ser votada, porque pelo menos esta bancada não tem conhecimento dos documentos fundamentais do processo, isto é, quais são os acordos de pagamento, com quem foram celebrados, os valores, as condições, com que base e

qual a origem dos aumentos temporários de fundos disponíveis que foram aplicados nestes anos.

Há algo que também gostaria de sublinhar, nós temos nos últimos anos andado a discutir muito a aplicação da lei quando é no caso das receitas, isto é, o grande problema de, se poder ou não, não aplicar a taxa máxima de IMI. Porque a lei não permitiria, mas como já sabemos não é verdade, já foi esclarecido definitivamente no final de novembro de 2015.

Aqui nesta proposta diz a certa altura que o município não cumpriu a legislação em vigor e acho que não aconteceu nada que eu saiba. Não tenho conhecimento de que tenha acontecido alguma coisa ao município por não ter cumprido com a legislação em vigor sobre os compromissos. Ou em Portugal a legislação só é aplicável nas receitas e não é aplicável nas despesas? Isto é, na dívida. Por isso é que estamos como estamos.

Era isso que gostaria de saber Sr. Presidente, por acaso o senhor recebeu as informações que foram solicitadas e que disseram aos membros da comissão presentes na altura, e está aqui o Sr. Coordenador que também ouviu pela boca do Sr. Diretor Financeiro e da Sra. Vereadora que representava o executivo, que nos entregariam esta documentação. Esta reunião ocorreu no dia 26 de setembro e estamos neste momento no dia 4 de outubro e não recebemos nada. Estranhámos a falta de comunicação prometida.

Presidente da Mesa – Pessoalmente não tenho em meu poder os documentos que pretenderia receber.

Henrique Guerreiro (BE) – Efetivamente e como foi referido já pelo Deputado Paulo Valdez, na reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças foi solicitada a informação necessária para que esta assembleia possa deliberar hoje. Foi-nos dito pelo Sr. Diretor Financeiro e pela Sra. Vereadora que no prazo de um dia ou dois nos entregariam os acordos de pagamentos celebrados em maio de 2015.

Se as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados olharem para o documento que se pretende que hoje seja votado, encontrarão no primeiro ponto a seguinte redação: “*Aprovar genericamente os acordos de pagamento celebrados com os credores em maio de 2015*”. Se lerem o ponto dois diz: “*Aprovar a minuta dos acordos de pagamento mencionados no ponto um*”.

A pergunta é simples Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal, alguns dos membros desta assembleia conhece estes acordos de pagamento? É materialmente possível, é seriamente possível votar-se algo que não se conhece?

Senhor Presidente seria de suscitar à Câmara Municipal a retirada deste documento da ordem de trabalhos e que as coisas fossem feitas de acordo com a lei, com a democracia, com a verdade, porque de outra forma estamos a fazer de conta Sr. Presidente.

Joel Marques (PS) – Efetivamente, sei que vai soar mais do mesmo, mas temos que o dizer e temos que o reafirmar que a proposta não está fundamentada e a informação não nos chegou.

Estes acordos de pagamento que nos são pedidos que aprovemos genericamente datam já de maio de 2015, como se não bastasse não termos a informação também ficámos a saber que durante três anos a Câmara Municipal de Setúbal não cumpriu com as suas obrigações legais. Parece que toda a dificuldade de colocar a informação, de a gerir e de a compilar de forma que fosse possível coloca-la junto da DGAL e três anos parece-nos de facto excessivo para cumprir a lei.

Apesar e independentemente de tudo isso foi-nos garantido na Comissão de Economia, Administração e Finanças que a informação relativa aos acordos de pagamento nos seria entregue atempadamente. Diria que atempadamente não seria, porque esta proposta foi a reunião de câmara no dia 13 de julho e estamos em outubro, de julho a outubro ou de julho a

setembro, porque esta sessão iniciou-se no dia 30 de setembro e no dia 26 de setembro decorreu a reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças, é tempo mais do que suficiente para que a informação fosse entregue.

Gostaríamos de saber e colocamos essa questão ao executivo, qual é que foi o motivo pelo qual nos foi garantido que a informação nos iria ser entregue a tempo da Assembleia Municipal e já passados cinco dias desde o início da mesma esta informação não chegou. Também gostaríamos de saber para além disso porque é que esta informação não constava inicialmente da proposta ou pelo menos da documentação que nos foi entregue, uma vez que a proposta foi aprovada em reunião de câmara no dia 13 de julho. É demasiado tempo para ocultar informação.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Senhores Deputados vamos enquadrar as coisas também no devido sítio. O que temos aqui na frente é um processo de regularização do regime financeiro da câmara face à nova legislação decorrente da Lei de Finanças Locais de 2013 e depois da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Quando o legislador da austeridade de contingências nacionais determina um conjunto de restrições para as despesas públicas, nomeadamente com esta lei, fá-lo sem ter previsto o processo de implementação destas normas. É óbvio que isto entrando em vigor em determinada data e daí para a frente não se poder no imediato, no exercício que estava a decorrer entrar imediatamente a cumprir os fundos disponíveis. Não sei em que percentagem, mas a esmagadora dos organismos públicos da Administração Central e da Administração Local ainda não cumprem, grande parte deles ainda não cumprem esta lei de compromissos.

O facto é que nós chegámos a um momento em que entrámos em regularização e a fazer despesas apenas com fundos disponíveis.

Os procedimentos a que agora se solicita ratificação são procedimentos de regularização destes processos, enquadrando isto com os registos na plataforma de registos das finanças locais com os registos que estão na DGAL. Os mapas da DGAL com esse acompanhamento estão lá, que com esta operação vai permitir a consolidação da entrada no regime próprio da lei de compromissos com a organização de todas as despesas com os fundos disponíveis devidamente cabimentados e tudo acertado.

Não estou a dizer que desde o início da vigência da lei de compromissos e pagamentos em atraso passámos a cumprir, não passámos. A Sra. Presidente já aqui o referiu várias vezes, houve uma visita de membros da Troika e do Governo às câmaras, passaram por aqui, e a Sra. Presidente disse logo que não era viável, a lei é ineficaz em termos de exequibilidade. Não é exequível aplicar a lei tal como está, os municípios não podem pagar se não fecham a porta tal como nenhum dos municípios no primeiro ano, no primeiro momento, salvo raríssimas exceções em termos de condições financeiras, eventualmente Almada ou algum com essas condições, mas 99% dos municípios não puderam cumprir, nem os organismos do estado e nem ainda os cumprem.

O que me parece relevante e que deviam considerar, é que com esta operação que está aqui nós estamos a consolidar a entrada num mecanismo de regularização das despesas do município dentro de todas as normas da lei de compromissos e pagamentos em atraso e com isso pedem retificações das antecipações de fundo. Elas estão aí mencionadas, o mapa da informação de acordos de pagamento ele existe, os serviços têm-no, isto vai ter a justificação daquele empréstimo para o saneamento não obrigatório. Estamos numa condição em que não somos obrigados a ir a saneamento financeiro, mas temos a possibilidade de ir uma vez que estamos dentro do rácio que ultrapassamos, em termos das despesas, a média dos últimos três anos das receitas líquidas. Com o empréstimo dos 15 milhões vai-se facilitar a criação de

fundos disponíveis para regularizar daqui em diante a norma de funcionamento com as regras da lei de compromissos e pagamentos em atraso.

Acho que é muito importante, até se quiserem para a própria oposição, porque uma vez entrando no mecanismo de fundos disponíveis para todas as despesas e depois de entrar nestes carris dificilmente ou quase é impossível de lá sair. O controlo das despesas passa a ser efetivo.

Julgo que isto é o mais relevante neste processo. Este fundamenta este empréstimo de saneamento dos 15 milhões, que por sua vez também vai ter um estudo de suporte, um estudo económico-financeiro que o vai suportar e que também será com detalhe para justificar a obtenção deste mesmo empréstimo e que será apresentado à câmara na próxima reunião, depois de amanhã, e depois também à assembleia. O detalhe da justificação económico-financeira deste empréstimo vai ser também apresentado.

A questão do calendário para desenvolver o processo para chegarmos a tempo em 2015 poder ter operacionalizado a disponibilidade deste empréstimo dos 15 milhões, para que em termos de calendário se faça a aprovação desta deliberação neste momento. Isto é importante e poderá mitigar algumas dúvidas, é que há de haver um relatório que vai ser apresentado à reunião de câmara no dia seis com a fundamentação económico-financeira e o detalhe de muita informação que aqui está a ser solicitada. Existe o mapa dos acordos de pagamento, pode ter havido aqui alguma falha, não sei, entre o executivo e a assembleia, mas esta informação obviamente que existe, o descritivo da origem dos fundos está praticamente todo contido na proposta, na redação desta proposta de deliberação. Está aí a explicar ano após ano o que é que se antecipou e o que é que tem que se consolidar para que se encaixe nesta lei cuja exequibilidade imediata era praticamente impossível e foi durante algum tempo e é preciso tomar as deliberações que a regularizem. É isso que se está a pedir agora à assembleia.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – A intervenção do Sr. Vereador Manuel Pisco que utilizou a maior parte do tempo para justificar aquilo que é mais fácil e resolveu o assunto das questões colocadas com um problema de comunicação. Acho muito estranho.

Como é que nós podemos aprovar uma proposta em que não conhecemos os documentos fundamentais? Nós, a Assembleia Municipal, ou pelo menos esta bancada e pelos vistos outras bancadas, não conhecem os documentos fundamentais. Não conhecemos os acordos de pagamento, não conhecemos o que está subjacente aos aumentos temporários dos fundos disponíveis, mas mais grave é que a Vereadora que representava o executivo na reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças e o Sr. Diretor do Departamento Financeiro comprometeram-se a enviar em tempo útil esses elementos aos membros da comissão.

Isso foi lá dito e não foi exigido por nós, eu solicitei e os outros membros naturalmente também o solicitaram e responderam com a maior das facilidades que essa informação seria entregue. Não venha com problemas de comunicação no século XXI, por amor de Deus. Não se interessaram em enviar essa informação, só pode ser isso.

Desde o dia 26 de setembro até ao dia 4 de outubro se não nos forneceram esses elementos é porque não quiseram que as bancadas tivessem conhecimento dos mesmos. Isto é que é a situação e é péssimo isto acontecer. Porque é que o executivo não transmitiu os elementos solicitados, os quais garantiram que iam fazê-lo perante os membros da comissão e estão aqui todos os membros da comissão nesta assembleia. Acho isso inadmissível. Aprovar genericamente acordos que não conhecemos, gostaria de ver se o Partido Comunista fosse oposição se aceitaria uma situação destas, era algo de extraordinário.

Esta proposta não está em condições de ser votada, porque não tem a informação subjacente para se tomar uma decisão. É só isso. Esta é que é a questão fundamental da proposta, não a

questão da aplicação da Lei dos Compromissos, só demonstra que a aplicação da lei em Portugal não é assim tão radical como os senhores andaram a dizer há anos por causa do IMI, só se é em relação às receitas e não em relação às despesas. O Ministério das Finanças deve ter uma visão dual sobre este assunto, agora a questão fundamental é a informação subjacente que informa esta proposta, que são os acordos de pagamento celebrados em maio de 2015, não foi em maio de 2016, e a Câmara Municipal pelos vistos tem problemas de comunicação graves, gravíssimos, e por isso não conseguiram entregar isso à Assembleia Municipal.

Esta situação não tem justificação nenhuma, é injustificável naturalmente, é uma justificação esfarrapada que não tem nenhuma base de sustentação e os senhores querem é que se aprove e como têm a maioria absoluta e a bancada que os apoia aprova qualquer coisa também aprova isto. Se alguém que aprova uma coisa dessas ou é porque os senhores têm conhecimento desta documentação e nós não temos, ou então aprovam qualquer coisa.

Aprovar uns acordos de pagamento que não conhecem é porque aprovam qualquer coisa ou então têm conhecimento que infelizmente nós não temos. Por isso é que acho que é insustentável e é um desrespeito perante a Assembleia Municipal, não é o primeiro e possivelmente não será o último, como é que afirmam que dão a informação e depois não a dão, e não a dão de forma deliberada. Ao fim deste tempo todo só de forma deliberada é que não dão a informação às bancadas, pelo menos as bancadas não conhecem.

Presidente da Mesa – O Sr. Deputado fez juízos de valor que não sei se têm de facto aqui cabimento, provavelmente não têm, e de facto há um ponto que tem relevância e o que o senhor aponta que é não conhece quanto basta, no seu entendimento, o problema.

João Afonso Luz (CDU) – Começava exatamente pela parte final desta intervenção do Deputado Paulo Valdez que revela um estilo de pensamento e uma conceção da vida em política que corresponde à prática do seu partido e da sua bancada e dos diversos patamares políticos onde intervêm e onde têm estado disponíveis para aprovar tudo aquilo que aparece independentemente do seu conteúdo e dos seus objetivos.

Por parte da bancada da CDU dizer-lhe que não estamos disponíveis para aprovar tudo, nunca o fizemos, não o fazemos e a inconsciência com a responsabilidade de quem está a representar as populações que os elegeram nesta Assembleia Municipal. Parte daqui para a questão que, por mais do que uma vez, colocou relativamente à aplicação da lei e à questão da Lei dos Compromissos e do incumprimento.

Não vou entrar se quer pela forma como esta lei foi feita, aquilo que ela significou para o conjunto dos municípios portugueses, independentemente da sua cor política, mas vou colocar uma questão porque a referiu, quando disse que relativamente ao IMI está tudo esclarecido. Mas foram os senhores que na sexta-feira passada nesta mesma assembleia apresentaram uma moção para que esta assembleia questionasse o Ministro, se podíamos ou não baixar o IMI. Não foi nenhuma outra bancada, foram os senhores. Se isto de facto está esclarecido, pela vossa postura na última sexta-feira não pareceu de todo, antes pelo contrário nós estivemos de acordo convosco, temos essa dúvida, partilhamos e surpreendemo-nos é que depois no quadro da reunião da assembleia imediatamente a seguir venham dizer que estão todos esclarecidos em relação a isto. Absolutamente extraordinário, não deixo de registar nesta assembleia essa postura.

Relativamente à proposta em concreto e quanto ao conteúdo dos documentos já muito foi dito, mas há aqui uma questão que não podemos deixar passar, porque não corresponde inteiramente à verdade, é que não há ausência da minuta que se propõe aprovar, ela está aí anexa à proposta. A minuta está lá, é ler a proposta que refere o anexo da minuta e veio o anexo da minuta. Não está a relação, estamos de acordo, já foi explicado em que momento é

que ela surge nesta discussão, já foi explicado que o que está aqui em causa é o início de um procedimento de saneamento financeiro e nós percebemos o porquê do refúgio em questões em relação à proposta que aqui vem. É porque a oposição não está disponível para aprovar esta proposta e também sabemos porquê, porque independentemente daquilo que é colocado e daquilo que é dito no plano político, sabemos bem qual é o interesse que as bancadas da oposição têm na continuação de um situação financeira menos equilibrada, na existência de dívidas a fornecedores, portanto conhecemos todo esse processo.

Nós nesta discussão julgo que temos que olhar para aquilo que foi a gestão financeira dos últimos anos no Município de Setúbal e se calhar trocamos algumas impressões aqui, até porque conhecemos em boa quantidade os argumentos que são sistematicamente utilizados e houve uma opção do executivo da CDU em Setúbal relativamente ao acesso aos fundos comunitários para um conjunto de projetos neste concelho. Assumimos esse conjunto de candidaturas e executámos, os seus resultados que estão hoje visíveis no concelho, as populações usufruem dessa obra que foi realizada e nós sabemos onde é que está a dívida feita pela CDU. Sabemos onde é que essa dívida está, sabemos o que é que retiramos dela e quais as mais-valias para o concelho.

Neste quadro de discussão, à exceção de uma única intervenção nesta assembleia relativamente a um conjunto de projetos que têm vindo a ser desenvolvidos, há apenas uma intervenção nesta assembleia que esclarece o que é que uma bancada da oposição não faria. Justiça seja feita que corresponde à bancada do Partido Socialista que nesta assembleia afirmou que relativamente ao Convento de Jesus não faria aquela intervenção que está a ser feita. Foi a única questão aqui colocada, quanto ao resto nenhuma das bancadas, nem em relação ao Quartel do Onze, nem às intervenções nas escolas, nem ao conjunto de equipamentos culturais, não houve uma única intervenção a dizer que não fariam este ou que não fariam aquele. Isso significou de facto um impacto grande nas contas do município. Impacto que é agravado quando o Partido Socialista no Governo já em gestão impede a contração do empréstimo junto do BAI de oito milhões, o que impede, do ponto de vista da gestão financeira, fazer face de imediato às verbas alocadas a estes projetos.

Independentemente daquilo que é a discussão e daquilo que é o olhar mais partidário sobre estas matérias, a verdade é que para além da dívida esta gestão tem provado a capacidade de apagar. E a capacidade de apagar utilizando os instrumentos legais de gestão que estão ao seu dispor e é isso que hoje temos aqui, é saber se a intervenção qualificadora sem precedentes, que tem vindo a ser realizada no concelho, tem ou não tem cobertura por parte desta assembleia.

Mais, quando se reconhece a existência de uma dívida com prazo médio de pagamento que tem vindo a diminuir, não é de menor expressão que se tenha passado de 365 dias para 180 dias de prazo médio de pagamento a 31 de janeiro de 2015, que haja uma redução significativa da dívida continuando a fazer obra e investimento no concelho.

Depois uma outra questão que se coloca, que já nesta assembleia por diversas vezes fomos ouvindo e com a qual acredito que de boa-fé, é a preocupação com a situação financeira de fornecedores, de empresas a que a câmara tem dívida.

Bom, chegámos ao momento de saber quem está ou quem não está interessado em resolver as dívidas de curto prazo existentes. Esta é a questão que hoje está aqui colocada nesta proposta. Na prática é isto que está colocado, é saber se estamos disponíveis ou não para num plano imediato contribuir para a resolução de uma dívida de curto de prazo e resolver a situação de um conjunto de fornecedores com quem a câmara tem dívidas e que com eles tem vindo a negociar. Veremos na hora da votação como é que cada um nesta assembleia assume os seus compromissos e assume a sua posição política, naturalmente com as diferenças que nos são conhecidas.

Não se pode é simultaneamente estar na assembleia e alertar para as preocupações com as dívidas aos fornecedores e depois no momento em que as propostas e os caminhos de solução para a resolução desse problema estão colocados, fingir que eles não existem e que nós estamos disponíveis para acompanhar neste processo de assumir estas responsabilidades. Julgo que isto nunca é demais referir que a dívida existente, sabemos todos onde é que ela está e é importante que não se confunda, porque no debate político tem vindo diversas vezes situações que já se viveram no passado nesta Câmara Municipal onde não sabiam onde é que andavam dívidas, onde havia papéis rasgados, onde havia faturas debaixo da gaveta, por aí fora. Todos conhecemos esse processo e não vale a pena estar aqui a ir ao passado busca-lo novamente. Não é novidade para ninguém.

Todos conhecemos esse processo, conhecemos dívidas que não tinham modos de serem pagas, a câmara sem condições de as pagar e hoje temos uma Câmara Municipal que no plano da gestão apresenta condições de fazer face aos seus compromissos, aponta um caminho e vamos ver como é que cada um de nós, como é que cada bancada vota no quadro desta assembleia. Porque se alguns parece que, como foi dito nesta assembleia, aprovam tudo, outros ficamos com a ideia que estão sempre indisponíveis para votar favoravelmente o que quer que seja.

Albérico Alho (BE) – Para nós o ponto é só um, e o ponto é a ausência de documentos que deveriam permitir uma decisão fundamentada a esta assembleia. Para nós esta é a questão central e estava convencido até ouvir, quer por parte do Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, quer por parte do Deputado Afonso Luz, alguns esclarecimentos que nos permitissem perceber porque é que esta assembleia não tem acesso a esses documentos.

Para nós não está em causa a discussão da Lei dos Compromissos, não está em causa discutir a obra da Câmara Municipal, haverá momentos para o fazer, e em relação a esta matéria estou particularmente à vontade, porque mais do que uma vez já valorizei aqui a obra da câmara em relação ao apoio às atividades culturais, ao restauro de um conjunto de equipamentos centrais para a cidade, já valorizai aqui a obra que foi feita em relação ao Convento de Jesus, se calhar até com mais veemência do que muitos deputados da CDU. Estou particularmente à vontade sobre esta matéria e faço com a maior convicção como em relação ao apoio que tem sido dado às escolas e não é nada disso que está em avaliação, porque isso são créditos do meu ponto de vista, que a ação da câmara tem tido. O que está em discussão, e não há nenhum exercício retórico que o possa encobrir, é que nós neste momento não temos condições para ter uma decisão fundamentada em relação a esta matéria. Era isto que gostava de perceber, qual é o vosso ponto de vista?

O que temos de facto é um embrulho retórico que esconde esta realidade e como dizia o outro “Qual é a pressa?”. Não havia possibilidade de adiar a decisão e de nós podermos votar de uma forma fundamentada esta matéria? É a questão que coloco.

João Vicente (CDU) – Exatamente, porque coordeno a Comissão de Economia, não podia deixar de me pronunciar como as coisas se passaram. É quase penoso reconhecer que formalmente as coisas não se passaram corretamente. Serei a última pessoa a pôr em causa a bondade das razões que estão a montante da proposta, que foi apresentada pelo executivo. Com toda a tranquilidade e com toda a franqueza nos foi dito que, depois mais informação seria fornecida e eu acredito nas pessoas que avançam com a proposta. Recordo a votação, há cinco votos a favor da CDU e AC e nesses cinco votos está o meu voto, só pode estar por isso, porque eu acredito nas boas razões que estão a montante da proposta. Quando eu deixar de acreditar eu voto contra, não tenha a menor dúvida!

Joel Marques (PS) – Não posso deixar de saudar a boa memória de curto prazo do Sr. Deputado João Afonso Luz, mas não podemos dizer o mesmo da sua memória de médio e longo prazo. Convidava-o a ler, para recordar e para que essa informação fique um pouco mais fresca na sua memória, a ata da sessão da Assembleia Municipal em que foram votadas propostas nas obras do Convento de Jesus. Porque virá transcrito na ata, aquilo que foi a intervenção dos deputados do Partido Socialista e desta bancada e que eram claras relativamente à necessidade e à bondade da obra, mas que apontava também para a falta de justificação do lançamento de concurso público com carácter de urgência. Justificação que como se recordará e como também constará da ata, não foi dada a esta Assembleia Municipal, mas foi posteriormente transmitido ao Tribunal de Contas. Como diz o povo “O respeitinho é muito bonito” e isto configura o grande respeito que a Câmara Municipal tem por quem liberta o capital, mas não tem assim tanto por quem representa os cidadãos e por quem tem o dever de fiscalizar este executivo, que é a Assembleia Municipal.

Foi um aparte um pouco longo, mas que eu não poderia deixar de o fazer relativamente à intervenção do Sr. Deputado Afonso Luz.

Há que questionar, o que é que os Senhores fizeram, com doze anos de sacrifício dos setubalenses e azeitonenses, que passaram por doze anos sujeitos ao jogo daquilo que é a maximização dos impostos municipais. Legalmente ou ilegalmente isso já foi mais do que discutido e nós não temos dúvidas e dissemo-lo aqui na sexta-feira, achamos que tal não seria necessário, mas os Senhores fizeram um Contrato de Reequilíbrio Financeiro há doze anos atrás, para poderem ter alguma folga de tesouraria que vos permitisse gerir com liberdade e com à vontade o dia-a-dia do município. Aquilo que os senhores fizeram com essa folga de tesouraria foi contrair mais dívida. Desperdiçaram doze anos de sacrifícios dos setubalenses e azeitonenses, por dados de gestão que são discutíveis, poderíamos dizer aqui que é má gestão, a verdade é que doze anos volvidos nós estamos numa situação igual ou pior àquela que estávamos. Numa situação muito provavelmente pior, porque esta é a segunda vez que estamos a consolidar dívida.

Afonso Luz (CDU) – Há pouco já o dissemos, na proposta seguinte e foi o Vereador Manuel Pisco que o colocou, quando aprovarmos o plano de saneamento financeiro teremos acesso a um conjunto de dados, incluindo um conjunto de acordos de pagamento. O que hoje estamos a aprovar são genericamente esses acordos de forma a dar início ao procedimento de saneamento.

Relativamente a esta última intervenção por parte da bancada do Partido Socialista e do Deputado Joel Marques, que me recordou do sentido de voto e da apreciação que o Partido Socialista fez sobre a proposta do Convento de Jesus, queria recordar apenas o seguinte. Referia-me concretamente a uma intervenção da sua bancada, uma intervenção que não foi desmentida da Deputada Carminda Ferreira, em que colocou nesta Assembleia, da parte dela entendia que outras prioridades de investimento da Câmara Municipal existiriam, bastante mais importantes do que o Convento de Jesus e tendo em conta a situação de crise que o país vivia, provavelmente era necessário deixar cair a obra do Convento de Jesus. É consultar a ata da referida reunião, que foi uma intervenção da sua camarada de bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, ouviu que quis. Era essa a intervenção que me referia, como não foi desmentida e como não houve nenhuma intervenção por parte da bancada do Partido Socialista a dizer que não estava de acordo, pensei que isto representasse um pensamento mais genérico da bancada e não apenas da Deputada que a proferiu.

Relativamente ao conjunto de outros argumentos que são enunciados por parte do Deputado Joel Marques, há de facto um problema visível do Partido Socialista com contas públicas. A sua intervenção revela mais uma vez isto, de facto não conseguem lidar com esta questão das

contas públicas e Setúbal é um bom exemplo. Os doze anos de sacrificio dos setubalenses foram os anos em que se esteve a gerir a dívida que o Partido Socialista cá deixou. A dívida que o partido Socialista cá deixou e que não está só no Contrato de Reequilíbrio Financeiro, está nos empréstimos a longo prazo já celebrados antes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro ainda pela gestão do Partido Socialista, ao qual tem que se somar um conjunto muito vasto de faturas de fornecedores, que aprecem à posterior do Contrato Reequilíbrio Financeiro. Nós não nos esquecemos disto, as vossas contas são sempre muito interessantes e muito bem-vindas, dão-nos alguma boa disposição.

Há afirmações que já não entram no campo do subjetivo, que é o dizer “Estamos pior do que o que estávamos”. É preciso um exercício de grande criatividade política e eu até sou daqueles que acham que em política todos os argumentos são válidos e todos podemos ter as nossas opiniões, mas há limites de razoabilidade.

Mas estamos pior em quê, Sr. Deputado? Precisávamos de saber em que é que estamos pior! É financeiramente que estamos pior? É naquilo que é a qualidade e vida das populações e dos setubalenses? É no orgulho que hoje os setubalenses podem dizer têm, de viver neste concelho?

É preciso concretizar sobre o que é que estamos pior. Aquilo que é experiencia de quem viveu dezasseis anos de gestão do Partido Socialista em Setúbal, o Senhor Deputado foi jovem nessa altura, era uma profunda diversão viver em Setúbal nessa altura Senhor Deputado, era uma qualidade de vida extraordinária. Havia uma oferta e uma política municipal de juventude que era uma coisa impressionante. Senhor Deputado, todos aqui temos memória, vivemos aqui e não chegámos aqui hoje. Dizer que estamos pior do que o que estávamos é um insulto à inteligência de qualquer setubalense e não cabe no domínio do subjetivo. Esta cidade era considerada pelos setubalenses que aqui viviam e por quem cá vinha visitá-la, por ser uma cidade porca, imunda, sem condições de vida, era este o retrato de Setúbal. Uma cidade desprezada era o que tínhamos em Setúbal.

É andar nas ruas, é conversar com as pessoas, é viver Setúbal, é reconhecer a qualificação que hoje o espaço público tem, é conhecer a programação cultural que existe nesta cidade. Vivemos numa cidade e num concelho radicalmente diferente daquele que tínhamos quando o Partido Socialista deixou, não deixou só a dívida mas também a incapacidade de a pagar, que é tão ou mais grave do que ter dívida, porque ter dívida na gestão pública é uma coisa relativamente normal, agora a dívida e a incapacidade de a pagar.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Gosto sempre ver a Geringonça a atuar.

Já que não me responderam, queria perguntar ao executivo e ao meu querido amigo Sr. Vereador Manuel Pisco, se tem disponível para distribuir às bancadas aquilo que nós vamos aprovar, que são os acordos de pagamentos celebrados com os credores em maio de 2015, que o Sr. Diretor Financeiro e a Sra. Vereadora se comprometeram entregar nos dias imediatamente posteriores à reunião que foi a 26 de setembro. Eu perguntei e eles rapidamente responderam que sim, não levantaram nenhuma dúvida, nem nenhuma questão, mas até hoje nada. Era isso que gostaria de perguntar ao Sr. Vereador Manuel Pisco, se isto está disponível, porque é um dos documentos principais que nos permite votar esta proposta do executivo.

Joel Marques (PS) – Fiquei com a ideia da última intervenção do Sr. Deputado João Afonso Luz, que a dívida que nós estamos agora a discutir e que precisa deste plano de saneamento financeiro, terá sido contraída há dezasseis anos atrás ou mais pelo Partido Socialista e pelo professor Manuel da Mata Cáceres. Fiquei com a ideia que a pressão intensiva e constante dos credores, que os Senhores referem, ao Tribunal de Contas, para justificar o pedido de empréstimo de curto prazo de sete milhões e quinhentos mil euros, esta pressão intensiva e

constante dos credores para apoio a tesouraria, fiquei com a ideia da última intervenção que aqui foi feita que é de dívida a credores contraídas no tempo do Partido Socialista e do tempo do Professor Manuel da Mata Cáceres. Gostaria de ser esclarecido relativamente a isto, porque quando a CDU ganhou a Câmara Municipal de Setúbal, era jovem e tinha dezoito anos e neste momento tenha trinta e quatro, gostava de saber se desde os meus dezoito anos ainda existem dívidas a fornecedores contraídas pelo Partido Socialista. A única resposta possível é que não existem!

João Luz (CDU) – Para um esclarecimento rapidíssimo tendo em conta a questão colocada pelo Sr. Deputado.

Não Sr. Deputado, os fornecedores não são do Partido Socialista, porque contraímos um empréstimo para pagar essas dívidas, empréstimo esse que continuamos a pagar. É isso que continuamos a pagar, os setubalenses continuam a pagar, não somos nós, são os setubalenses.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Independentemente da entrega ou não dos acordos, que deveriam ser entregues obviamente, não só porque foi prometido, mas porque vamos votar e como tal deveríamos ter acesso a essa documentação.

De acordo com a proposta nós estamos a aprovar genericamente os acordos de pagamento celebrados com os credores. Os acordos já existem, já estão celebrados, não são meras minutas. O que nós estamos a fazer na realidade, não é aprovar “*ad initio*” um instrumento jurídico e um determinado negócio jurídico, mas estamos a ratificar uma decisão de alguém e isso é um pouco diferente. Se é isso, que é o que me parece que decorre daqui, então era isso que deveria estar escrito na proposta, independentemente como é que votemos ou independentemente da questão do acesso aos documentos. Não estamos a aprovar “*ab initio*” a coisa, nós estamos a ratificar algo que já foi feito no passado. Como sabem, juridicamente a ratificação tem um efeito, que é tomar como nosso até à data em que no passado isso aconteceu, tomar como nossa essa decisão e o que está aqui não é isso. Só para fazer esse alerta.

Saber qual é a opinião da Câmara sobre isso.

Carmina Ferreira (PS) – O Senhor Deputado João Luz só pode estar com saudades de me ouvir. Só pode ter saudades minhas, porque ao dizer uma frase dessas, que eu afirmei que havia obras mais importantes do que o Convento de Jesus, isso só pode estar fora de contexto. Os Senhores dizem que a cidade estava abandonada quando tomaram conta de Setúbal, deveriam ver a cidade quando o vosso Presidente Lobo a deixou.

Vereador Manuel Pisco Lopes – Questão objetiva colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valdez “existem ou não existem” é evidente que existem a lista, com esta minuta, dos acordos celebrados existem (por isso é que referi que houve uma falha de comunicação) e estão aqui e podem ser distribuídos na Assembleia, porque se não for agora, o momento da distribuição é com o documento do estudo do plano de saneamento financeiro que está invocado para justificar o início de um procedimento. A soma são vinte e cinco milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte sete euros e cinquenta e dois cêntimos. Está aqui a lista, não há objeção nenhuma em distribuí-la à Assembleia, se a Assembleia considera que isso vai colmatar uma falha importante para a sua deliberação.

Quero chamar a atenção, outra vez, para aquilo que é o objeto da deliberação pedido à Assembleia. Não é a aprovação em concreto, caso a caso, destes acordos. O que refiro, outra vez, estamos aqui a querer consolidar um processo de regularização da gestão financeira do município, no quadro das novas condicionantes da gestão financeira, decorrente da Lei das

Finanças Locais de 2013 e da Lei de Compromissos de Pagamentos em Atraso. Essa regularização era inviável e inexecutável durante alguns anos, para a maior parte e ainda hoje é para muitos organismos da Administração Central e Local, mas para nós já é possível entrar nessa regularização e pedimos aqui à Assembleia a deliberação desse procedimento.

O que é que diz na parte deliberativa da proposta? Pede-se que se aprove genericamente os acordos. Eles foram feitos até maio, foram feitos com a minuta, pede-se à Assembleia que a aprove. Se ela não é antecipadamente aprovada, o aspeto de ratificação, eles foram feitos, têm esse sentido de ratificação, mas essa aprovação da Assembleia é necessária para o despoletamento do processo deste saneamento financeiro, com este montante no mínimo de quinze milhões de euros.

Pede-se que se aprove a minuta, porque a lei diz que ela virá à Assembleia e a minuta está aqui anexa.

Pedia ao Sr. Presidente da Mesa que fizesse o favor (não sendo no nosso ponto de vista do executivo, nenhuma condicionante para a deliberação que se pede à Assembleia) a informação pode ser disponibilizada já, porque ela vai aparecer na próxima reunião do executivo, vai ser aprovado. Este plano que está aqui mencionado, este estudo económico/financeiro vai ser aprovado e vai ser submetido à Assembleia com todos os pormenores e os justificativos técnicos, económicos e financeiros. Vai ser realizada por isso, uma Assembleia extraordinária. O despoletar do processo é que precisa desta deliberação. Se repararem há três coisas diferentes nesta deliberação, com os pontos todos. Primeiro esta aprovação é genérica, não é caso a caso, o acordo caso a caso, têm aí a minuta e a relação daqueles que foram aprovados pode ser fornecida esta minuta, à exceção do ponto 5 que pode focar o essencial da deliberação, que a Assembleia aprove o início do procedimento de elaboração do plano de saneamento financeiro, que evidencia a adaptação do desequilíbrio financeiro conjuntural do município, como sendo à contratação do empréstimo de saneamento até ao valor de quinze milhões de euros. Pede-se à Assembleia que aprove este início deste procedimento de regularização. Todos os outros pontos são respeitantes ao aumento temporário de fundos disponíveis. É para regularizar até agora. Nós não esperamos, com a melhor das boas vontades, que alguma oposição (não sei se toda se quase toda) por melhores argumentos que se coloquem venha dar aprovação a este início de procedimento de regularização. Não esperamos convencer ninguém, mas estamos a dar esta explicação que, pela argumentação colocada, nada tem a ver com a situação de rotura financeira que tínhamos em 2001 e que nos levou ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro em 2004. Nós estamos numa situação em que vamos voluntariamente fazer este empréstimo. Saímos num novo quadro de regulação do endividamento dos municípios, que é diferente do que era em 2001, com novas condicionantes de restrição, nas quais esta Câmara está em tão más condições, que quer submeter-se daqui para a frente a essas restrições da Lei de Compromisso, que entende-se, politicamente, a oposição não quer ver acontecer. Era melhor que continuássemos sempre com um pé coxo, em desequilíbrio, fora das normas. É isso que estamos aqui a dizer à Assembleia, deixem-nos então, autorizem-nos conforme a Lei que tem que passar pela Assembleia e que aprove o início deste processo de regularização, que vai conduzir a este saneamento financeiro com esta verba de quinze milhões de euros, quando nós temos uma dívida de curto prazo. Não é para pagar a dívida toda, não tem nada a ver com o outro. Esses vinte e cinco milhões que estão aí nos acordos já feitos, é muito mais do que os quinze milhões de euros que estão a ser pedidos para funcionar dentro da Lei de Compromissos, para qualquer despesa. Não tem nada a ver com o desequilíbrio estrutural que aqui encontramos que até hoje estamos a pagar. Foi-se buscar o dinheiro à banca para pagar as dívidas imediatas que havia naquela altura. Estamos a retirar as dívidas de curto prazo e passa-las para médio/longo prazo, até catorze anos. Com alguma situação de gestão favorável, como as que existem neste momento no mercado, seria

uma displicência não aproveitar. Naquilo que são os acordos de pagamento, em muitos dos casos estão implícitos juros de mora, que são muito superiores aos juros da banca comercial. Seria má gestão não aproveitar as facilidades que neste momento, são as circunstâncias do mercado bancária, que são tão baixas, que não se justifica mantenha pagar juros de mora em dívidas que estão por pagar, quando nós podemos diluir esta dívida ao longo de catorze anos, não são os tais vinte da outra vez, mas não têm um encargo, não onera a gestão futura, os mandatos futuros, nem de perto nem de longe, com o peso com que nós temos tido nestes últimos quatro mandatos. Nós tivemos quatro mandatos completamente condicionado àquela situação de rutura inicial. No relatório que vai ser apresentado à Assembleia, poderão ver o esforço que foi feito para o pagamento dessa dívida passada e aquilo que foram as despesas efetuadas ao longo dos mandatos. Vejam o peso que isso tem, que não tem comparação com aquilo que vai ser o esforço pedido daqui para a frente, porque é muitíssimo mais leve.

Peço à Assembleia que se concentre naquilo que são as deliberações pedidas, que aprove este início de procedimento da elaboração do plano de saneamento, que vai ser apreciado e votado na reunião de Câmara do dia seis de outubro e vai ser apresentado imediatamente à Assembleia, com toda a informação pormenorizada, com alguns dos dados que não são pedidos para esta deliberação, mas que serão necessários para aprovação desse plano e que vai ser solicitado numa Assembleia extraordinária. O início deste procedimento é agora, o que se está a pedir à Assembleia, porque tem que passar pela Assembleia.

É um processo de regularização que esperávamos, no plano da Boa-fé, até era capaz de esperar o aplauso unânime sobretudo da oposição, que nos dissesse “*Finalmente vão entrar nos eixos, dentro das regras, de restrições e dos apertos da Lei de Compromissos*”. Afinal de contas parece que não estão satisfeitos que entremos em processo de regularização financeira. Trata-se disso, é entrar em situação de regularidade financeira na gestão do município. Se não agrada à oposição, espero que agrade à maioria.

Presidente da Mesa – Penso que com esta intervenção do Sr. Vereador as coisas ficaram bem mais claras no que diz respeito à necessidade para futuras deliberações, também nesta Assembleia, de agora se tomar uma posição.

Foi distribuído por bancada um mapa de pagamentos, por razões de celeridade do processo. É justo que se dê algum tempo para apreciação, já que foi um dos documentos que foi solicitado.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 AC, 15 votos contra, sendo 10 do PS e 5 do PSD/CDS e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Joel Marques (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*O manifesto de desequilíbrio das contas do Município, que conduziu ao avolumar de dívidas a fornecedores, impôs a necessidade de aceder a um plano de saneamento financeiro. É o reconhecimento tardio por parte do Executivo PCP / PEV da necessidade de inverter a gestão desregrada a que tem sujeitado o Concelho, e para a qual o PS vem alertando há largos anos.*

Passados que são doze anos sobre a implementação do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, o PCP / PEV desbaratou o esforço e sacrifício dos Setubalenses e Azeitonenses, forçados a viver mais de uma década sob o jugo da maximização da receita fiscal Municipal – mesmo quando tal não era legalmente exigível, de acordo com a informação da DGAL que o Executivo diligentemente sonou aos Municípios e a esta Assembleia.

A oportunidade dada pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro para gerir a tesouraria e reduzir a dívida do Município, criando mecanismos de sustentabilidade financeira, foi dilacerada pelos sucessivos executivos PCP / PEV.

Eis-nos, pois, perante a falência do discurso de suposto rigor na Gestão Municipal. Eis-nos perante a falência do discurso do passa-culpas. Eis-nos perante o saneamento da insustentável dívida do PCP / PEV. Dívida real para gestão de fachada e de fachadas. Dívida suportada pela tesouraria dos fornecedores e pelos impostos dos cidadãos.

O Partido Socialista votou contra esta proposta, por entender que a mesma pretende recriar o (des)equilíbrio financeiro em que PCP e PEV afundaram o município nos últimos doze anos.”

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: “A bancada do PSD/CDS votaram contra esta proposta, porque a mesma além de não estar devidamente informada das informações solicitadas e atempadamente, representa o reconhecimento do falhanço completo da maioria comunista nesta Câmara, na governação financeira da mesma. Voltamos a ter mais de setenta e cinco milhões de euros de dívida e a recorrer em breve a um acordo de saneamento financeiro, que é o resultado das opções que foram feitas e que vai contribuir, como é hábito, a que os setubalenses tenham que pagara através do seus impostos, quer no IMI ou no IRS, as taxas mais altas do país. É esta a situação que nós não nos revemos e por isso o nosso voto contra sobre esta proposta.”

4. Deliberação n.º 270/16 – Proposta n.º 73/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Abertura de concurso público para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 36 meses

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 7 votos a favor da CDU, PS, BE e AC e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 do AC e 5 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

5. Deliberação n.º 267/16 – Proposta n.º 70/2016 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Revisão ao Orçamento

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e 1 de AC, 2 abstenções do PS e BE, 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer desfavorável, com 3 votos contra do PS e BE e 3 votos a favor da CDU e AC, com o voto de qualidade do Sr. Coordenador, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU e 4 abstenções do PS, PSD/CDS, e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 do AC, 15 votos contra, sendo 10 do PS e 5 do PSD/CDS, e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

6. Deliberação n.º 256/16 – Proposta n.º 46/2016 – DURB – Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – Nova taxa correspondente à apreciação de operações urbanísticas de pedido de legalização

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC e 3 abstenções do PS, BE e PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU e AC e 3 abstenções do PS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Afonso Luz (CDU) – Para uma interpelação à Mesa, no sentido de solicitar que a mesma pudesse distribuir à Assembleia uma cópia da ata 7/2012, relativamente ao ponto 10º, proposta n.º 14/2012, “Empreitada de Recuperação e Valorização do Convento de Jesus. Concurso Público Urgente”.

Presidente da Mesa – Depois desta interpelação, vai-se dar sequência, se possível, ao pedido formulado.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 do AC, e 18 abstenções, sendo 10 do PS, 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

O Deputado Paulo Valdez abandonou a sala de sessões.

7. Deliberação n.º 249/16 – Proposta n.º 62/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação de domínio público de parcela de terreno com a área de 1600m², localizada em Vale de Cerejeiras, em Setúbal, Freguesia de São Sebastião

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS, 3 do PSD/CDS, 3 do BE e 1 AC e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

8. Deliberação n.º 207/16 – Proposta n.º 51/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação de domínio público de parcela de terreno, com área de 18m², para complemento de lote, sito em Rua Abel Viana, n.º 30, da União das Freguesias de Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 AC e 4 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

9. Deliberação n.º 268/16 – Proposta n.º 71/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Abertura de dois concursos públicos para a concessão de exploração de dois terrenos municipais para a construção e exploração de campos de Padel, um em Azeitão, junto à piscina municipal e outro no parque verde de Vanicelos, em Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

A Comissão alerta para o fato de na proposta existir duas vezes o ponto n.º 3, que deverá ser retificado.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Presidente da Mesa – Chamo à atenção que houve aqui uma gralha de imprensa e foi duplicado um número de parágrafo, havendo então devido a esse erro dois parágrafos com o n.º 3. Obviamente será, passando o último 3 a 4 e assim ficará corrigida esta gralha.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, com as alterações introduzidas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

10. Deliberação n.º 269/16 – Proposta n.º 72/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Abertura de concurso público para a concessão do direito de exploração do Bar do Centro e Pousada da Juventude, em Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

11. Deliberação n.º 251/16 – Proposta n.º 64/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para a Concessão do Direito de Exploração de Espaços na Piscina de Azeitão – N.º 27/2016/DAFRH/DIGEF/SECPP

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

12. Deliberação n.º 275/16 - Proposta n.º 21/2016 – DAAE/SAEN – Regulamento de Atribuição do Selo Verde - Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

13. Deliberação n.º 276/16 - Proposta n.º 22/2016 – DAAE/SAEN – Regulamento do Ruído Ambiental do Município de Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 7 votos a favor da CDU, PS, BE e AC, e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 AC e 4 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

14. Deliberação n.º 277/16 - Proposta n.º 23/2016 – DAAE/DIHU – Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 7 votos a favor da CDU, PS, BE e AC, e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor da CDU e PS e 2 abstenções do BE e AC, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Presidente da Mesa – Em relação a esta proposta e mais concretamente há documentação que a acompanhava, há uma gralha de imprensa na página 39, no artigo 67º, na alínea b) consta: “Serem usados para qualquer outro fim que não o de companhia”. Devendo constar: “Não serem usados para qualquer outro fim que não o de companhia”. Está absolutamente invertido o sentido do texto por falta de um “não” a seguir à alínea b).

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com as alterações introduzidas, com 32 votos a favor, sendo 19 da CDU, 9 do PS, 3 do BE e 1 AC e 4 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

15. Deliberação n.º 278/16 – Proposta n.º 66/2016 – DAFRH/DIRH – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2016

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 7 votos a favor da CDU, PS, BE e AC, e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 AC e 4 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 51.

16. Deliberação n.º 279/16 – Proposta n.º 20/2016 – DAAE/DIAES – Proposta do Regulamento dos Cemitérios do Município de Setúbal

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Relativamente a esta proposta, dizer que houve ligação na sua execução entre o serviço da Câmara e a Junta de Freguesia de Azeitão, porque na freguesia de Azeitão existem dois cemitérios que são municipais, em que há o protocolo com a Junta para fazer a sua gestão, por isso houve o cuidado da parte dos técnicos da Câmara, em fazer alguma ligação para que tudo funcionasse bem. Congratulo-me com isso, com o facto de ter havido esta partilha e a possibilidade de também podermos pronunciar sobre este regulamento.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 AC e 4 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, o qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis, contém setenta e sete folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

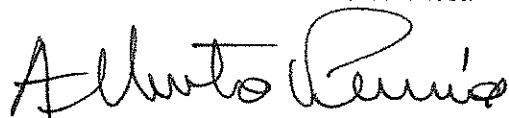
O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era vinte e três horas e trinta minutos do dia quatro de outubro, de dois mil e dezasseis.

O Presidente da Mesa

Rogério da Conceição Palma Rodrigues

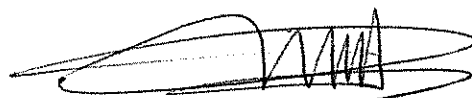
A1

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada e revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa